

Raquel Favretto

**A POLÍTICA COMO PROFISSÃO: TRAJETÓRIA DE
POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO CATARINENSE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Edite Krawulski

Florianópolis
2015

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Favretto, Raquel

A política como profissão: trajetória de políticos
do legislativo catarinense / Raquel Favretto ;
orientador, Edite Krawulski - Florianópolis, SC, 2015.
151 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Universidade Federal de Santa
Catarina. 3. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. I.
Krawulski, Edite . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III.
Título.

Raquel Favretto

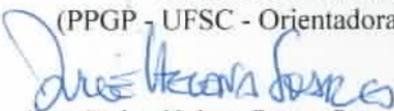
A política como profissão: Trajetória de políticos do poder legislativo catarinense

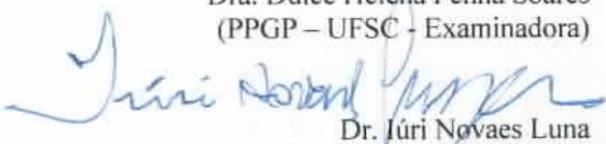
Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

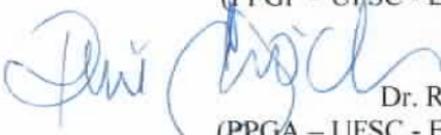
Florianópolis, 27 de março de 2015.


Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)


Dra. Edite Krawulski
(PPGP - UFSC - Orientadora)


Dra. Dulce Helena Penna Soares
(PPGP - UFSC - Examinadora)


Dr. Júri Novaes Luna
(PPGP - UFSC - Examinador)


Dr. René Birochi
(PPGA - UFSC - Examinador)


Dra. Marilú Diez Lisboa
(PPGE - UNIPLAC - Examinadora)

Dra. Andréa Valéria Steil
(PPGP - UFSC - Suplente)

*Dedico esse trabalho aos meus
pais, por todo carinho e dedicação
desprendidos na minha criação, sendo
eles, portanto, os responsáveis por
esta e por todas as demais conquistas.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer aos meus pais, Antônio e Rosalina, que me proporcionaram acesso à educação desde pequena. Amor incondicional que levarei no meu coração por toda minha jornada;

Importante lembrar também a minha família, que é meu porto seguro e serviu de inspiração nos momentos mais difíceis: irmão, irmã e os meus apaixonantes sobrinhos – Fê, Vine, Mimi e Vick;

Amigos de longa data que conheci desde a infância em Xanxerê, que mantenho até hoje com muito amor e carinho: Mauren e Cris, vocês têm sua parcela de contribuição neste trabalho e na construção da minha identidade;

Amigos que conquistei em Florianópolis, colegas da UNISUL cúmplices deste mundo que é a Psicologia: Welton, Elizete, Camila e Kariny;

Amigos que conquistei em contextos de trabalho e que me apoiaram do início ao fim nesta trajetória: em especial Priscila, “grande chefe” e com certeza uma inspiração;

Mestres que pacientemente me guiaram pelo caminho da academia, ajudando a moldar minha formação profissional e pessoal: Jaqueline, Maria Ângela, Vanderlei e Iúri;

Agradecer em especial a minha orientadora Edite, que foi muito mais do que uma orientadora, me ensinando e pacientemente me auxiliando em todas as dificuldades que enfrentei nesses dois anos. Dizem que o pesquisador faz sua dissertação com o auxílio do orientador; bom, eu digo: **essa dissertação não é minha, é nossa**. Sem sua competência e dedicação esse trabalho não teria sido finalizado. “Minha orientadora é a mulher mais inteligente que já conheci”;

Cris, amiga de mestrado que foi minha parceira e confidente nos momentos difíceis deste caminho, que não foram poucos, mas que trilhamos com excelência;

Bruno, meu primeiro amor, que está ao meu lado em todos os momentos, fazendo parte da minha trajetória. Obrigada pela compreensão e apoio, por acreditar e não me deixar desistir;

A professora Dulce pelo interesse e apoio desde o início dessa jornada e por suas contribuições na banca de qualificação;

A todos os membros da banca de defesa desse trabalho que carinhosamente aceitaram o convite para fazer parte da minha trajetória profissional.

Para compreender a realidade humana, portanto, devemos partir do conhecimento de que o homem é produto de seu produto, quer dizer, ele faz a história, gera seus produtos, mas, por sua vez, estes o condicionam, ou seja, a história também o faz (SARTRE, 1960).

RESUMO

O trabalho se constitui como fenômeno central no processo de viver dos indivíduos, possuindo contornos peculiares à conjuntura contemporânea, caracterizada por muitas mudanças em todo o tecido social e produtivo, inclusive no que concerne à produção das identidades. Nesse contexto, torna-se relevante compreender aspectos psicológicos envolvidos nas escolhas de carreira e na construção das trajetórias profissionais, já que estes são elementos determinantes no processo de constituição identitária dos sujeitos. Tomando por base essas questões e esse contexto, a investigação que originou esta dissertação teve como objetivo caracterizar a trajetória profissional de políticos que exercem mandatos no poder legislativo. O estudo foi desenvolvido por meio de abordagem qualitativa, do tipo multicase, e os dados foram levantados por meio de uma entrevista semiestruturada junto a oito deputados estaduais que compõem a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sendo quatro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e quatro do Partido dos Trabalhadores (PT). Os participantes tinham idades situadas entre 42 e 72 anos, sendo que apenas um deles era do gênero feminino. O processo de análise dos dados foi feito por meio de análise de conteúdo, a partir de transcrições literais das entrevistas realizadas. Desse processo de análise resultou uma sistematização do perfil sociodemográfico dos sujeitos, bem como de seus respectivos percursos na carreira política. A análise efetuada junto aos dados possibilitou ainda a identificação de três categorias: recrutamento político, carreira política e identidade profissional, cada qual com duas subcategorias. A respeito do recrutamento político evidenciou-se que a trajetória profissional desses sujeitos iniciou-se a partir das suas experiências anteriores à carreira política, dentre as quais o envolvimento com a militância estudantil e/ou social, a representação de um determinado setor produtivo ou ainda o elevado poderio econômico. O recrutamento se concretizou por meio da escolha pelo partido, a qual se deu pelos próprios indivíduos, em alguns casos, ou por iniciativa do partido, em outros. A carreira política dos parlamentares se estruturou e vem se consolidando por meio das atividades desenvolvidas em seu cotidiano de trabalho, de acordo com suas ambições e também aquelas dos partidos, sendo que a participação em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) e as visitas às bases eleitorais foram destacadas com relevância dentre essas atividades. A influência dos meios de comunicação também foi ressaltada na carreira política, por seu caráter decisivo em conferir visibilidade à imagem do político frente

a seus eleitores. A identidade profissional dos entrevistados se encontra consolidada, uma vez que todos já cumpriram diversos mandatos políticos sucessivos, tendo abandonado, na maioria dos casos, sua profissão de origem. Os significados atribuídos ao ser político se relacionam com ideais políticos que defendem e pelos quais avaliam que trabalham. A trajetória profissional desses sujeitos se caracteriza, portanto, pelo exercício da política como profissão e que se confunde com sua própria vida; trata-se de um “caminho sem volta”, pois todos estão no mínimo em seu terceiro mandato e pretendem a ascensão nessa carreira. Ser político e estar ocupando um cargo nesse contexto se estabelece, assim, como uma dialética na qual os deputados constroem sua própria epopéia, por meio de seu passado, presente e desejos de futuro.

Palavras-chave: trajetória profissional; identidade profissional; profissões; carreiras; carreira política; políticos; cenário político brasileiro.

ABSTRACT

This work is a central phenomenon in the process of living of individuals, having peculiar outlines the contemporary situation, characterized by many changes in the entire social and productive fabric, including as regards the production of identities. In this context, it is important to understand psychological aspects involved in career choices and the construction of professional careers, as these are key elements in the identity construction process of the subjects. Based on these issues and that context, the investigation that led to this thesis aimed to characterize the career politicians who hold any office in the legislature. The study was conducted through qualitative approach, the multi-case type, and the data were collected through a semi-structured interviews with eight state deputies that compose the Assembleia Legislativa de Santa Catarina, four of the Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) and four of the Partido dos Trabalhadores (PT). Participants with 42 and 72 years old, and only one was female. The process of data analysis was done through content analysis, from literal transcriptions of the interviews. From this process of analyzing resulted a systematization sociodemographic characteristics of the subjects, as well as their respective paths in the political career. The analysis carried out with the data also allowed the identification of three categories: political recruitment, political career and professional identity, each with two subcategories. Regarding the political recruitment showed that the career of these subjects began from their experiences prior to the political career, among which the involvement of the student militancy and/or social, the representation of any productive sector or the high economic power. The recruitment was achieved by choosing the party, which is given by individuals themselves, in some cases, or on the initiative of the party on the other. The political career of parliamentarians was built and is being consolidated through activities in their daily work, according to their ambitions and also those of the parties, and participation in Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI) and visits to bases election were highlighted with relevance among these activities. The influence of the media was also highlighted in the political career, for his decisiveness in giving visibility to the political front image to their voters. Professional identity of the interviewees is consolidated, since all have served several successive political mandates, having abandoned, in most cases, their original profession. The meanings assigned to to political being relates to political ideals that defend and for which assess working. The career

of these subjects is characterized, therefore, by the exercise of politics as a profession and to be confused with his own life; it is a "path of no return" because everyone is at least in his third term and want to rise in this career. Be political and be occupying a position in this context is established, as well as a dialectic in which deputies build their own story, through his past, present and future desires.

Keywords: professional careers; professional identity; professions; careers; political career; politicians; Brazilian political scene.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	15
1 INTRODUÇÃO.....	21
2 MARCO TEÓRICO.....	31
2.1 O TRABALHO, SUA CENTRALIDADE E AS IDENTIDADES.....	31
2.2 CARREIRAS E CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL.....	38
2.3 CARREIRA POLÍTICA E TRAJETÓRIAS DE POLÍTICOS.....	43
2.4 REGIME POLÍTICO, SISTEMA DE GOVERNO E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO.....	51
3 MÉTODO.....	57
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO.....	57
3.2 CAMPO E PARTICIPANTES.....	58
3.3 PRECEITOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS.....	59
3.4 PROCESSO DE COLETA DOS DADOS.....	60
3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DE DEVOLUÇÃO DOS DADOS.....	62
4 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CARREIRA POLÍTICA.....	65
4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO.....	65
4.2 CARREIRA POLÍTICA.....	68

5 CARACTERIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS.....	81
5.1 RECRUTAMENTO POLÍTICO.....	81
5.2 CARREIRA POLÍTICA.....	91
5.3 IDENTIDADE PROFISSIONAL.....	104
6 REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS: a política como profissão.....	115
REFERÊNCIAS.....	123
APÊNDICES.....	139
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	139
APÊNDICE B – Carta de Apresentação.....	143
APÊNDICE C – Roteiro de entrevista.....	145
ANEXO – PARECER DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA PELO COMITÊ DE ÉTICA DA UFSC.....	147

APRESENTAÇÃO

As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho político, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal qual é. A apatia social é, pois, uma forma passiva de fazer política (CHAUÍ 2000).

As palavras da epígrafe acima reverberam pensamentos, inquietações e identificações para a autora dessa dissertação. A empreitada pela pesquisa sobre o tema carreira política emergiu desde muito cedo, pois, frente às palavras de Chauí, discutir, ler e compreender sobre política sempre foi de extrema importância para reflexões e ideias referentes ao assunto, além do desenvolvimento de senso crítico que por naturalidade é sempre moldado por novas descobertas. O debate cotidiano e as inquietações sobre o tema a motivaram à leitura do livro “O que é Socialismo Hoje” (SINGER, 1991), sendo essa leitura determinante no entusiasmo pela política e pela discussão dos problemas sociais locais e globais, uma vez que os argumentos nele contidos destacam, junto a uma série de outras, a problemática do atual regime político brasileiro.

Sabe-se o quanto, no campo das ciências humanas e sociais, a emergência de um tema de pesquisa é subjetiva, e não foi diferente no presente caso, cujo outro foco de origem do interesse pela temática da carreira política adveio da identificação da pesquisadora com a figura materna, a qual desenvolveu militância em prol dos direitos dos professores estaduais de Santa Catarina, quando ocupou cargos de liderança na defesa dessa classe. Assim, fez parte do seu cotidiano, desde cedo, escutar discursos e debates políticos, bem como participar de movimentos grevistas, experiências que empiricamente sedimentaram muitas convicções políticas. A inserção neste contexto produziu muitas inquietações e demandas, mas a principal sempre foi compreender quem são os sujeitos que ocupam cargos políticos, com a responsabilidade de governar uma nação, um estado, um município, ou,

ainda, de deliberar sobre assuntos que afetam a vida social como um todo e as diferentes classes de trabalhadores.

O desenvolvimento pessoal e acadêmico posterior a essas inserções proporcionou maiores convicções e permitiu produzir argumentos mais complexos a esse respeito, ainda que tenha resultado, muitas vezes, em mais dúvidas que esclarecimentos. Nesse sentido, as aulas na Universidade foram, sem dúvida, os maiores catalisadores: no curso de Psicologia, foi possível unir conceitos a respeito da psique humana, aplicando-os nas mais variadas esferas políticas. Dessa união resultou o trabalho de conclusão de curso, elaborado a partir de pesquisa desenvolvida junto a deputados estaduais, voltada à compreensão dos motivos da escolha pela carreira política por parte desses sujeitos (FAVRETTO, 2011). Identificou-se, então, que são vários os fatores a exercer influência na tomada de decisão pela carreira política, sobretudo por tratar-se de uma carreira significativamente relevante no imaginário da população e que, ao mesmo tempo, é atravessada por representações ambivalentes, quando não negativas, nesse imaginário social. Concluiu-se, também, que as influências motivadoras da opção pela carreira política estão diretamente ligadas a questões econômicas, políticas, sociais, familiares e outras.

Na atual sociedade, os valores principais considerados para a escolha de uma profissão vinculam-se muitas vezes à busca por benefícios econômicos, poder e prestígio. Chamou a atenção, no caso da pesquisa citada, que os motivos apontados para a escolha pela carreira política não incluíram o desejo ou a aspiração de servir aos interesses públicos, ou de representar a população politicamente, mesmo sendo essa a definição formalmente aceita para os cargos políticos em um sistema representativo como o que temos na realidade política brasileira.

A política é tema antigo, que vem sendo contextualizado por diferentes visões, em diferentes momentos históricos. Platão (2005), em seu livro *A República*, explana que os governantes de uma cidade deveriam ser filósofos, pela sua intelectualidade, moralidade, sabedoria e compreensão da realidade do povo. O autor ainda afirma que em uma cidade justa dever-se-ia ter uma divisão de classes, e cada sujeito deveria exercer uma função na sociedade, de acordo com sua natureza. Já Aristóteles (2008), em *A Política*, afirma que todo homem é um animal social e político por natureza, como também por natureza há um ser que ordena e um que obedece, pois o ser que possui a inteligência tem naturalmente autoridade e poder de ser um chefe.

Em Weber (2011) encontramos que o homem político precisa ter três qualidades: a paixão, no sentido de propósito a realizar algo, o

sentimento de responsabilidade e o senso de proporção, sendo esse último a característica essencial desse homem. Para Platão, o político não precisa necessariamente ser um filósofo ou até mesmo ser dotado de grande intelectualidade, como afirma Aristóteles. No entanto, no contexto da ocupação de cargos políticos no Brasil, não obstante muitos possuam formação acadêmica elevada, não há como afirmar se a posse dessa formação contribui para que esses políticos desenvolvam as características apontadas por Weber.

Em nosso país, percebe-se que os indivíduos ocupantes de cargos políticos reúnem características, muitas vezes nem tão nobres, encontradas no próprio povo brasileiro, e que podem ser compreendidas tomando como referência aspectos do próprio desenvolvimento do Brasil desde seu descobrimento. Embora a história da nação brasileira seja comumente contada tendo como marco o dia 22 de abril de 1500, data em que o Brasil teria sido descoberto pelos portugueses, o primeiro acontecimento histórico relevante, em termos da política brasileira, teria acontecido apenas bem mais tarde, no ano de 1808, com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, quando teve início o regime político denominado de monarquia. O regime republicano, hoje vigente, só se instaurou décadas depois desse episódio, no ano de 1889.

Nos anos que antecederam à proclamação da república, ainda no Brasil imperial, portanto, era bastante peculiar a definição de quem podia votar e ser votado, representar e ser representado: “para ser eleitor era necessário ser homem, proprietário de terra ou outro bem, de raiz, com idade mínima de 20 anos. Mulheres, escravos, índios, assalariados, estrangeiros e pessoas que não professassem a religião católica estavam excluídos”, e vigorou também o critério de renda mínima para os votantes (GOMES, 2013, p. 109). Para os candidatos também vigorava essa exigência de renda mínima, e ela era proporcional ao posto ao qual se candidatavam. O Brasil de hoje é regido pela Constituição vigente desde 1988. Em seu preâmbulo, esse documento legal define a instituição de um

Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem

interna e internacional (BRASIL, 1988, p.1, grifo autora).

O regime político denominado democracia caracteriza-se pelas regras e instituições que regulam a disputa pelo poder político e o seu exercício entre os cidadãos ou grupo sociais. Na democracia, a origem do poder está no povo (BRASIL, 1988). A forma de governo do Brasil é a República, significando que nenhuma família ou indivíduo é responsável pela organização político-administrativa e que essa função é responsabilidade do Estado. Já o sistema de governo vigente é o presidencialismo, composto por um presidente, eleito pelo povo, podendo ser reeleito.

O sistema político brasileiro é composto pelos partidos políticos. Esse sistema atualmente é multipartidário, por aceitar a formação e a existência de vários partidos. É por meio dos partidos que ocorre a candidatura de políticos aos diferentes cargos do poder Executivo e Legislativo, de modo que qualquer cidadão, para pleitear a carreira política, necessita se filiar a um partido político. A constituição de 1988, ao dispor sobre a organização dos poderes, define que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, denominado de bicamareal, isto é, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, tendo como responsabilidades, dentre muitas, a criação de leis e a fiscalização dos atos do poder executivo.

O Poder Legislativo pode atuar em três esferas: no Governo Federal, nos Governos Estaduais e no Distrital e ainda nos Governos Municipais. Em nível federal os deputados são eleitos pelo sistema proporcional, ou seja, o número total de deputados é definido proporcionalmente pelo número da população de cada estado brasileiro, com mandatos de quatro anos. No que concerne aos senadores, os estados e o distrito federal elegem três, e mais dois suplentes, e seus mandatos são de oito anos (BRASIL, 1988). Já em nível estadual o poder Legislativo é representado pelas assembleias legislativas, compostas por deputados, enquanto nos municípios os representantes do Legislativo são os vereadores que compõem as Câmaras Municipais, também eleitos pelo sistema proporcional.

O preenchimento das vagas nos poderes se dá através de eleições, realizadas por meio do voto direto, secreto e obrigatório. O art. 14 da Constituição de 1988 delimita o voto como obrigatório para maiores de dezoito anos e facultativo para analfabetos, maiores de setenta anos e entre os dezesseis e os dezoito anos. Os pleitos eleitorais acontecem em

periodicidade definida, conjugando-se o preenchimento de cargos do executivo e do legislativo, nos níveis nacional, estadual e municipal.

Essa breve caracterização do cenário político brasileiro conduziu a múltiplos questionamentos, como: O que é ser um político no Brasil? Profissão? Emprego? Trabalho? Ofício?; E a atividade política, como pode ser considerada no contexto ocupacional brasileiro contemporâneo? Qual o perfil desse grupo de sujeitos? É possível de fato falar em/pesquisar sobre uma carreira política? É possível falar em trajetória política, considerando que muitos políticos exercem sucessivos mandatos em seus cargos? Esses e outros questionamentos estiveram na gênese e nas motivações para a realização do estudo aqui apresentado.

1 INTRODUÇÃO

Alguns apontamentos sobre a contemporaneidade se fazem importantes à guisa de introdução, considerando que o cenário contemporâneo vem trazendo mudanças significativas para a formação da atual sociedade, a qual os políticos (em tese, ao menos) representam, ao exercer seus mandatos. Estudiosos apontam características que distinguem os dias atuais de momentos precedentes: para Giddens (2002), a descontinuidade é marca registrada da vida moderna, em uma sociedade disparada, caracterizada pela rapidez dos acontecimentos em todas as esferas da vida. Vivemos em uma sociedade de curto prazo, individualizada, moldada pelas incertezas (SENNETT, 2012).

A pós-modernidade modificou o tempo e o espaço, transformando significativamente a vida social e cotidiana e, conseqüentemente, alterando as formas de relações do ser humano com o mundo. Esse novo contexto emerge em decorrência de distintas crises nas esferas sociais, políticas, tecnológicas e econômicas, que comprometem as dimensões subjetivas, fazendo com que esse novo mundo do trabalho evidencie características que perpassam todas as formas de trabalho, onde emergem novas institucionalizações de trabalho e de carreiras (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

Segundo Oliveira (2011), as mudanças sucedidas da sociedade industrial para a atual têm estabelecido maiores reflexões sobre o trabalho e sua nova conjuntura, afetando dessa forma na construção das identidades profissionais dos sujeitos. Uma vez que a identidade humana não é inata ou imutável, mas sim construída e reconstruída no decorrer da vida, esta construção é realizada por meio das mediações e por autodefinições; sendo assim, a identidade é fruto de contínuas socializações (DUBAR, 2005). Essas socializações compõem as trajetórias sociais, formadas por dois diferentes aspectos: um é o social, formado pela profissão e cargos ocupados ao longo da existência de cada ser, denominada de trajetória objetiva; a outra é formada pela subjetividade de cada indivíduo e conectada à nossa identidade, nomeada como trajetória subjetiva.

A junção dessas trajetórias objetiva e subjetiva compõe as identidades sociais, um processo que ao mesmo tempo engloba a construção biográfica e a institucional (DUBAR, 1998). Esse autor assevera, assim, que dentre as muitas esferas componentes da identidade do ser humano a dimensão profissional tornou-se pertinente de uma maneira particular, devido às transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho no atual contexto de relações produtivas, seja para

quem está empregado, seja para os indivíduos que são privados do trabalho. Antunes também ressalta a importância dessa dimensão, ao afirmar que “o trabalho é a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (2004, p. 13).

Essas concepções evidenciam ser o trabalho uma atividade humana essencial na construção da identidade, pois cada indivíduo passa grande parte de sua vida trabalhando, ou seja, é por meio dele que se constrói a identidade profissional e forma-se a trajetória profissional, nas mais distintas carreiras e ocupações, inclusive na política. Assim, com tantas transformações já ocorridas e em curso no mundo laboral, gerando tantas novas formas de construção identitária, sobretudo em sua dimensão profissional, torna-se importante entender as novas configurações da trajetória profissional dos sujeitos, compreendendo em que graus mais amplos relacionados ao trabalho essas novas configurações afetam os trabalhadores.

Tais mudanças se constituem em debate em muitas áreas, notadamente na psicologia e sociologia. Com o advento do capitalismo muitas profissões desapareceram, moldando, conseqüentemente, a relação trabalho-profissão-emprego que veio se instaurando desde então. Em decorrência do progresso do capitalismo industrial e da maquinaria do século XIX, ocorreu uma mudança significativa na noção do trabalho denominado de ofício, passando a ter uma nova estrutura, designada de ocupação e profissão (TRINDADE; NOSELLA, 2010).

Destacaram-se essas mudanças a título de registrar que as profissões, seu exercício e também as trajetórias de seus ocupantes estão diretamente ligados aos movimentos históricos e às composições da sociedade em seus diferentes contextos. Ofícios como o de trapeiro, sujeito que vendia ou trocava trapos ou farrapos, o de calceteiro, homem que calçava as ruas, e o de endina, menino que vendia jornais pelas ruas, desapareceram; em contraponto, outras profissões emergiram, principalmente pela exigência da nova ordem social por especializações. Em decorrência, o trabalho/emprego, bem como as distintas profissões, nos moldes contemporâneos, apresenta características próprias e diferenciadas daquelas de modos históricos precedentes.

Considerou-se, seguindo essa linha de raciocínio, que a “profissão de político” também acompanhou essas mudanças e igualmente reverberou as repercussões delas decorrentes, uma vez que persiste no cenário social ao longo do tempo, muito embora não se defina com precisão o que conceitualmente ela seja. Sendo o Brasil uma República Federativa, possui uma estrutura governamental configurada

com cargos políticos¹. No entanto, a Constituição de 1988 não contempla uma definição precisa a respeito do que se entende por político, e o direito civil apenas contextualiza que o político é um agente que ocupa um cargo. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), por sua vez, inclui como ocupações apenas o dirigente de partido político e o cientista político, não incluindo em seu rol o político como ocupação (CBO, 2002). O que de fato é, então, ser um político no Brasil? Uma profissão? Uma carreira? Uma ocupação? Grande parte da população brasileira percebe esses indivíduos de forma negativa e os têm como pessoas que, por meio do exercício de mandatos políticos, passam a possuir grande poder econômico sem se esforçar trabalhando, e a gozar de ampla gama de privilégios e benesses, derivadas da função ocupada.

Distintas referências indicam haver profissões com maior credibilidade por parte da população frente a outras, no contexto brasileiro: os bombeiros são considerados os profissionais mais confiáveis, enquanto os políticos ocupam a primeira posição quando se trata da profissão menos confiável (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2013; GAZETA DO POVO, 2013; GUIA DO ESTUDANTE, 2013; MIGUEL, 2008). Pesquisa realizada em 2009 revelou que os políticos eram considerados confiáveis apenas para aproximadamente 18% da população entrevistada, percentual que em 2010 caiu para 14% (ÉPOCA NEGÓCIOS, 2013); dados que indicam a falta de credibilidade dos políticos perante a população brasileira.

Nos últimos anos, muitos acontecimentos negativos envolvendo políticos têm se destacado nos meios de comunicação, gerando revoltas e desconforto para a população e contribuindo ainda mais para diminuir sua credibilidade frente ao eleitorado. Os protestos e manifestações ocorridos nas ruas e praças brasileiras em meados de 2013, embora motivados por distintas questões, tiveram como alvo significativo o

¹Qualquer indivíduo pode se candidatar a um cargo político, desde que possua os seguintes requisitos: nacionalidade brasileira; pleno exercício dos direitos políticos; alistamento eleitoral; domicílio eleitoral na circunscrição; filiação partidária, idade mínima de trinta e cinco anos para presidente, vice-presidente e senador; trinta anos para governador e vice-governador de estado e do Distrito Federal; vinte e um anos para deputado federal, deputado estadual ou distrital, prefeito, vice-prefeito e juiz de paz; dezoito anos para vereador. São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos (BRASIL, 1988; TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2011).

descontentamento pela impunidade na política. Outros acontecimentos também contribuíram para a avaliação negativa e o descrédito da população frente à classe política e conturbaram significativamente o cenário político brasileiro, com destaque para a crise que ficou conhecida como “mensalão”, ocorrida nos anos de 2005 e 2006, e que se traduziu como um esquema de propinas pagas com dinheiro público a parlamentares, com o objetivo de suborná-los a votarem a favor do governo.

Ao “mensalão”, possivelmente o fato mais estrondoso da história política brasileira recente (MIGUEL; COUTINHO, 2007), se somam muitas outras ocorrências, inclusive da crônica policial, que aumentam a desconfiança dos brasileiros frente àqueles que em tese deveriam representá-los. O caso Petrobrás, que ora ocupa os noticiários e que, segundo apontado pela mídia, tem o envolvimento direto de muitos políticos, como Renan Calheiros, Eduardo Cunha, José Mentor e outros que compõem uma lista do escândalo denominado de Lava Jato (PEREIRA; BONIN, 2015), igualmente evidencia razões para que a população se torne cada vez mais cética em relação a esses atores sociais.

Tais episódios talvez não tivessem alcançado tanta repercussão se não fossem esses atores sociais os agentes políticos² que compõem o cenário político brasileiro, caracterizado como democrático, presidencialista, pluralista e representativo, composto por um presidente, governadores, deputados, prefeitos e vereadores. Os deputados, como os senadores e também os vereadores, são agentes políticos, componentes da estrutura governamental do país, que ocupam cargos³, funções, mandatos ou comissões por meio de nomeação, eleição, designação ou delegação para a realização de atividades

² Agentes políticos “são os componentes do Governo nos seus primeiros escalões, investidos em cargos, funções, mandatos ou comissões, por nomeação, eleição, designação ou delegação, para o exercício de atribuições constitucionais” (MEIRELLES, 2012, p. 77). Alguns desses agentes, em entrevista, referiram sentir vergonha de ser políticos, diante do cenário social instaurado, como o deputado Ricardo Izar Jr., do PSD/SP. Mesmo fazendo tal afirmação, porém, ele não abriu mão do cargo de Presidente do Conselho de Ética da Câmara.

³ Cargo é denominado como o lugar designado no órgão público para ser ocupado por agentes que realizarão suas atividades estabelecidas pelas leis da Constituição (MEIRELLES, 2012).

constitucionais, a fim de que possam exercer as prerrogativas dispostas na Constituição (MEIRELLES, 2008; 2012).

Esses agentes, no caso dos componentes do poder legislativo, são representantes do povo eleitos pelo voto popular, que exercem suas atribuições com prerrogativas e responsabilidade próprias estabelecidas na Constituição (MEIRELLES, 2012). Na teoria, os deputados representam a população, enquanto os senadores representam os Estados, embora qualquer lei federal, para vigorar, tenha que ser aprovada tanto pelo Senado quanto pela Câmara Federal. Também há distinções entre os deputados estaduais e os federais: enquanto esses últimos elaboram leis em âmbito nacional, os deputados estaduais o fazem para seus respectivos estados; enquanto os deputados federais atuam na Câmara dos deputados em Brasília, os estaduais atuam em Assembleias localizadas nas capitais dos seus estados e, de acordo com o âmbito de competência territorial, propõem CPIs para investigação de assuntos de caráter estadual (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, s/d).

A Constituição brasileira não estabelece um número exato de deputados, e sim parâmetros para o estabelecimento desse número, que deve ser calculado em proporção à quantidade de habitantes, havendo, porém, um número máximo a ser respeitado por estado (BRASIL, 1988). Todo deputado estadual tem direitos em consequência de sua condição de parlamentar, como “debater matérias submetidas à sua Câmara e às comissões, pedir informações, participar dos trabalhos legislativos, votando projetos de lei, salvo o impedimento moral por interesse pessoal” ou de algum parente (SILVA, 1998, p. 535) e auferir remuneração.

Esses deputados devem respeitar um estatuto (código de ética que delimita os parâmetros do decoro parlamentar), conjunto de normas estabelecendo direitos e deveres para que possa exercer suas prerrogativas de forma livre e destemida, sempre levando em consideração (supostamente) a vontade do povo. Nos seus crimes comuns, são julgados respectivamente pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina e, no caso de infrações político-administrativas que podem acarretar perda de mandato, pelo próprio âmbito do Legislativo (MEIRELLES, 2012).

Não obstante o descrédito dos políticos frente à sociedade, como também as exigências e obrigações inerentes ao ofício, o número de cidadãos brasileiros que tenta seguir e/ou permanecer na carreira política tem sido significativo: para aproximadamente 190 milhões de

habitantes, segundo dados do IBGE de 2010, havia no Brasil 66.774⁴ políticos, dos quais 59.500 vereadores, 993 deputados estaduais, 579 deputados federais, 81 senadores, 27 governadores, 27 vice-governadores, 5.565 prefeitos, um presidente da república e um vice-presidente (IBGE, 2010). Esses quantitativos podem ser considerados pequenos, se comparados ao contingente populacional do país e, principalmente, ao número de candidatos que disputam os diferentes cargos políticos, a cada pleito eleitoral.

De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2012), 500.749 candidatos disputaram as eleições de 2010 (para os cargos de deputado estadual e federal, senador, governador e vice-governador, presidente e vice-presidente) e de 2012 (cargos de prefeito, vice-prefeito e vereadores). Números correspondentes às eleições de 2014 permitem evidenciar a concorrência na disputa por um cargo político: o quantitativo de candidatos aos diferentes cargos foi consideravelmente maior que as vagas disponíveis, como mostra a tabela⁵ abaixo:

Relação candidato/vaga - eleições 2014.

Cargo	Nº total de candidatos	Nº de vagas disponíveis	Concorrência candidatos/vaga(s)
Presidente	12	1	12
Vice-Presidente	12	1	12
Governador	176	27	6,51
Vice-Governador	184	27	6,81
Senador	185	27	6,85
Deputado Federal	7.139	513	13,91
Deputado Estadual	17.006	1.035	16,43

⁴ Cálculo realizado pela autora, com base nas informações coletadas nos sites das Assembleias Legislativas, Congresso Nacional e Câmara de vereadores do Brasil.

⁵ Confeccionada com base nos dados gerais das estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral, considerando as candidaturas aptas e inaptas, o que explica o porquê do número de candidatos a vice-governador ser maior que o de governador.

Deputado Distrital ⁶	1.028	24	42,83
Senador Suplente 1	207	27	7,66
Senador Suplente 2	211	27	7,81
Total-Geral	26.160	1.709	15,30

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2014).

Mesmo considerando que há outros fatores intervenientes na disputa, como, por exemplo, a proporcionalidade de vagas destinadas às diferentes legendas partidárias, é significativa, de modo geral, a concorrência a ser enfrentada para vencer os pleitos eleitorais. No caso de deputados estaduais, cargo do qual derivaram os sujeitos desta dissertação, observa-se na tabela que a concorrência é das mais elevadas. No sul do país, especificamente, 1.817 sujeitos concorreram a 140 vagas para deputado estadual, ou seja, 1.677 não conseguiram o cargo desejado (TSE, 2014).

A respeito do campo específico onde a pesquisa foi desenvolvida: a configuração da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina à época em que os dados foram coletados era de quarenta deputados. Essa casa legislativa fica situada, como as dos demais estados brasileiros, na capital, Florianópolis, e os políticos que ali exercem seus mandatos são assessorados por suas chefias de gabinete, bem como por outros profissionais responsáveis por auxiliá-los nas tarefas afetas à sua representação legislativa das diversas regiões do estado. Maiores informações podem ser encontradas no portal da ALESC (<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/>).

Os políticos brasileiros são provenientes das mais variadas classes sociais e de diferentes (e até inusitadas) profissões, como cantor, coveiro, jogador de futebol, empresário, sacerdote, garçom, manicure, detetive particular, médico, advogado, comediante, borracheiro, carteiro, artista de circo e políticos de carreira (CONGRESSO EM FOCO, 2009). Nas eleições de 2014 ocorreu um predomínio de algumas dessas ocupações: advogados, empresários e políticos de carreira ocuparam o *ranking* dos primeiros lugares dentre os políticos eleitos para iniciarem o exercício de seus mandatos em 2015 (TSE, 2014). No entanto, a

⁶ Cargo que denomina os componentes da Câmara Legislativa do Distrito Federal, atualmente composta por 24 deputados.

história em relação a algumas profissões vem se repetindo, pois dados estatísticos desse Tribunal mostram que advogados e administradores têm ocupado sempre as primeiras posições como profissões de políticos que conseguem entrar no cenário político brasileiro.

Na história brasileira recente houve políticos bastante conhecidos. Muitos, em sua trajetória de atuação, marcaram a história do país, como Getúlio Vargas, criador do Ministério do Trabalho, Tancredo Neves, que comoveu o povo brasileiro com sua morte às vésperas de assumir a Presidência, tendo prometido a construção de uma Nova República; José Sarney, há mais de trinta anos na política; Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito pelo povo após a ditadura e igualmente tirado do poder pelo povo via *impeachment*⁷; Luiz Inácio Lula da Silva, operário eleito Presidente; Dilma Rousseff, primeira mulher a exercer a Presidência da República, reeleita em 2014. Todos esses agentes políticos percorreram ou percorrem uma carreira dentro do sistema político brasileiro, fazendo política e ocupando os mais variados cargos.

Existem diferentes formas de se fazer política ou de se dedicar à política: esta pode ser vista como profissão principal, profissão secundária ou pode ser realizada eventualmente (WEBER, 2011). Para o autor, o homem político que vê na política sua profissão pode viver para a política ou da política; quem vive para a política consegue dar sentido às atividades exercidas no contexto político, construindo sua identidade profissional na política, por se colocar a serviço de uma causa que gera sentido em sua vida. Nessa perspectiva, todo ser humano que viver por uma causa, também vive dela. Em contraponto, o sujeito que não vive para a política e sim dela se aproveita deste contexto para se beneficiar financeiramente, por receber tributos e ajudas de custo para suas despesas.

Weber afirma que este sujeito que vive da política é um político profissional, por encontrar nesse contexto uma fonte de renda durável, um emprego. Já aqueles que fazem da política sua profissão secundária não vêem nela sua fonte de renda, mas uma ocupação, como é o caso de componentes de partidos políticos ou parlamentares que apenas exercem algumas atividades referentes à política em períodos de sessões.

⁷ Expressão inglesa usada para designar a cassação de um chefe do Poder Executivo. Essa cassação pode ser realizada pelo congresso nacional, pelas assembleias estaduais ou pelas câmaras municipais. No cenário político brasileiro recente, esse ex-presidente sofreu *impeachment* na década de 1990, pelo crime de responsabilidade previsto na lei 1.079/50 (MEIRELLES, 2008).

Diante de todas essas considerações, chegou-se a alguns questionamentos, como: quem são as pessoas que ocupam tais cargos? Qual é a identidade profissional desses políticos? O que é ser político para esses sujeitos? Trata-se de indivíduos desempregados ou quem sabe insatisfeitos com suas profissões de origem, e que então optaram por seguir a carreira política? Ou são profissionais que abdicaram de suas profissões para o exercício da carreira política? Eles consideram a carreira política de fato como uma profissão com a qual se identificam? Como se molda a trajetória profissional nessa carreira? Que motivos e estratégias os levaram a ingressar e os fazem continuar na carreira política?

Buscando uma síntese desses questionamentos, a pesquisa desenvolvida buscou responder ao seguinte **problema de pesquisa**: como se constrói a trajetória profissional de políticos que ocupam cargos do poder legislativo? Seu objetivo geral foi caracterizar a trajetória profissional de políticos que exercem mandato no poder legislativo catarinense. Os objetivos específicos foram: - Identificar o significado de ser político para políticos que exercem mandato no poder legislativo; - Levantar as percepções desses indivíduos a respeito de sua(s) função(ões) enquanto políticos; - Conhecer a constituição identitária desses políticos enquanto profissionais, ao longo de sua trajetória laboral; - Identificar as estratégias utilizadas por esses indivíduos para sua permanência na carreira política.

Decidiu-se pelo recorte da pesquisa ao poder legislativo porque ele perpassa as instâncias federal, estadual e municipal (Congresso Nacional, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), dando a possibilidade de conhecer o modo como as trajetórias se constituem nas diferentes instâncias, com eventuais peculiaridades que possam apresentar. Outro recorte estabelecido foi a escolha por colher dados junto a deputados estaduais catarinenses vinculados a dois partidos: o PT e o PMDB, por suas diferentes trajetórias no cenário político brasileiro e por concentrarem um número significativo de representantes na Assembleia Legislativa no estado de Santa Catarina (o PMDB com 10 deputados e o PT com 8 deputados no ano de 2014).

Esse estudo justificou-se por sua finalidade de compreender o modo como se caracteriza a trajetória profissional de políticos, cidadãos responsáveis pela organização e representação da nação brasileira. Considerou-se que tais indivíduos, em que pesem todas as questões até aqui arroladas e resguardadas as peculiaridades do cenário político brasileiro, igualmente desenvolvem processos psicológicos que merecem ser conhecidos.

Este trabalho está estruturado em seis capítulos, a saber:

- Introdução: aborda a problemática pesquisada e seu contexto, além dos objetivos do estudo e justificativas para sua realização;

- Segundo capítulo: consiste no Marco Teórico que fundamentou o estudo, subdividido em temáticas referentes ao trabalho na contemporaneidade e a questão das identidades, às carreiras e construção da trajetória profissional, à carreira política e à estruturação do sistema político brasileiro;

Terceiro capítulo: apresenta o Método por meio do qual o estudo foi conduzido, abrangendo sua caracterização, o campo e os participantes, os preceitos e procedimentos éticos observados e os processos de coleta e de análise dos dados;

Quarto capítulo: expõe e analisa o perfil sociodemográfico e os percursos dos entrevistados na carreira política, a partir dos dados levantados;

Quinto capítulo: apresenta a caracterização da trajetória profissional dos entrevistados, por meio das categorias e subcategorias identificadas no processo de análise dos dados, focalizando o recrutamento político, a carreira na política e a identidade profissional;

Sexto capítulo: traz reflexões e considerações finais a respeito dos resultados encontrados, por meio de uma síntese que resgata os objetivos anteriormente traçados e busca responder à pergunta proposta para a pesquisa. Também refere dificuldades e limitações do estudo e apresenta sugestões para novos estudos.

Por fim são elencadas todas as referências constantes do texto e apresentados os Apêndices, mostrando instrumentos utilizados na pesquisa empírica, e o Anexo, onde se encontra a aprovação do projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC.

2 MARCO TEÓRICO

O Marco Teórico, em pesquisas de abordagem qualitativa, agrupa elaborações teóricas que auxiliam o pesquisador na construção de perguntas essenciais, visando uma melhor compreensão da realidade empírica (MINAYO, 2004). Nessa perspectiva, este capítulo abrange primeiramente aspectos relativos ao trabalho, sua centralidade e as identidades no contexto contemporâneo. Na sequência são tratados os temas referentes às carreiras e à construção da trajetória profissional e à carreira política e às trajetórias de políticos, especificamente. Finaliza-se o capítulo com uma breve apresentação sobre o regime político, o sistema de governo e o sistema político brasileiro.

2.1 O TRABALHO, SUA CENTRALIDADE E AS IDENTIDADES

A conjuntura contemporânea comporta mudanças de toda ordem, a ponto de afetarem a subjetividade, as relações de trabalho e as carreiras dos indivíduos. Embora transformações façam parte do histórico de todas as sociedades, na contemporaneidade elas vêm ocorrendo de formas mais substanciais, e o trabalho, particularmente, se altera, ocorrendo o mesmo com a forma como o trabalhador o compreende e lhe atribui significados. O atual contexto trouxe mudanças em conjunturas diversas como sociais, econômicas, tecnológicas e geopolíticas que moldaram as relações humanas no mundo todo, e que acarretaram em diferentes formas de inserção nos contextos produtivos e de relações que estão sendo construídas pelos sujeitos em relação ao trabalho, à família e à carreira (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007).

Tolfo e Piccinini (2007) ratificam que o trabalho na contemporaneidade está vinculado a mudanças de diferentes categorias, como as alterações na ordem política e econômica mundial, o aumento da rivalidade entre países e organizações, os sucessivos processos de transformação nas organizações, caracterizados pela desregulamentação e flexibilização do trabalho, fruto do acúmulo flexível e das novas tecnologias implantadas. Dubar (2001) confirma que a sociedade contemporânea se modificou em consequência do desenvolvimento da economia mercantil e capitalista, que instaurou uma nova separação de trabalho e fez emergir elementos como o trabalho assalariado e o desaparecimento de antigas profissões.

Não obstante todas essas transformações ocorridas e em curso relativamente ao trabalho⁸, ele continua a ocupar posição central na vida das pessoas, repercutindo em sua construção identitária. Muitas pesquisas e obras se referem ao trabalho e sua centralidade na vida cotidiana (ANTUNES, 2004, 2005, 2013; BENDASSOLLI, 2009; BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; CAVALHEIRO; TOLFO, 2011; COUTINHO, 2009; KRAWULSKI, 1991; COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007; ORGANISTA, 2006; NASCIMENTO, 2011, SENNETT, 2012). A centralidade do trabalho evidencia-se após a Revolução Industrial, quando emerge o capitalismo e, em decorrência das características desse novo modelo de produção, ocorre um progressivo aumento na dedicação dos trabalhadores para com o trabalho/emprego (CAVALHEIRO; TOLFO, 2011). Bendassolli (2009) afirma que a expressão “centralidade do trabalho” começou a ser pronunciada entre os séculos XVIII e XIX, nas sociedades ocidentais. Mas, se a criação é nova, sua procedência não; para o autor, trata-se de uma construção que vem sendo debatida à medida que o capitalismo vai se firmando e que se criam novas necessidades de relação entre o homem e o trabalho.

Indiscutivelmente o trabalho e a profissão são formadores da identidade de cada sujeito (NAVARRO; PADILHA, 2007), sendo incontestável que ocupem uma porcentagem significativa no ambiente e no tempo contemporâneo onde a vida humana está se desenvolvendo. No atual panorama societário observam-se contradições marcantes, como a demasia e a carência de trabalho, a precarização e a informalização do emprego, mas que confirmam a centralidade do trabalho, tanto no que tange a trabalhadores que exercem suas atividades ocupando mais do que 44 horas semanais quanto àqueles em situação de desemprego. Com o trabalho, o ser humano busca mais do que satisfazer suas necessidades básicas, mas procura também por reconhecimento social. Organista (2006), a respeito dessa questão, traz como exemplo os camelôs, que embora realizem suas atividades em condições precárias, estas não os impedem de permanecerem exercendo o seu trabalho, uma vez que este ocupa uma posição central e estruturante em suas vidas, construindo sua identidade como trabalhador “ativo e vivo”.

A questão da centralidade do trabalho nos atuais arranjos societários é tão presente que diversos estudos a têm referendado. A 65.

⁸ Embora se reconheça que entre trabalho e labor existam diferenças conceituais, no presente trabalho os dois termos estão sendo usados como sinônimos.

ASAMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD (2012) teve como principal debate o transtorno mental resultante de longos afastamentos do trabalho; a pesquisa intitulada “Burnout, projeto de ser e paradoxo organizacional” (CASTRO, 2010) destaca o resultado do excesso de trabalho; já o estudo denominado “Saúde mental e trabalho: significados e limites de modelos teóricos” (BERNARDES, 2013) problematiza os processos de adoecimento derivados da vida laboral. No modelo laboral vigente, o trabalhador, ao longo de sua vida, nada mais é do que força de trabalho, desprendendo todo seu tempo disponível para seus afazeres de trabalho, “tempo para formação humana, para o desenvolvimento espiritual, para o preenchimento de funções sociais [...]” (ANTUNES, 2013, p. 21). O trabalho, assim entendido, consolida a condição de ser trabalhador, ou seja, é impossível pensar em uma sociedade sem trabalho; enquanto o homem se desenvolve para além do corpo, é por meio do trabalho que ele se molda na sociedade (ORGANISTA, 2006).

A questão da centralidade do trabalho, no entanto, não é unânime na literatura. Autores como Offe (1994) e Pais (2005) advogam que ele já não é mais central no cotidiano do ser humano, uma vez que novas formas de trabalho/emprego perdem características importantes, como a construção da identidade dentro de uma organização, emergindo, neste contexto, novas esferas sociais mais importantes que o trabalho, como a família e o lazer. Antunes (2005), a esse respeito, reconhece que novas e difíceis relações emergem no âmbito do labor, principalmente em relação à nova configuração de como os sujeitos se relacionam nesse novo contexto capitalista, caracterizado por formas predominantes de estranhamento e de alienação no trabalho.

Assim, segundo o autor, passa o trabalho a ter dois polos, um que consiste em ser o constituinte da vida humana e o outro se referindo ao capital, que moldou o trabalho para assalariado, alienado e fetichizado (ANTUNES, 2004). Na concepção deste autor, porém, essas mudanças contribuem para que o trabalho permaneça sendo central, não apenas na dimensão econômica, mas na psicológica, sociológica e simbólica. Pode-se entender a centralidade no trabalho como o grau de importância que o sujeito confere ao trabalho em sua vida em um determinado período (TOLFO; PICCININI, 2007). As autoras destacam existir outro elemento, que é a centralidade relativa do trabalho, construída por períodos na vida do sujeito; esta pode ser medida pelo grau de importância conferido ao trabalho concomitantemente com outros períodos da vida.

Mas, o que é trabalho? Nascimento (2011) afirma que trabalho é toda ação humana, física ou mental, transformadora da natureza para

melhor satisfazer às necessidades do ser humano; esta ação é geradora de bens e serviços que são utilizados no dia-a-dia dos sujeitos. Para Gernet e Dejours (2011), trabalho é toda atividade exercida por homens e mulheres, os quais coordenam e executam tais atividades. O trabalho é atravessado pela interação social, permitindo que os sujeitos sejam reconhecidos pelo seu labor; de uma maneira muito singular, o trabalho auxilia no processo de não adoecimento, mas o oposto também procede, ocorrendo o adoecimento pela falta de reconhecimento social do trabalho tornado alienante e solitário. O fenômeno trabalho pode ser definido ainda como qualquer atividade humana realizada, indiferentemente do local ou exercício desempenhado. O trabalho é, então, uma atividade fundamentalmente do ser humano, que proporciona aos sujeitos a capacidade de se transformar e modificar a realidade. “Em certo sentido, trabalhar é desafiar a realidade, procurando superá-la e buscando inserir-se no espaço da sociedade” (KRAWULSKI, 2004, p. 30). Essa autora, ao discorrer sobre o tema, afirma que

na atual conjuntura societária, o trabalho coloca-se como expectativa social às pessoas desde o nascimento, na medida em que se espera delas que, no momento oportuno, ocupem um lugar no mundo do trabalho e contribuam para a manutenção do processo produtivo. Essa compreensão do trabalho permite considerá-lo como uma instituição social, instituída e instituinte, à qual é inerente o seu caráter transformador, na perspectiva de que, ao trabalhar, o ser humano transforma algo e, do mesmo modo, é transformado como resultado desse ato, que se justifica não apenas a partir da dimensão econômica, mas considerando-se também dimensões outras, de caráter subjetivo, muito embora o parâmetro de ordem econômica, no atual arranjo societário, esteja inevitavelmente tramado nas demais dimensões (KRAWULSKI, 2004, p. 31).

Estamos diante de um fenômeno que é, sem dúvida, essencial nas sociedades e não há como negá-lo, tanto para os sujeitos que estão exercendo suas atividades, quando para aqueles que não estão (AMADO; ENRIQUEZ, 2011). É indiscutível, portanto, a centralidade do trabalho na vida das

peças e das sociedades, sendo por meio dele que o ser humano se constitui em suas relações com o meio social no qual está inserido, e também que consegue refletir sobre sua biografia e, desse modo, gerar sentido em sua existência, construindo sua identidade pessoal, social e profissional, nas diversas atividades que realiza, dentro ou fora de uma organização (BENDASSOLLI, 2009). Por intermédio do trabalho, então, haja vista sua centralidade, as relações entre os homens se estabelecem; com tantas transformações em curso no contexto contemporâneo, essa relação torna-se cada vez mais complexa e diversificada, uma vez que é por meio do labor que os indivíduos desenvolvem papéis sociais e tornam-se capazes de moldá-los. Assim, suas atividades diárias, preocupações, ansiedades, tristezas, alegrias e outras permeiam a relação trabalho e vida.

A questão da centralidade do trabalho, situada brevemente aqui, bem como a revisão de alguns conceitos definidores do que seja esse fenômeno nos possibilitam avançar no exame da repercussão das atividades laborais na constituição identitária dos sujeitos. Porquanto no imaginário social, no contexto brasileiro ao menos, não sejam incomuns questionamentos e ironias relativamente ao trabalho de políticos, considera-se que esses indivíduos, ao exercerem seus mandatos, estão desempenhando um trabalho e, nesse processo, como os demais trabalhadores, também constroem uma trajetória identitária e, conseqüentemente, sua identidade.

Os políticos em geral, e deputados e senadores em especial, têm uma jornada de trabalho que se inicia durante a semana e, não raras vezes, ultrapassa o horário comercial e avança nos finais de semana. Os deputados despacham em seus gabinetes, desenvolvem atividades de rotina e integram comissões especiais e CPIs durante a semana, e nos finais de semana comumente retornam às suas bases estabelecendo contato e *feedback* com seus eleitores (DOMONTE, 2014). Essa relação próxima entre o deputado e seus eleitores em

adição ao trabalho diário no gabinete moldam a identidade profissional do sujeito que opta pela carreira política; nesse processo diário o político se percebe como tal, construindo e reconstruindo sua identidade.

O processo de construção da identidade de cada sujeito, não obstante todas as mudanças do/no contexto contemporâneo, pode ser compreendido como a maneira pela qual esse sujeito se movimenta pelo mundo, de uma forma dialética; trata-se de uma construção do indivíduo em interação com a sociedade (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007). Nesse contexto, cada sujeito adota identidades distintas, não existindo a unificação de um eu; à medida que ocorre sua inserção em culturas diferentes, novas identidades se formam. A identidade é formada, então pela interação do sujeito com o mundo, uma construção diária entrelaçando os mundos culturais e exteriores e as identidades que esses mundos proporcionam (HALL, 2011). Na concepção deste autor, o sujeito, que antes tinha uma identidade unificada e constante, agora tem uma identidade fragmentada, composta não por uma, mas por diversas identidades; esse é o sujeito pós-moderno, que se transforma consecutivamente e desenvolve distintas construções identitárias.

Diante desse cenário, o sentido que cada sujeito confere ao trabalho está diretamente ligado com a construção da sua identidade, uma vez que as identidades ocupacionais estabelecem ligações sociais, fazendo com que estas edifiquem sua identidade, pelas relações estabelecidas no trabalho/emprego (VIEIRA, 2007). Como se vem abordando aqui, a identidade é composta tanto pela dimensão social quanto pela pessoal, definindo, dessa forma, a subjetividade, a qual, segundo Santos (2001), é o primeiro nome moderno para a identidade. Krawulski (2004) aponta que a identidade envolve as peculiaridades de cada sujeito, concomitante com as relações estabelecidas com pares, amigos, colegas de trabalho,

família, ou seja, com todos aqueles que compõem o conjunto de suas relações sociais.

Outro fator importante na construção das identidades são os diferentes papéis que cada ser humano exerce durante sua trajetória existencial. Dentre esses papéis, é de se destacar o profissional, pois, no contexto da centralidade do trabalho, conforme já se abordou, trata-se de dimensão com peso preponderante na constituição identitária dos indivíduos. Dubar (2001), ao escrever sobre as identidades profissional e pessoal, indaga-se: de que maneira o trabalho define os sujeitos? E como se definem os demais sujeitos pelo trabalho? Que relação o trabalho tem na construção das identidades? Na tentativa de responder a essas indagações, o autor registra que existem diferentes formas de se analisar o trabalho e que para esse atribuem-se diferentes sentidos, da mesma forma que se podem classificar as diversas atividades realizadas no mundo do trabalho, pois não existe sociedade sem trabalho.

Pelo trabalho, portanto, a identidade profissional é formada; é por meio dele que se constroem as relações sociais. É com o trabalho que os sujeitos conseguem vivenciar novas experiências, anseiam por conquistas, têm frustrações e realizações e se confrontam com o desejo de reconhecimento, em um contexto de acesso desigual (DUBAR, 2005). Assim, a identidade profissional resulta do conjunto formado pelo homem e seu labor, desenvolvendo-se em um contexto específico e a partir de características próprias do seu trabalho. A identidade profissional se constrói e se molda pelo caminho percorrido profissionalmente, assim, essa identidade está diretamente ligada ao trabalho formal ou informal, às profissões, carreiras, ofícios e ocupações. A ocupação não se trata de uma carreira em si, mas de tarefas realizadas diariamente com objetivos e propósitos, sendo ela reconhecida socialmente por ser institucionalizada por meio de regulamentos e normas. Já a profissão está diretamente ligada à especialização. E esse exercício cotidiano de trabalho permite

aos sujeitos desenvolver uma identidade profissional, e essa noção nos remete à questão das carreiras e da construção da trajetória profissional, abordadas a seguir.

2.2 CARREIRAS E CONSTRUÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

As conjecturas sobre carreiras começaram a emergir em meados da década de 1950, período marcado pelo capitalismo industrial na sociedade ocidental; nesse período as transformações aceleradas ocorridas no mundo do trabalho conduziram a implicações nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores, modificando o conceito que lhes era até então atribuído (MAGALHÃES, 2008; BENDASSOLLI, 2009; SOUZA; LEMOS, 2010; ROWE; BASTOS; PINHO, 2011). Não se pode, portanto, contextualizar sobre carreiras sem entender a composição socioeconômica, a dinâmica do mercado de trabalho e o contexto histórico onde se encontram os profissionais (CHANLAT, 1995).

Souza e Lemos (2010) asseveram que nas últimas três décadas o Brasil passou por mudanças significativas no cenário econômico, político e social. Enquanto a ditadura, a repressão e a criação de sindicatos marcaram a década de 1970, na década de 1980 a nação brasileira sofreu uma forte estagnação na economia, que resultou na redução significativa de postos de trabalho. Já na década de 1990 a tecnologia velozmente invadiu a sociedade, modernizando-a. Em que pese o fato de os avanços tecnológicos terem gerado desemprego com suas consequências de toda ordem, sob o domínio tecnológico emergiu a denominada era do conhecimento, e as organizações passaram a buscar profissionais qualificados, aumentando a individualidade e a competitividade e moldando definitivamente a forma como os sujeitos traçavam suas carreiras.

Esses elementos do contexto ocupacional modificaram intensamente o modelo tradicional de carreira, conduzindo à responsabilidade individual do profissional pela busca por oportunidades no mercado de trabalho (FREZATTI; KASSAI, 2003; MAGALHÃES, 2008). Fatores como o aumento da competição nos ambientes de trabalho, bem como mudanças demográficas e culturais, concomitantes com os sujeitos nascidos da segunda metade do século XX em diante, os denominados *baby boomers* e geração X e Y, moldaram o que era denominado de carreira tradicional. De acordo com

Wilkoszynski e Vieira (2013), esse modelo de carreira tinha como principais constructos a estabilidade, a progressão vertical, o planejamento com foco em demandas organizacionais e o reconhecimento do sucesso por meio de aspectos extrínsecos ao sujeito. Assim, o trabalhador, ao entrar em uma organização, tinha traçada sua carreira profissional até chegar à sua aposentadoria com estabilidade, almejava algumas promoções, mas, no contexto geral, não tinha muitas preocupações, uma vez que predominava um caráter estável a essa carreira. O mundo apresentava-se como um lugar previsível para se viver, todos os sujeitos passavam suas vidas dentro da mesma organização, numa mesma região geográfica e no mesmo país (TEIXEIRA, 2008).

Enquanto a carreira tradicional expressava um modelo cuja base era uma estrutura hierárquica, rígida, estruturada e ascendente, atualmente não há um formato específico de encareiramento, pois as carreiras se tornaram transacionais, flexíveis e dinâmicas, dificultando o delineamento de um modelo específico e demandando novos ordenamentos (KILIMNIK, 2011). Um aspecto significativo nessa diferenciação de modelos é que na contemporaneidade a carreira está vinculada à individualização. Assim, o trabalhador não precisa mais necessariamente de uma organização para traçar sua carreira, nem pertencer a uma determinada (e única) categoria profissional: a carreira é singular para cada sujeito e este deve ser responsável pelo seu sucesso ou não na vida profissional. Vive-se então um momento no qual cada indivíduo inserido no mundo contemporâneo e conhecedor da efemeridade ligada aos vínculos organizacionais e da crescente exigência pelo sucesso profissional está degustando uma nova fase de imposições em seu futuro profissional (WILKOSZYNSKI; VIEIRA, 2013). Trata-se de um momento onde não cabem atitudes passivas em relação à carreira, e sim atitudes ativas, para conseguir garantir lugar no mundo do trabalho, pois a inclusão, a manutenção, o progresso e a conquista de um futuro pessoal e profissional de sucesso é responsabilidade individual de cada sujeito.

Frente a essas modificações, no atual cenário o conceito de carreira tem um significado mais evidente e central para a sociedade e seus indivíduos, por se tratar de um conjunto de posições ocupadas por um sujeito ao longo de sua vida, ou seja, dos papéis exercidos pelo indivíduo dentro ou fora de uma organização (TEIXEIRA, 2008). Nessa perspectiva, não ocorre uma separação entre a vida pessoal e a carreira e sim a construção de uma trajetória, pois, conforme Terenas (2012) menciona, a carreira é o caminho profissional que cada indivíduo segue,

com o desígnio de realizar um conjunto de atividades dentro ou fora de uma organização específica, demonstrando sua competência em nível elevado.

Bendassolli (2009) contextualiza que um dos fatores evidentes para o declínio do modelo tradicional de carreira está ligado ao capitalismo: a sociedade capitalista, diferentemente de outros contextos da história, presentemente com sua mentalidade de consumo e egoísmo, achou uma forma de liberar seu desejo por aquisição de bens materiais. Criou-se, na sociedade de consumo, a fantasia de que a felicidade e o prestígio só ocorrem pela quantidade de objetos consumidos, sucedendo assim, uma enorme produção de artefatos para serem consumidos, pois essa sociedade “precisa dos seus objetos para existir e sente, sobretudo, a necessidade de os destruir” (SELIG, 2011, p. 35). Dessa lógica nem as próprias carreiras escapam, pois também acabam sendo criadas para serem consumidas, destruídas e recompostas continuamente e dinamicamente, e então passa a ser necessário falar de carreiras e não mais de uma carreira apenas.

As alterações na noção tradicional de carreira se devem a todo um conjunto de transformações no mundo do trabalho, as quais foram, aos poucos, modificando as relações dos sujeitos com as atividades laborais. Segundo Magalhães (2008, 2013), o trabalho tornou-se uma relação mercantil, na qual os trabalhadores não se comprometem em longo prazo com as organizações em que atuam. Como o contrário também é verdadeiro, tem-se, assim, que as carreiras ficam focadas em cada indivíduo: ele sim é responsável pela construção de sua carreira e não mais a organização, como no modelo tradicional.

Essa concepção de carreira sob responsabilidade do sujeito caracteriza as chamadas carreiras emergentes, como a *carreira proteana*. Esta denominação vem da mitologia grega, do Deus Proteus, tendo como definição a modificação exigida na presença das novas demandas do mundo do trabalho, pois é necessário se adaptar às novas mudanças da contemporaneidade (RIBEIRO, 2011). Na concepção de *carreira proteana* cada sujeito é responsável por planejar sua ascensão na vida profissional; nesse modelo de carreira o sujeito tem como fundamento o conciso comprometimento com a organização de trabalho, e como pontos fundamentais a flexibilização e a versatilidade (RIBEIRO, 2011), que lhes são exigidas quando necessita mudar a trajetória e/ou os vínculos de trabalho, e/ou a própria profissão.

A maneira pela qual o sujeito se adapta é, assim, o ponto forte da carreira de tipo proteana, pois ele precisa ter a capacidade de resistir e/ou de ser resiliente, sendo flexível e superando positivamente as

dificuldades encontradas (BENDASSOLLI, 2009). O autor assinala ainda que esse modelo de carreira proporciona diferentes experiências de trabalho para os indivíduos, em distintas organizações, sendo o trabalho compreendido como uma sequência de experiências a partir das quais a versatilidade da carreira é obtida. Wilkoszynski e Vieira (2013) corroboram essa ideia, afirmando que a carreira *proteana* está diretamente ligada às seguintes características: adaptabilidade, orientação por valores pessoais, autoconhecimento e aprendizado contínuo.

Dentre os modelos emergentes de carreiras a literatura aponta também a carreira sem fronteiras, cuja característica central é a movimentação que vai além dos limites das organizações. Trata-se de uma carreira construída fora da empresa, e que tem como sustentação as redes de relacionamentos, as quais servem como uma conexão entre seu cotidiano dentro e fora do trabalho (RIBEIRO, 2011). Essa carreira, segundo Wilkoszynski e Vieira (2013), tem como constructos a mobilidade física e psicológica, mas também a competência de transpor fronteiras físicas e psicológicas concomitante com o saber o porquê, o como e quem.

Na sociedade contemporânea existem ainda outros modelos de carreira, como a carreira portfólio, um modelo emergente onde os indivíduos apresentam suas competências para as organizações e dentro dessa desenvolvem diferentes atividades, construindo, assim, uma identidade profissional múltipla (RIBEIRO, 2011). Essa carreira tem como característica a fragmentação, ou seja, é fragmentada em diversas ocupações, como empregos temporários, trabalho autônomo, projetos de trabalho parciais, consultoria, docência em diversas faculdades, podendo ser mais insegura e instável, mas permitindo, porém, maior flexibilidade (BENDASSOLLI, 2009).

Outros modelos emergentes de carreira são ainda encontrados na literatura: o chamado de *CraftCareers*, o qual não difere dos outros no que tange à responsabilidade do indivíduo pela sua carreira, mas exige que o sujeito seja criativo: cria-se algo, expressa-se por meio do seu produto e o produz, não ocorrendo separação entre concepção e execução (BENDASSOLLI, 2009). Há, ainda, a *carreira arco-íris*, ligada aos papéis sociais que cada sujeito exerce em sua trajetória de vida, como estudante, trabalhador, empregado e outros, e também a *carreira multidirecional*, onde o indivíduo pode traçar caminhos tanto dentro como fora da empresa, mas esta é delimitada e administrada pela organização do trabalho (RIBEIRO, 2011). Relativamente a essa última,

Bendassolli (2009) pontua a metáfora de “surfear na própria carreira⁹”, tendo o indivíduo boas experiências quando consegue “surfear na onda perfeita”, aproveitando as oportunidades profissionais adquiridas ao longo da vida “em busca da melhor onda”. Por último, tem-se a *carreira construcionista*, cuja característica é o movimento constante de construção, uma construção social por meio das relações de trabalho que visa à busca constante por conhecimento. “Trata-se, portanto, de um modelo no qual a carreira é separada de emprego, dizendo muito mais respeito à significação de experiências nesse domínio específico da existência do que a um conjunto de premissas dadas num contexto organizacional” (BENDASSOLLI, 2009, p. 146).

Todos esses modelos de carreiras decorrem de alterações ocorridas e/ou em curso nos contextos produtivos, direcionando os sujeitos à tarefa de desenvolver suas próprias carreiras, e, em suma, responsabilizando-os pela edificação (bem sucedida, preferencialmente!) de sua trajetória profissional¹⁰. Construir uma trajetória profissional, portanto, requer clareza, por parte dos sujeitos a respeito do contexto laboral onde eles estão inseridos, o que inclui conhecer as “regras do jogo” e os movimentos possíveis, com suas perdas e ganhos, a cada momento. Esse processo é peculiar, complexo e multidimensional, envolvendo não apenas elementos objetivos, como a realidade ocupacional vigente, mas também expectativas e valores desses sujeitos enquanto trabalhadores e cidadãos.

Ressalte-se, porém, que as diversas profissões lidam de diferentes maneiras com essa heterogeneidade apresentada. As carreiras públicas ocupadas por várias profissões, por exemplo, possuem características específicas e diferentes em relação às carreiras privadas; nessas, o ingresso por meio de concurso público e sua progressão obedece a critérios préestabelecidos, dependendo do setor e/ou cargo ocupado. Pesquisas recentes indicam que um dos principais motivos para a escolha da carreira pública é a garantia de estabilidade (ALBRECHT; KRAWULSKI, 2011; SELIG, 2011), o que remete a uma trajetória profissional cujo perfil de carreira se assenta nos moldes tradicionais e não em modelos emergentes.

⁹Essa metáfora já havia sido utilizada no livro intitulado “Seu diploma, sua prancha: como escolher a profissão e surfar no mercado de trabalho” (MACEDO, 1998).

¹⁰ Embora se reconheça que entre trajetória profissional e carreira existam diferenças conceituais, no presente trabalho os dois termos estão sendo usados como sinônimo.

Na carreira privada, por sua vez, enfrenta-se a competitividade da sociedade contemporânea, muito embora essa competitividade perpassasse atualmente todas as profissões e carreiras em algum grau, pois o ingresso no serviço público, dependendo do cargo, também requer superá-la. Também o agente político, ao buscar trilhar uma carreira no cenário político brasileiro, precisará “vencer” nas eleições outros candidatos que disputam o mesmo cargo, para então poder construir uma trajetória profissional no exercício de seu mandato. Examinemos, pois, essa questão.

2.3 CARREIRA POLÍTICA E TRAJETÓRIAS DE POLÍTICOS

Abordar a respeito de trajetória de políticos significa tratar do que em tese denomina-se de carreira política no Brasil. Nas assertivas de Miguel (2003) encontramos que a ideia de carreira política emerge da linguagem de senso comum utilizada pelos próprios políticos, que atribuem diferentes valores aos cargos que escolhem ocupar; enquanto muitos optam por cargos de maior prestígio e alcance, outros estrategicamente preferem exercer mandato em âmbito regional e de menor expressão, como forma de ascensão na carreira. Pode-se afirmar, desse modo, que o sistema político brasileiro estrutura-se como uma carreira hierarquizada, com formato piramidal; nessa pirâmide, quem está na base deseja ascender para o topo ou pelo menos até a sua metade, valendo-se, para alcançar esse intento, de diversas estratégias junto ao cenário político.

Assinalando a ausência de estudos específicos sobre carreira política, Miguel (2003) afirma que mesmo assim se consegue estabelecer uma estrutura a respeito dessa carreira. Como exemplo, cita o fato de os políticos buscarem se eleger ou reeleger nem sempre para o mesmo cargo; ou seja, o vereador que almeja sua ascensão tem como opção se candidatar a deputado estadual ou prefeito municipal; o deputado estadual, por sua vez, pode se candidatar a senador, governador e assim por diante, até a presidência da república. Pondera ainda o autor que nessa estrutura de carreira política os cargos de vice do poder Executivo, como vice-prefeito e outros, embora sejam consideradas posições importantes, não são tão admiradas nem almejadas. Já a ocupação de outras posições, inclusive em outros poderes, pode ser o caminho para a ascensão na carreira política; o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, por exemplo, após ter sido Ministro da Fazenda no governo de Itamar Franco, ascendeu em sua carreira para o cargo político mais almejado, de presidente da república.

Um fato que não pode ser esquecido na construção da carreira política é que o ator político, ao construir sua trajetória, tem apenas quatro saídas, no cenário político brasileiro (SAMPAIO, 2011). A primeira, segundo o autor, é o **egresso**, o político que, depois de ter exercido seu primeiro mandato, não mais concorre a cargo, podendo deixar a vida política, inclusive. A segunda é uma saída **regressiva**, que ocorre quando o ator político, em sua candidatura a novos mandatos, concorre a cargos não tão almejados ou a cargos menores dentro do cenário político, como, por exemplo, o de vereador. A terceira saída é permanecer sempre no mesmo cargo, representando essa permanência a situação de carreira **estática**. E, por fim, a carreira **executiva**, traduzindo a situação de políticos ocupando cargos legislativos e que podem traçar suas trajetórias em cargos executivos, ou, ao contrário, os de carreira executiva passarem a exercer cargos no poder legislativo. Essas saídas podem ser buscadas voluntária e/ou estrategicamente, ou, ainda, representarem uma condição à qual o ator político deve se conformar, dependendo da conjuntura sociopolítica do país.

As trajetórias de políticos, no contexto brasileiro, possuem diversas características. Primeiramente, trata-se de uma carreira que não é rígida, permitindo ao político que, juntamente com seu partido, opte pelo cargo a ser disputado em cada pleito eleitoral. Outra particularidade dessa carreira é a mobilidade, significando que o político não necessariamente precisa passar por todos os patamares para chegar ao cargo almejado: pode “pular” de prefeito para governador, por exemplo. Mas a instabilidade também é típica dessa carreira, uma vez que nem sempre na próxima eleição o político conseguirá se eleger ou reeleger para o mesmo ou para outros cargos, de modo a continuar sua trajetória profissional na política. Por fim, o grupo social é também uma peculiaridade da carreira política, sendo os políticos oriundos de diferentes grupos sociais (MIGUEL, 2003; FAVRETTO, 2011).

Para alguns deputados do estado de Santa Catarina, segundo pesquisa evidenciou, a carreira política é uma profissão, uma vez que muitos políticos abdicam de suas antigas profissões para se manterem no exercício exclusivo da política (FAVRETTO, 2011). Já outros desses políticos consideram sua carreira política como uma ocupação; para esses, não ocorre a total dedicação à política, e sim uma distribuição de tempo entre o exercício de sua profissão e a ocupação política. Além das concepções de carreira política como profissão e como ocupação, emergiram na mesma pesquisa função, missão e vocação também como significados associados à carreira política: alguns deputados declararam possuir um conjunto de “aptidões naturais” para o exercício da carreira

política, enquanto outros asseveraram tratar-se de uma missão transitória aquela carreira, pois iriam exercer apenas um mandato e após sair do cenário político.

Transitória ou permanente, o fato é que a carreira política exige “capital político” para nela ascender; esse capital evidencia o reconhecimento social, consentindo que alguns sujeitos sejam mais bem aceitos como atores políticos, e sejam capazes de agir politicamente (MIGUEL, 2003). O autor contextualiza que se a palavra política não fosse tão gasta e percebida de maneira tão negativa, poder-se-ia afirmar que o capital político e a carreira política constituem-se de forma dialética, uma vez que para ascender na carreira política, precisa-se ter capital político. Segundo ele, esse capital compreende o capital simbólico, que são o prestígio e a legitimidade conferidos a sujeitos para atuarem no cenário político.

O capital político, segundo Miguel (2003), é ainda composto por porções de capital cultural, capital social e capital econômico, e, como todo capital, está distribuído de forma desigual na sociedade, pois na base da pirâmide estão a grande massa da população, os eleitores, que nas eleições apenas podem optar em votar nas alternativas a eles impostas. Por não possuírem capital econômico, cultural e social, não têm voz ativa no contexto político; já no topo da pirâmide estão os políticos, que, possuidores do capital político, configuram o cenário político de acordo com seus interesses.

Acerca desse conceito, Bourdieu (2001) corrobora, afirmando: o capital político tem como configuração o capital simbólico, é a credibilidade e o reconhecimento que os sujeitos que votam conferem aos agentes políticos. É um reconhecimento que existe na representação, na confiança e na crença. No capital político tem-se o poder simbólico, ou seja, “é um poder que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce [...] pondo nele a sua confiança” (BOURDIEU, 2001, p. 188). Assim, o agente político tem sua força política na confiança da população que o elege; este (político) por sua vez é especialmente vulnerável às suspeitas, às difamações e aos escândalos, e isso ameaça a crença e credibilidade do político, que precisa conservar o capital. O mesmo pode ser mantido mediante o trabalho constante, que é imprescindível não só para acumular o crédito, como também para evitar o descrédito, segundo o mesmo autor.

Fazendo um comparativo com o sistema eleitoral e político americano, King (1997) avalia que, especialmente da forma como se tem desenvolvido nas décadas recentes, esse sistema coloca os políticos em uma posição altamente vulnerável. Individual e coletivamente eles

são mais vulneráveis, na maior parte do tempo, às vicissitudes da política eleitoral do que os políticos de outros países democráticos. Essa vulnerabilidade, segundo o autor deriva de um conjunto de razões, que reforçam umas às outras: política e governo, nos Estados Unidos da América (EUA), são marcados pelo fato de que o político, em muitos casos, tem mandatos curtos¹¹. Além desse, há dois outros aspectos peculiares: os políticos norte-americanos encaram o prospecto de serem derrotados já nas eleições primárias, e precisam também disponibilizar uma grande quantia de dinheiro para financiar suas campanhas.

A questão do financiamento de campanhas é particularmente significativa nos processos eleitorais e nas trajetórias de políticos, para vencer eleições e/ou para se manter na carreira política. Sua condução é diferente, dependendo do país: na França esse financiamento é exclusivamente público, diferentemente do Brasil ou dos Estados Unidos da América onde ele é público e privado. Os políticos brasileiros disponibilizam e/ou angariam grandes e cada vez maiores quantias para o financiamento de suas campanhas eleitorais¹². A história comprova que o dinheiro tem papel fundamental para manter e levar a cabo uma campanha política; no contexto brasileiro ele exerce influência excessiva e decisiva na carreira dos políticos, sendo usado no aumento incessante de propagandas de campanha junto aos meios de comunicação e também na compra de votos (ZOVATTO, 2005).

Na maioria das democracias, de acordo com King (1997), o destino eleitoral dos políticos depende primeiramente não dos seus

¹¹ Diferente do Brasil, onde os mandatos dos deputados são de quatro anos, nos EUA esses mandatos são de dois anos, a não ser o de presidente, que também é de quatro anos.

¹² Em nosso país, cada vez mais o financiamento de partidos e de campanhas está diretamente ligado a escândalos e corrupções e, na maioria das vezes, a realização das doações é ilegal. Consequentemente, a imagem dos partidos políticos está se deteriorando por tanta corrupção. Na América Latina, financiamentos ilícitos ocorrem na maioria das eleições, gerando crises que colocaram em destaque vários presidentes, como Fernando Collor de Mello no Brasil, Carlos Andrés Pérez na Venezuela e Jamil Mahuad no Equador. O financiamento dos partidos e das campanhas, associado à corrupção, são elementos que estão longe de contribuir para fortalecer a institucionalidade democrática, causando o efeito contrário, agravando a crise de credibilidade e confiança nas instituições políticas e pondo a própria política sob desconfiança (ZOVATTO, 2005).

próprios esforços, mas do destino de seu partido. Se o partido se dá bem nas eleições eles também se darão bem; ou seja, os interesses individuais dos políticos e aqueles do partido estão atados. O autor aponta, no entanto, que, a questão do partido pesa menos para os políticos norte-americanos do que para aqueles de outras democracias, pois os que buscam a reeleição são obrigados a melhorar seu próprio perfil, fazer seus próprios recordes e lutar por sua própria reeleição (KING, 1997). Esse foco no próprio desempenho, para além do partido, remete à necessidade de exposição midiática, aspecto de forte semelhança entre o político norte-americano e o brasileiro. Em que pese o fato de não haver nos EUA o horário político obrigatório, como no Brasil, os partidos políticos daquele país compram espaços nos canais de maior audiência para que seus candidatos possam apresentar suas plataformas políticas à população.

No contexto brasileiro, a influência da mídia é decisiva para o sucesso ou fracasso das trajetórias e carreiras políticas. De fato, os meios de comunicação podem ou não sustentar a confiabilidade dos políticos. Para Miguel (2008), eles têm uma função decisiva na política, seja alterando a tendência da população, seja influenciando na qualidade da elite política. A visibilidade que a mídia transmite para a população é importante para o reconhecimento público em qualquer atividade nas sociedades contemporâneas. O autor pondera ainda que os meios de comunicação contribuem para estruturar a carreira política, pois a hierarquização dos diferentes cargos não se deve apenas aos políticos, mas à visibilidade que esses cargos possuem perante a sociedade, e esta é reafirmada ou modificada pelos meios de comunicação, cotidianamente. A interferência da mídia na estrutura da carreira política se dá pelo seu poder de influenciar o capital político, poder esse que pode gerar uma ascensão mais rápida quando os sujeitos têm maior visibilidade; essa via, portanto, representa um atalho para que os políticos se projetem em suas carreiras (MIGUEL, 2003; AZEVEDO, 2006).

A questão da mídia se relaciona também com as representações sociais dos políticos pela sociedade, e essas representações guardam diferenças entre políticos brasileiros e de outros países. No Brasil, os agentes políticos da elite política que ocupam cargos de poder na composição do Estado são percebidos como ambiciosos, oportunistas, inconfiáveis, desprovidos de caráter, egoístas e corruptos. Eles não são considerados pessoas comuns, não passando dificuldades em seu cotidiano; além disso, desfrutam das vantagens oferecidas pelos cargos, como salários e ajudas de custo elevadas (MIGUEL, 2008).

Outro agravante nessas representações sociais negativas está ligado à falta de credibilidade dos partidos políticos brasileiros e também da América Latina, a qual é motivada, dentre outros aspectos, pela história desses países, incluindo sua colonização (CORRAL, 2008). As condições socioeconômicas e demográficas dos países também contribuem para essa representação; nos Estados Unidos e no Canadá, por exemplo, há níveis elevados de confiabilidade em relação aos agentes políticos e seus partidos. Corral (2008) aponta como alguns determinantes da confiança creditada aos partidos políticos fatores como a percepção do bom ou mau desempenho do governo, o contentamento com a oferta de serviços locais, a corrupção, a percepção em relação ao sistema econômico do país e a identificação com o partido do governo.

A influência dos meios de comunicação na promoção da carreira política, porém, é desigual, de acordo com os diferentes cargos e com a trajetória de cada agente político. Afinal, a relação entre os campos da mídia e da política está longe de ser de mão única, uma vez que quem pode pagar mais ou exerce maior influência garante seu destaque e sua credibilidade em alta. Os meios de comunicação são essenciais no salto da política municipal para a federal, por exemplo, e explicam “como vereadores¹³, secretários municipais e prefeitos mais ambiciosos buscam maximizar a visibilidade midiática no exercício de seus mandatos” (MIGUEL, 2003, p.126). A forte influência dos meios de comunicação no cenário político tem, muitas vezes, o poder de decidir uma eleição no Brasil, independentemente do cargo. Mas ao mesmo momento em que esses meios influenciam, são também influenciados pelo capital econômico de alguns políticos e de seus partidos, deixando evidente a total deficiência de autonomia e apontando a elevação do patamar de importância do marketing político como fator que vem decidindo eleições pelo mundo (FAVRETTO, 2011).

Abordados esses diversos elementos influenciadores das trajetórias e carreiras de políticos, cabe ressaltar ainda que a entrada e a permanência no cenário político, para muitos atores políticos, vinculam-se diretamente a estratégias cuidadosamente preparadas, inclusive pelos

¹³ Como exemplo, o vereador paulistano José Eduardo Cardozo, que liderou investigações no escândalo envolvendo o ex-prefeito Celso Pitta. Essas investigações tiveram grande destaque na mídia e Cardozo elegeu-se logo depois para a câmara dos deputados com mais de 300 mil votos, sendo o segundo mais votado do PT (Partido dos Trabalhadores) paulista e o terceiro do estado de São Paulo (MIGUEL, 2003).

meios de comunicação. Essa questão remete ao denominado recrutamento das elites políticas, foco de diversas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2006; PERISSINOTTO; COSTA; TRIBESS, 2009; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). Tal recrutamento consiste em um processo seletivo baseado nas características sociais, econômicas e profissionais dos atores políticos e de seus respectivos partidos, de modo a escolher aqueles que irão concorrer para ingressar na elite política brasileira.

Esse recrutamento é um fenômeno político complexo, pois a seleção dos candidatos se dá pela interação entre o sistema político e a natureza dos partidos; essa seleção, assim, deixa de ser um mero acessório e torna-se essencial para compreender a vitalidade dos partidos políticos nas democracias representativas, já que eles se mantêm nesse cenário através do controle do acesso de quem vai ingressar na carreira política. É por meio desse processo de seleção que as chamadas organizações partidárias concretizam a articulação entre os cidadãos e as esferas de poder político. Para tanto, ocorre a identificação tanto dos fatores que comprometem a dimensão do recrutamento político como também das implicações para o sistema partidário (BRAGA; BOLOGNESI, 2013).

O recrutamento político é um processo com critérios seletivos preestabelecidos, com a finalidade de selecionar determinados sujeitos para ocuparem espaços de poder. Tais espaços referem-se tanto às posições estratégicas na composição da organização partidária quanto às práticas que criam e abarcam recursos de poder, configurando-se, dessa forma, a elite parlamentar brasileira, definida como um grupo seletivo de sujeitos que exercem determinados poderes, que influenciam decisões e que interferem de maneira crucial nos rumos da sociedade (MESSENBURG, 2002).

O recrutamento político não é uma característica particular do contexto brasileiro. Na França esse recrutamento também ocorre, e a probabilidade de alguém vir a exercer um poder no sistema político francês está diretamente ligada à sua posição na hierarquia social, à sua origem e à última profissão ocupada antes do ingresso no cenário político. Sendo assim, independentemente do cargo almejado, pode-se estabelecer uma relação entre a representação política de um grupo e a posição social de seus membros. De forma geral, a representação política no congresso francês tem aumentado em relação às classes superiores, representadas por grandes produtores rurais, empresários e altos executivos dos setores privado ou público, enquanto as classes médias ou populares possuem um número baixo de representantes nas

câmaras; em consequência, a representação parlamentar configura-se de maneira inversa à estrutura social. Essa inversão faz com que a competição pela entrada no cenário político favoreça aos atores políticos que compõem o topo da hierarquia social, os quais são privilegiados nessa configuração, e têm desse modo, maior facilidade para conquistar um cargo político, estando praticamente garantida sua seleção para ingressar no panorama político (GAXIE, 2012).

Não obstante o fato de o recrutamento político brasileiro possuir características próximas do modelo francês, muitos partidos, ao realizarem o seu recrutamento, buscam por sujeitos com condições econômicas significativas, ou com poder e prestígio social, incluindo profissões de alto conceito. Apesar de no Brasil não haver um sistema escolar com o objetivo específico de formar dirigentes, não se evitou a origem de celeiros de elites, ou seja, faculdades ou institutos que forneceram aos seus egressos vantagens para o ingresso e exercício em cargos políticos. O diploma de bacharel em direito, por exemplo, caracteriza ainda hoje um número expressivo de membros da elite política brasileira (SEIDL, 2013).

Uma análise em perspectiva mostra, no entanto, que a escolarização dos políticos brasileiros e sua ocupação precedente à entrada no cenário político tem se modificado e que outras profissões, além da advocacia, também têm ocupado destaque, como a medicina e a engenharia, por exemplo, apresentando-se, assim, uma crescente diversidade na configuração política brasileira, o que aumenta a competição e o pluralismo no acesso à elite política (SEIDL, 2013). Para este autor, o grau de elevação da escolaridade e a heterogeneidade dos diplomas dos membros da elite política é um fenômeno de interesse, tendo em vista que os diplomas ou profissões em si não são quesitos para o exercício das funções políticas, mas conseguem constituir-se como ponto fundamental visando à eleição. Nesse sentido, as carreiras profissionais dos sujeitos acabam por influenciar o processo de recrutamento político, na medida em que “carreiras bem sucedidas”, originárias de sujeitos com origens sociais e geográficas que permitiram sua formação escolar, representam pontos a favor do perfil requerido.

Cada partido político, porém, possui sua maneira de recrutar quem serão os concorrentes aos cargos políticos. Partidos como o PT, por exemplo, realizam uma eleição de delegados que representaram seus filiados na convenção do partido, onde ocorre a votação que escolhe os sujeitos considerados aptos a entrarem no cenário político. Posteriormente esses escolhidos submetem-se-ão ao sistema eleitoral, composto pelas eleições proporcionais, para vereadores e deputados, e

pelas majoritárias, para senadores, prefeitos, governadores e presidente da república e seus respectivos vices (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010).

Em suma, a carreira e a trajetória de políticos em nosso país é influenciada por muitos fatores, dentre os quais o recrutamento político. O fator intelectual ainda não é requisito preponderante para assegurar a eleição do candidato; todo o trabalho junto à base eleitoral, em conexão com a sua condição econômica, são as principais variáveis determinantes dessa carreira e trajetória, considerando as características do sistema político brasileiro, seu regime e seu sistema de governo, conforme se aborda a seguir.

2.4 REGIME POLÍTICO, SISTEMA DE GOVERNO E SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO

A carreira política e as trajetórias de políticos no Brasil se desenvolvem em um contexto permeado por aspectos e características que são típicas do cenário político de nosso país, merecendo, por esta razão, serem brevemente examinadas. São eles o regime político, o sistema de governo e o sistema político, os quais, ao longo da história brasileira, sofreram modificações, alterando, por consequência, a estruturação política e a sua dinâmica no país. Entende-se por regime político

um complexo estrutural de princípios e forças políticas que configuram determinada concepção do Estado e da sociedade, e que inspiram seu ordenamento jurídico; antes de tudo, pressupõe a existência de um conjunto de instituições e princípios fundamentais que informam determinada concepção política do Estado e da sociedade, sendo também um conceito ativo, pois, ao fato estrutural há que superpor o elemento funcional, que implica uma atividade e um fim, supondo dinamismo, sem redução a uma simples atividade de governo (SILVA, 1998, p. 56).

O regime político, portanto, abrange as regras e instituições que disciplinam a disputa pelo poder político e os seus exercícios entre os cidadãos com seus grupos sociais. Atualmente, no Brasil, o regime político é a democracia, palavra que tem suas origens no termo grego *demokratia*, cujos componentes individuais são *demos* ('povo') e *kratos*

(‘poder’). A democracia é um regime político onde quem governa é o povo, diretamente, ou por meio de representantes eleitos pelo voto popular. Na maioria das vezes ela é vista como um sistema que pode garantir a igualdade e os direitos de toda população. Assim, pode atender às necessidades dos cidadãos, promovendo o desenvolvimento do país e levando em consideração os interesses do povo (GIDDENS, 2007). O autor distingue entre dois tipos de democracia: a participativa, praticada na Grécia antiga, onde as decisões eram tomadas em comunidades e a democracia representativa (que ocorre no Brasil), onde as decisões são tomadas por políticos eleitos pelo voto do povo, os quais assumem (em tese, ao menos) a função de representá-lo. Atualmente prepondera um ceticismo em relação ao modelo de democracia representativa brasileira, fruto de um arcabouço histórico onde o povo só exerce seu poder nas eleições por obrigação (UNZUÉ, 2012), não havendo, praticamente, a continuidade da perspectiva da representatividade posteriormente, durante os mandatos políticos, nem por parte dos representantes nem dos (supostamente) representados.

Segundo Arturi (2001), um regime só pode ser considerado democrático se conseguir cumprir alguns critérios, como o de que todos os atores políticos que almejam concorrer a um cargo devem se submeter à livre e pacífica competição pelo poder. Outro critério diz respeito ao veto, ou seja, nenhum ator político pode possuir poder de veto em relação à participação na ocupação de cargos políticos por parte de outros agentes políticos, como também não pode vetar o resultado de qualquer eleição. Por fim, para o bom funcionamento da democracia não podem existir instituições estatais ou autônomas frente ao poder político democraticamente eleito.

Na história política brasileira a democracia só se instaurou por volta do século XX, dando direito para o *demos* escolher quem deveria ocupar os cargos políticos. O começo do século XX constituiu-se em um marco importante, pois foi quando a democracia começou a se expandir no mundo; governantes autoritários foram depostos de seus cargos, e em seus lugares assumiram políticos eleitos democraticamente pelo povo. Além disso, novos grupos de eleitores foram incorporados, como as mulheres e os jovens, incluindo assim, novos componentes no sistema político representativo (MIGUEL, 2008).

O sistema de governo, por sua vez, refere-se ao modo pelo qual o poder político é exercido dentro de um estado. No Brasil vigora o sistema presidencialista: o governo é exercido por um presidente da república, eleito pelo regime democrático (BRASIL, 1988). O Brasil é então uma República Federativa Presidencialista, composta pela União,

Estados, Municípios e Distrito Federal, independentes e harmônicos entre si. República, porque o presidente é eleito pelo povo, e Federativa, pois todos os estados têm total autonomia política. O termo República é usado como uma forma de governo que se contrapõe à Monarquia. Quem governa, em tese, é o povo para o povo. No capítulo I da Constituição, denominada “Dos Princípios Fundamentais” destaca-se: Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição (BRASIL, 1988). Somente a partir da vigência dessa Constituição, em 1988, foi definido legitimadamente o poder Legislativo e a função de presidentes, governadores, senadores, deputados e demais agentes políticos. Na mesma Constituição, ficou definido que presidentes da república seriam eleitos pelo voto do povo, para exercerem o poder Executivo.

A divisão e separação dos poderes do Estado em nosso país, entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, preconiza sua autonomia, e, ao mesmo tempo (em tese) sua harmonia; cada poder possui funções específicas e que não podem ser delegadas entre si: o Legislativo é responsável pela elaboração de leis, o Executivo as transforma em um ato concreto de governo e o Judiciário é responsável pelo cumprimento das leis (BRASIL, 1988). Essa divisão de poderes

fundamenta-se, pois, em dois elementos; (a) *especialização funcional*, significando que cada órgão é especializado no exercício de uma função; assim, às assembleias (Congresso, Câmaras, Parlamento) se atribui a função Legislativa; ao Executivo, a função executiva; ao Judiciário, a função jurisdicional; (b) *independência orgânica*, significa que, além da especialização funcional, é necessário que cada órgão seja efetivamente independente dos outros, o que postula ausência de meios de subordinação (SILVA, 1998, p.113).

Quanto ao sistema político brasileiro, o modelo atualmente vigente é o pluripartidário, pois aceita a formação legal de vários partidos políticos. A Constituição Brasileira, em seu capítulo V, dos Partidos Políticos, prevê que:

Art. 17. É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o

pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos: Regulamento: I - caráter nacional; II - proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros ou de subordinação a estes; III - prestação de contas à Justiça Eleitoral; IV - funcionamento parlamentar de acordo com a lei (BRASIL, 1988).

Os partidos são associações de pessoas com os mesmos ideais, objetivos e interesses (PORTAL BRASIL, 2010). Segundo Silva (1998), o partido político se caracteriza em uma forma de agremiação de um grupo social que tem como objetivo organizar, instrumentar e coordenar as ansiedades da população, para esse fim. O partido tem como objetivo assumir o governo para que ocorra a realização do seu programa, construído através dos seus ideais, junto com as da população. Por meio da existência dos partidos, a partir do que preceitua a Carta Magna, busca-se preservar a autenticidade do sistema representativo característico do regime democrático, no exercício do poder Legislativo.

Segundo dados recentes do Tribunal Superior Eleitoral, existem no Brasil trinta e dois partidos políticos (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, 2015). O tamanho e a expressividade desses partidos não se mantêm perenes nos diferentes períodos históricos. Desde que se reestabeleceu o modelo multipartidário, em 1980, com o fim da ditadura militar, muitos partidos políticos novos foram criados e os “jogos de força” políticos vão se alterando de acordo com as alianças estabelecidas por esses partidos com o Executivo.

Dois desses partidos políticos têm tido proeminência na história política recente do país, o PT - Partido dos Trabalhadores e o PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O primeiro, após constituir-se como o mais expressivo partido de oposição durante anos, está no poder há doze anos; já o segundo também ocupou papel oposicionista significativo na história política brasileira, com contribuição marcante no processo de redemocratização do país após os anos de ditadura. Em razão desses elementos estes foram os dois partidos escolhidos como vinculação dos políticos para a realização da coleta dos dados desta dissertação.

A história do Partido dos Trabalhadores remonta às greves de maio de 1978, em São Bernardo do Campo, feitas pelos operários das indústrias automobilísticas. A contribuição desse movimento operário foi decisiva para a fundação do PT, em 10 de fevereiro de 1980, por

dirigentes sindicais, por líderes católicos vinculados à chamada teologia da libertação e intelectuais. Esses se reuniam no Colégio Sion, localizado na cidade de São Paulo, com o objetivo de criar um partido político que conseguisse aglutinar todas as correntes de pensamentos com viés socialista. Os principais nomes então envolvidos foram Apolonio de Carvalho, Mário Pedrosa, Antonio Candido e Sérgio Buarque de Hollanda, mas sempre tendo como principal líder o sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva (PARTIDO DOS TRABALHADORES, s/data).

O Partido dos Trabalhadores foi criado, portanto, com um viés socialista, tendo como objetivo mudar o panorama político e social do Brasil, então governado por militares. Seu reconhecimento pelo Tribunal Superior Eleitoral deu-se no dia 11 de fevereiro de 1982, mas apenas em 2002 conseguiu eleger o primeiro presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, reeleito em 2006. O PT se manteve no poder quatro anos depois, em 2010, quando conseguiu eleger a primeira mulher à presidência da República na história do Brasil, a qual se reelegeu em 2014 pelo mesmo partido para mais quatro anos de mandato. Atualmente cinco estados do Brasil são governados pelo PT. No âmbito legislativo, o partido ocupa setenta cadeiras na câmara federal, treze no senado e cento e oito em assembleias legislativas de diferentes estados (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2014; 2015).

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por sua vez, teve sua origem em quatro de dezembro de 1965 quando foi constituído, ainda como Movimento Democrático Brasileiro (MDB), por Tancredo Neves, em oposição à ARENA – Aliança Renovadora Nacional. Seu registro e reconhecimento pela Justiça Eleitoral ocorreram em março de 1966. Dois líderes políticos marcaram definitivamente a história do MDB: Ulysses Guimarães e Franco Montoro, os quais lutaram pelo reestabelecimento de eleições diretas no país, inclusive para presidente.

A partir de dezembro de 1968, mês e ano do AI 5, o partido passou a ser mais combativo, e em 1970 conseguiu eleger Chagas Freitas como governador do Rio de Janeiro. Nessa década o partido conseguiu crescer e ter conquistas importantes para sua existência; com as crises que então ocorriam no Brasil e a insatisfação popular decorrente, o MDB assumiu efetivamente um caráter oposicionista, lançando Ulysses Guimarães como candidato à presidência, em oposição aos militares. Esses, preocupados com o crescimento do movimento, criaram uma nova reforma política, determinando o termo partido antes das siglas, e assim o MDB passou a ser PMDB.

Em 15 de janeiro de 1985 o PMDB conseguiu eleger o seu primeiro presidente da república, Tancredo Neves, ainda pelo voto indireto (via colégio eleitoral), mas o eleito veio a falecer às vésperas de assumir seu cargo. O partido teve também outra derrota política quando, nesse mesmo ano, Fernando Henrique Cardoso perdeu para Jânio Quadros as eleições para a prefeitura de São Paulo. Em 1986, no entanto, o partido elegeu 22 dos 23 governadores brasileiros e, com 260 deputados e 44 senadores, conseguiu assumir o congresso, comandado por Ulysses Guimarães. Com muitos altos e baixos em sua história, atualmente, no cenário brasileiro, o PMDB é o partido com o maior número de filiados, bem como de prefeitos e vereadores e um enorme número de representantes no Congresso Nacional. Nas eleições de 2014 o partido conseguiu eleger vinte senadores, seis governadores, setenta e dois deputados federais, cento e quarenta e seis deputados estaduais e o vice-presidente do Brasil, segundo maior cargo em importância no sistema político brasileiro (PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, 2012; 2015).

Esta breve incursão sobre o regime político, o sistema de governo e o sistema político brasileiro objetivou mostrar o modo como se constitui o cenário no qual os políticos entrevistados exercem seus mandatos e, nesse processo, constroem suas carreiras políticas. A referência aos partidos aos quais esses sujeitos se vinculam, por sua vez, visou registrar, ainda que superficialmente, a gênese, inserção e atual situação desses partidos no cenário político brasileiro.

3 MÉTODO

Neste capítulo são abordados os elementos que estruturaram a trajetória metodológica por meio da qual foi possível responder aos objetivos delimitados. Considerando-se que a escolha do caminho metodológico vincula-se diretamente à melhor forma de se compreender o objeto de estudo, esse caminho privilegiou a abordagem de pesquisa qualitativa. Apresenta-se a seguir a caracterização do estudo, o campo da pesquisa e seus participantes, seus preceitos e procedimentos éticos, bem como o processo de levantamento, registro, análise e devolução de dados.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O método utilizado para desenvolver o estudo se caracterizou como de abordagem qualitativa. Diferentemente da quantitativa, que prevê a mensuração de variáveis preestabelecidas, a abordagem qualitativa baseia-se em informações reunidas na influência mútua, na co-participação entre o pesquisador e os sujeitos de pesquisa. Para tanto, parte do pressuposto de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, um influenciando o outro, em uma interdependência entre sujeito e objeto, um vínculo inseparável, composto pelo objetivo e o subjetivo (CHIZZOTTI, 2006).

A abordagem qualitativa é composta por cinco características que em maior ou menor grau compõem investigações dessa natureza. A primeira delas refere-se à fonte dos dados, que devem ser coletados no ambiente natural onde os fenômenos acontecem, sendo o investigador o principal instrumento do estudo. A segunda é o caráter descritivo, ou seja, os dados coletados são palavras ou imagens e, portanto, nada é trivial, tudo tem potencial e contribui para uma melhor compreensão do objeto de pesquisa. As interações com os sujeitos de pesquisa são tão ou mais importantes do que apenas ter resultados, sendo essa a terceira particularidade da abordagem qualitativa. A quarta refere-se à análise dos dados, que é realizada de forma indutiva, não tendo como finalidade a construção de hipóteses determinadas previamente. A quinta e última característica é baseada nos significados, sendo por meio deles que o ser humano determina sentido a sua vida (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Assim entendida, essa proposta de pesquisa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO, 2004, p. 21), não oferecendo um modelo rígido e estruturado de investigação, mas permitindo que a imaginação e a

criatividade do investigador explorem novos caminhos (GODOY, 1995). Pesquisas qualitativas têm caráter exploratório, ou seja, têm a finalidade de esclarecer e proporcionar uma visão geral e ampla dos fenômenos estudados, buscando compreender como acontecem (DYNIEWICZ, 2009). Goulart destaca que os estudos exploratórios apresentam como objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos e hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”; nesses estudos, o investigador busca por uma compreensão que vai além da descrição, tentando conceituar as interrelações entre os fenômenos observados (GOULART, 2002, p. 162).

O delineamento da pesquisa se caracterizou como estudo de caso, especificamente um estudo de multicasos. Estudos de caso implicam em profundidade na exploração dos fenômenos, proporcionando assim maior interatividade com a realidade (DYNIEWICZ, 2009). A possibilidade de aprofundamento de um fenômeno é a principal característica desse tipo de estudo (TRIVIÑOS, 1987; GIL, 2002), buscando compreender, de maneira mais específica, determinados contextos e situações sob investigação.

3.2 CAMPO E PARTICIPANTES

O campo da pesquisa aqui apresentada compreendeu o Poder Legislativo. Em específico, esse campo foi o poder Legislativo estadual de Santa Catarina, uma vez que foram buscados dados junto a políticos integrantes da Assembléia Legislativa do Estado, localizada em Florianópolis. Em relação aos participantes, como a abordagem qualitativa de pesquisa visa à compreensão e ao aprofundamento do fenômeno em estudo, não privilegia critério numérico para selecioná-los, pois considera que uma amostra ideal é “aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões”; sendo assim “privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer” (MINAYO, 2004, p. 102). Consoante com essa compreensão, não foi estabelecido um quantitativo de participantes *a priori*, e os subsídios encontrados no campo é que foram definindo o número de políticos que participariam da pesquisa.

Adotou-se, no entanto, alguns critérios para essa participação: a) serem ocupantes do cargo de deputado estadual; b) encontrassem-se no pleno exercício de seu mandato; c) estarem exercendo no mínimo o segundo mandato político (não necessariamente como deputado); d) serem filiados ao PMDB ou ao PT. Esses partidos também tiveram

alguns critérios balizadores da sua escolha: o PMDB, por ser o partido com o maior número de filiados no Brasil, por sua história e tradição no cenário político brasileiro e ainda por ser aquele que contava com o maior número de representantes na assembleia legislativa catarinense à época da coleta de dados. Já o PT foi escolhido em função de ser o segundo em número de representantes na assembleia legislativa catarinense quando os dados foram levantados; de ser um dos partidos “mais novos” criados no Brasil e, também, de ser aquele que atualmente ocupa o maior cargo político do Brasil, a presidência da república.

Não se privilegiou a escolaridade como critério de participação, uma vez que a Constituição Federal (BRASIL, 1988) exige como requisito para qualquer candidatura apenas que o agente político não seja analfabeto. A escolha dos participantes foi não aleatória e o acesso a eles se desencadeou por meio de prévio contato da pesquisadora com o chefe de gabinete de um dos sujeitos.

Foram participantes oito deputados estaduais, sendo uma mulher e sete homens, número considerado satisfatório para as finalidades do estudo. Durante o estabelecimento dos contatos, procurou-se guardar uma proporcionalidade nos convites a políticos dos dois partidos escolhidos, e ao final se conseguiu que metade dos representantes entrevistados é filiada a um e metade a outro desses partidos.

3.3 PRECEITOS E PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Toda pesquisa, indiferentemente da abordagem utilizada, deve ser pautada em ética, elemento essencial para garantir que os participantes sejam respeitados e não apenas utilizados como instrumentos para a obtenção de resultados (TEIXEIRA; NUNES, 2008). Os autores afirmam que atualmente são duas as estratégias utilizadas no intuito de resguardar os seres humanos que participam de pesquisas: o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE e a avaliação dos protocolos de pesquisa por Comitês de Ética institucionais.

É por meio do TCLE que esses sujeitos são amparados de possíveis violações, preservando os princípios de autonomia e da autodeterminação. Esse documento se constitui em uma forma legal e ética de se conduzir uma pesquisa porque por meio dele informa-se aos sujeitos os riscos, desconfortos, benefícios e direitos advindos dessa participação (TEIXEIRA; NUNES, 2008). Quanto à submissão dos protocolos, sua apreciação por Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (como também a exigência do TCLE) está prevista na

Resolução n. 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2012).

A pesquisa aqui apresentada atendeu aos preceitos e procedimentos éticos preconizados e eles se mostraram adequados à sua condução. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido utilizado encontra-se no Apêndice A. Posteriormente ao exame de qualificação, o projeto de dissertação foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio da Plataforma Brasil, e foi aprovado conforme Parecer 887.475 (vide Anexo).

Para além das orientações legais, o processo de levantamento de dados também observou procedimentos éticos na relação com os participantes: antes do início das entrevistas foram detalhadamente explanados os objetivos do estudo, sua justificativa e o compromisso com a devolução dos dados. Também se esclareceram dúvidas sobre o teor do TCLE, se solicitou permissão para gravar as entrevistas em áudio e se informou sobre o anonimato dos participantes.

Os cuidados éticos se fizeram presentes ainda no respeito à fala dos participantes. Em razão da proposta do estudo, eles foram convidados a relatar suas trajetórias de vida, e se adotou então especial cuidado para não serem apresentadas perguntas que não estivessem ligadas aos objetivos da pesquisa. Do mesmo modo, se garantiu aos participantes o direito de acesso aos resultados obtidos, considerando que a devolução de dados é também dever ético do pesquisador, sobretudo em pesquisas de natureza qualitativa.

3.4 PROCESSO DE COLETA DOS DADOS

O processo de coleta dos dados se iniciou mediante o contato da pesquisadora com o chefe de gabinete de um deputado estadual do Partido dos Trabalhadores que pertence à sua rede social. Este a apresentou para o deputado que, por sua vez, levou-a a uma sessão parlamentar para que expusesse a pesquisa e seus objetivos, visando despertar o interesse de outros deputados para dela participarem. Feita essa explanação, na qual também foram apresentadas as finalidades e a vinculação institucional da pesquisa, o tempo médio de duração das entrevistas e o compromisso com a devolução dos dados, alguns deputados se disponibilizaram ao convite e solicitaram que a pesquisadora entrasse em contato com seus chefes de gabinetes para agendamento de horário. Quatro dos participantes foram captados por meio dessa estratégia, sendo um do PMDB e três do PT.

O contato com os chefes de gabinetes desses deputados foi estabelecido por telefone ou pessoalmente, e nesse momento eles solicitaram a chegada da pesquisadora ao gabinete para realização da entrevista com alguma antecedência, para lhes explicar a respeito da pesquisa e também para que pudessem ler cuidadosamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Além desse documento, foi entregue aos chefes de gabinete uma Carta de Apresentação formalizando o convite para participação do parlamentar na pesquisa (vide Apêndice B).

Realizadas essas quatro entrevistas, no processo de captar novos participantes procurou-se equilibrar a sua distribuição pelos dois partidos escolhidos. Assim, contactou-se novamente o chefe de gabinete do deputado do PMDB já entrevistado, solicitando seu auxílio para obtenção de acesso a outros parlamentares deste partido; esse profissional levou a pesquisadora a outros gabinetes e dessa forma se obteve o aceite de outros três deputados para participarem da pesquisa. Como três das entrevistas anteriores haviam sido realizadas com deputados petistas, buscou-se convidar ainda mais um deputado do PT, para equilibrar quatro participantes de cada um dos partidos. Esse último convite foi feito por meio telefônico a um assessor parlamentar da rede social da pesquisadora.

Conforme já citado, o levantamento de dados se deu por meio de entrevistas, realizadas de forma individualizada, no gabinete de cada deputado. Esse instrumento teve formato semiestruturado, cujo roteiro (vide Apêndice C) constou de duas partes, sendo a primeira de caracterização dos sujeitos e a segunda de questões norteadoras consoantes com os objetivos da pesquisa. Previamente à sua realização foram entregues duas cópias do TCLE para que os sujeitos lessem, rubricassem todas e as folhas e assinassem a última.

O roteiro preliminar de entrevista foi submetido à testagem antes do início do processo de coleta de dados propriamente dito, com a finalidade de verificar sua capacidade de responder aos objetivos propostos. Esse teste se deu mediante a realização de uma entrevista com um deputado do PMDB e, após avaliação, decidiu-se pela inserção desses dados no conjunto da pesquisa, pois não foram requeridas mudanças significativas no roteiro inicialmente construído.

Entrevistas semiestruturadas, embora sejam compostas por um roteiro previamente estabelecido, também podem dar espaço a elucidações que emergirem durante sua aplicação, de forma imprevista (APPOLINÁRIO, 2006). Enquanto instrumento de pesquisa, a entrevista é compreendida como um procedimento onde ocorre a

interação social entre duas pessoas, o entrevistador e o entrevistado, mas que deve ser integrado, além delas, pela situação da entrevista e pelo instrumento de obtenção dos dados (HAGUETTE, 1997). Na presente pesquisa, esse instrumento foi utilizado como um facilitador “de abertura, de ampliação e de aprofundamento da comunicação” (MINAYO, 2004, p. 99), e como uma ferramenta de obtenção de informação, apropriada para elucidar as realidades sociais por meio das experiências dos atores (POUPART, 2012).

As entrevistas foram realizadas entre junho e outubro de 2014 e tiveram duração média aproximada de noventa minutos. Todas foram gravadas, mediante autorização prévia dos depoentes, e posteriormente transcritas na íntegra, de modo a preservar fielmente as falas e facilitar o processo de análise dos dados. Todos os participantes se mostraram bastante interessados na pesquisa e foram colaborativos em concedê-las. O processo de levantamento de dados foi vivenciado, desse modo, de forma agradável e proveitosa pela pesquisadora que, ao adentrar ao ambiente parlamentar, pode também observar aquela realidade com suas peculiaridades e meandros.

3.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE E DE DEVOLUÇÃO DOS DADOS

A análise dos dados considerou como fonte de informação levantadas: a transcrição literal de todas as entrevistas, efetuada pela própria pesquisadora, utilizado durante o processo de coleta para registrar percepções, sensações e *insights*, durante e depois das entrevistas. Os processos de investigação e de organização ordenada de transcrições de entrevistas, de diários de campo e de outros materiais afins auxiliam a melhor compreensão desses e permitem mostrar aos leitores os dados encontrados no campo de forma fidedigna (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O procedimento de análise das entrevistas, especificamente, se deu por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 1979), entendida como um conjunto de técnicas que visam à compreensão, por meio de procedimentos ordenados e objetivos, da descrição dos conteúdos e informações encontradas. Chizzotti (2006) pontua que o desígnio da análise de conteúdo é entender o significado dos dados coletados, bem como os seus sentidos, ocultos e explícitos.

Essa análise do material obtido possibilitou o processo de categorização dos dados, e a consequente identificação de categorias e

subcategorias. Categoria é um conceito onde se compreende informações e seus aspectos com particularidades comuns ou que relacionam se entre si. As categorias têm a função de classificar, agrupando elementos, ideias ou expressões sobre um determinado conceito, e podem ser estabelecidas antes da entrada no campo de pesquisa ou após a saída, com os dados coletados (GOMES, 2000). Para Bardin (1977), a categorização é um processo de classificação de informações que irão construir um conjunto, por diferenciação, seguimento e agrupamento. Assim, ela tem como finalidade fornecer de forma simplificada e concisa os dados coletados.

O processo de análise focalizado na busca por categorias requereu sucessivas e atentas leituras do material registrado, de modo a identificar convergências de dados nos depoimentos dos distintos participantes. Realizadas as análises e identificadas as categorias, buscou-se o campo teórico que respaldou a pesquisa, possibilitando avaliar as descobertas e o alcance dos objetivos inicialmente traçados para a pesquisa.

Quanto aos procedimentos visando à devolução dos dados aos participantes, foram consideradas duas possibilidades: no momento de finalização das entrevistas já se realizou o convite para comparecerem à sessão pública de defesa da dissertação, tendo assumido a pesquisadora o compromisso de comunicar data, local e horário desse evento. Outra forma de proceder a essa devolução será o envio da versão final da dissertação, após sua defesa e aprovação, em arquivo PDF, para todos os parlamentares que participaram da pesquisa.

4 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E CARREIRA POLÍTICA

Apresentam-se neste capítulo o perfil sociodemográfico identificado, bem como os percursos dos parlamentares ao longo de suas vidas e carreiras na política. O detalhamento dos dados e a inserção de breves histórias no texto objetivou mostrar as singularidades e também as convergências encontradas nos distintos relatos, introduzindo o exame da caracterização das trajetórias profissionais, no capítulo subsequente.

4.1 PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO

Todos os participantes autorizaram referir seus nomes verdadeiros neste trabalho. No entanto, por questões éticas optou-se pela nomeação fictícia de cada um deles, adotando nomes de renomados escritores brasileiros, escolhidos pela pesquisadora. Reconhece-se que em se tratando de figuras públicas mesmo com o cuidado ético pode ocorrer o risco da identificação desses deputados. Na Tabela a seguir estão condensados, em ordem alfabética dos nomes, os principais dados sociodemográficos obtidos: idade, escolaridade, profissão, partido de filiação e número de mandatos.

Perfil sociodemográfico dos participantes

Nome Fictício	Idade	Escolaridade	Profissão	Partido/ Nº Mandatos
Carlos Drummond de Andrade	42	Pós-Graduação	Advogado	PMDB/3
Cecília Meirelles	44	Pós-Graduação	Professora	PT/3
Jorge Amado	55	Pós-Graduação	Médico	PT/3
José de Alencar	67	Primária	Pecuarista/ Político	PMDB/6
Machado de Assis	72	Primária	Caminhoneiro/ Político	PMDB/7
Monteiro Lobato	63	Pós-Graduação	Médico/ Político	PT/6
Paulo	51	Superior	Advogado	PT/6

Coelho		Completo		
Vinicius de Moraes	68	Superior Incompleto	Político	PMDB/10

Esses dados retratam uma parcela da elite parlamentar do poder legislativo catarinense. Todos se declararam católicos e se dividem entre Florianópolis e suas bases eleitorais, situadas nas diversas regiões do Estado. A faixa etária variou entre 42 e 72 anos, resultando em uma média de 57,7 anos. A Constituição Federal de 1988 exige idade mínima de vinte e um anos para se candidatar ao cargo de deputado estadual. Como a maioria dos entrevistados ingressou na política entre 18 e 19 anos, conforme será mais bem explanado adiante, essa média de idade se justifica, se comparada ao número significativo de mandatos políticos que a maioria deles já exerceu.

O começo da trajetória política com idade inferior a 30 anos é particularmente significativo entre advogados, funcionários públicos e sujeitos ligados à agricultura, muitos dos quais têm entrada precoce no cenário político. Já profissionais com formação superior aparecem precocemente no panorama político em menor quantidade, já que tendem a deflagrar sua carreira política mais tarde, por volta dos 30 anos de idade (SANTOS, 1997). Para o autor, indivíduos fazem suas escolhas profissionais até os 30 anos, como também desenvolvem habilidades que auxiliam na escolha de uma carreira política entrelaçada com sua formação educacional. Assim, a notoriedade e a reputação desenvolvidas durante suas atividades laborais auxiliam na convergência dos dois mundos, o da profissão e o da política.

Com relação à escolaridade, os dados indicam que os deputados catarinenses a possuem em nível elevado, uma vez que quatro dos oito entrevistados têm pós-graduação e outros dois têm ensino superior completo ou incompleto. Apenas dois deles possuem escolarização em nível rimário, o que corresponde, na estrutura educacional atual, à quarta série do ensino fundamental.

Cecília Meirelles foi a única mulher participante do estudo; todos os demais pertencem ao gênero masculino. Dos 40 deputados que à época da pesquisa compunham a assembléia legislativa do estado, apenas quatro eram mulheres. Uma das razões encontradas para o baixo número de mulheres em cargos políticos, para Florentino (2008), é o fato de ser esse campo configurado tradicionalmente de forma machista. Assim, muitas vezes, ocupar um cargo político é mais complicado e difícil que os ambientes de trabalhos anteriormente ocupados pelas

mulheres, fazendo com que elas desistam da carreira política. Para algumas delas, no entanto, a entrada na vida política pode ser mais simplificada, principalmente quando alguém da família já ocupa lugar de destaque nesse meio, embora o ingresso facilitado não garanta sua permanência, pois o meio pode ser difícil, requerendo estratégias para se nele se manter.

Sobre a configuração de gênero nos espaços de política e sua dimensão histórica, cabe lembrar que em alguns países com democracias representativas vigoram leis que buscam a presença de um número mínimo de mulheres nesses espaços, garantindo que elas ocupem cadeiras e façam parte da elite política. No Brasil, essa lei de “cotas” está em vigor desde 1995, quando partidos e coligações foram obrigados a reservar para as mulheres 20% das candidaturas disponíveis. Essa iniciativa seguiu um movimento mundial, iniciado em uma conferência organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja principal bandeira foi a discussão do tema equalização dos direitos entre homens e mulheres. Aos poucos, as cotas para mulheres nas eleições ganharam o mundo e em muitos países ocorreram avanços significativos. Um exemplo disso foi o México, onde ocorreu um salto na participação feminina nos parlamentos de aproximadamente 14% para 37% em quinze anos. No Brasil não se observou um impacto significativo, e mesmo com a reserva de candidaturas o índice subiu como o esperado (SENADO FEDERAL, 2013).

A predominância masculina nas câmaras possui como contraponto o fato de que o maior número de eleitores é feminino (KERBAUY, 2005). Esse fato, no entanto, está diretamente ligado à história política brasileira: só em fevereiro de 1932 as mulheres conquistaram seu direito de votar, e em 500 anos de história, apenas no ano 2010 elegeu-se a primeira mulher para o cargo de presidente da república.

As profissões de origem dos parlamentares são diversas: dois são advogados, dois são médicos, um é professor, um é caminhoneiro, um é pecuarista, e um deles simplesmente se declara como político em termos profissionais. Essa composição não difere muito da composição do Congresso Nacional do Brasil no período entre 1987 a 1995, quando em primeiro lugar encontravam-se os advogados ocupando a maior porcentagem de cadeiras. Os médicos figuravam em quinto lugar nesse mapeamento, e os professores em sétimo (MESSEMBERG, 2002).

Interessante observar que três dos entrevistados (José de Alencar, Machado de Assis e Monteiro Lobato) associaram a profissão de político à sua profissão de origem, e um quarto deles (Vinicius de

Moraes) a assume enquanto única profissão, não referindo qualquer outra. Como esse último possui 10 mandatos políticos, de fato em sua trajetória de vida a política predominou, tanto que ele não chegou a completar o ensino superior.

Quanto ao número de mandatos, os dados evidenciam um quantitativo elevado: dos oito entrevistados, cinco estão no sexto mandato ou acima, enquanto três estão no seu terceiro mandato. Ressalta-se que esses mandatos não se referem apenas ao cargo de deputado estadual, pois todos eles já haviam exercido outros cargos em suas carreiras políticas, seja no poder Executivo, seja no Legislativo. Todos os entrevistados concorreram à reeleição no pleito eleitoral ocorrido em outubro de 2014, sendo que sete deles ao mesmo cargo de deputado estadual e um ao de deputado federal (tendo este desistido do pleito antes da votação). Quatro foram reeleitos e, portanto, se encaminham para o exercício de mais um mandato em sua carreira política.

No cenário político brasileiro a carreira política de certa forma é hierarquizada, estando mesclados os três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário. O poder Judiciário, por possuir características distintas dos outros dois, está *a priori* excluído dessa análise, mas nos outros dois (Legislativo e Executivo) uma carreira ideal pressupõe a junção de experiências em ambos. O poder Executivo atribui notoriedade ao sujeito, que exerce o poder de tomar decisões e de chefiar; igualmente, significa disputar e ganhar uma eleição com elevada visibilidade, ou seja, alta publicidade. O poder Legislativo, por sua vez, é o ambiente onde ocorre a socialização da elite política, em seus diversos níveis (municipal, estadual e federal).

O avanço e a construção de um percurso na política, independentemente do poder onde é exercida, depende tanto da popularidade alcançada quanto do reconhecimento dos pares (MIGUEL, 2003). É necessário, assim, que o político tenha ou desenvolva habilidade de cativar o público que não compõe a elite política, mas que conquiste também o reconhecimento por parte de seus pares, já que esses apóiam suas candidaturas a outros cargos eletivos, garantindo novos mandatos, e também auxiliam nas indicações para nomeações à ocupação de postos não eletivos.

4.2 CARREIRA POLÍTICA

Examinados os dados sociodemográficos, apresentam-se brevemente neste tópico as histórias dos deputados entrevistados, as

quais mostram os percursos de suas respectivas carreiras na política. Falar de histórias de vida é compreender uma série de acontecimentos de uma existência individual, a vida estabelecida como uma história, em uma ordem cronológica e lógica, com início e fim.

A narrativa autobiográfica é a entrega do entrevistado para com o entrevistador, que opta por contar eventos que se organizam no decorrer da fala e compõem a história de vida dos indivíduos (BOURDIEU, 2014). Para compreender as narrativas em suas particularidades foram destacados alguns de seus eventos relevantes, considerando que eles fazem parte e caracterizam as trajetórias profissionais desses indivíduos.

Carlos Drummond de Andrade (PMDB)

Tem 42 anos, é casado e pai de duas filhas, com idades de dez e sete anos. A esposa trabalha nos negócios da família e também “administra as crianças”. Tem formação em direito, pós-graduação em administração pública e é formado na escola da magistratura de Santa Catarina. Nascido no oeste de Santa Catarina, começou seus estudos de graduação nessa região. Sua escolha pelo curso de direito decorreu da restrição de opções possíveis, pois na região em que residia eram ofertados apenas os cursos de direito, pedagogia e serviço social.

De origem “humilde” e com poucos recursos financeiros, desde muito cedo se inseriu no mercado de trabalho, realizando atividades como: engraxate, vendedor de frutas e de picolé, auxiliar de refrigeração, mecânico, servente de pedreiro e construtor. Quando exercia essa última atividade decidiu mudar de área e conseguiu um emprego no escritório da cooperativa da cidade. Concomitantemente às atividades profissionais continuou estudando, e ao concluir a graduação fez concurso para fiscal de tributos da prefeitura, cargo que exerceu durante cinco anos, e do qual pediu exoneração para se mudar para o litoral do estado, onde cursou a escola de magistratura. Durante esse curso, voltou a trabalhar no setor público, no setor de licitações.

Em sua trajetória sempre foi muito atuante em esportes: foi atleta de vôlei e de futebol, sendo que no vôlei se destacou em nível regional e estadual. Na sua “mocidade” foi presidente da juventude no PMDB, organizando comícios e eventos partidários e nos finais de semana, tinha como lazer os esportes, que envolviam toda a comunidade. Todos esses movimentos, somados à sua participação como líder da juventude do PMDB fizeram com que ficasse conhecido em todo o município onde residia. Antes de sua entrada na política, alguns familiares já faziam parte do cenário político: um primo foi prefeito e deputado estadual e

um tio ocupou o cargo de prefeito em um município do oeste catarinense.

Seu ingresso na política remonta ao ano de 1999, quando começou a realizar assessorias jurídicas para a bancada do PMDB. Naquele momento, havia apenas dez deputados desse partido compondo a Câmara Catarinense. No ano 2000, em uma pesquisa realizada na cidade onde residiu desde os seis anos de idade até o momento em que se mudou para o litoral, seu nome começou a aparecer como favorito para ocupar o cargo de prefeito, mas seu objetivo então era de ser juiz, promotor ou delegado. Nesse mesmo ano, em uma reunião com delegados do partido objetivando levantar nomes para as próximas eleições, ficou decidida sua participação nas eleições, como candidato ao cargo de prefeito. Relata que foi “uma época difícil”, pois a decisão implicou voltar para sua cidade natal e abrir mão de continuar na carreira na área de sua formação.

Esse retorno à sua cidade natal no ano 2000 marcou o início de sua trajetória política: passou três meses trabalhando em sua campanha, visitando os moradores, fazendo comícios, “fazendo um trabalho de corpo a corpo” e conversando com todos sobre a importância de se votar. Foi eleito e na eleição seguinte reeleito, tendo ocupado o cargo de prefeito, portanto, em dois mandatos consecutivos.

No fim do seu segundo mandato como prefeito recebeu dois convites, ambos oriundos do cenário político. Foi convidado para ser assessor parlamentar do deputado que representava sua região pelo PMDB e também para ser secretário do Estado. No entanto, em março de 2010 o deputado que representava sua região teve que se afastar do cargo por problemas de saúde; assim, o partido fez uma prévia com o nome de todos os prefeitos para indicar um nome à sua substituição, mas nenhum prefeito aceitou sair de seus mandatos que eram certos para disputar uma eleição incerta. Novamente outra reunião foi realizada, agora também com os prefeitos, e nessa ficou acordada sua candidatura.

Trabalhou arduamente em sua candidatura e em 2010 conseguiu se eleger como deputado estadual, vindo a desempenhar seu primeiro mandato no poder legislativo, após dois mandatos no executivo municipal. Reelegeu-se como deputado estadual nas eleições de 2014, para exercer seu segundo mandato no legislativo e o quarto como político.

Cecília Meirelles (PT)

Com 44 anos de idade, é mãe de três filhos, com idades entre dois e dezoito anos, e foi a primeira deputada de Santa Catarina a ter filho durante um mandato. Seu primeiro emprego foi na iniciativa privada, quando trabalhou durante dois anos no departamento de pessoal, em um escritório de contabilidade. Coursou o magistério, formou-se em pedagogia e fez especialização na área de educação; cresceu em um ambiente onde os pais não estudaram, mas auxiliaram todos os filhos a fazer o ensino superior.

Foi durante sua graduação que iniciou a sua “luta” pelos direitos dos professores: nessa época a educação passava por “dificuldades” e os professores estavam sem receber salários. Nesse momento ela e outros colegas fundaram o primeiro centro acadêmico da universidade, e foi a primeira presidente do centro acadêmico de pedagogia, iniciando desse modo seu envolvimento em reuniões políticas e movimentos sociais. Também optou por mudar de trabalho e buscar algo ligado à educação, passando em um concurso estadual para trabalhar com menores de rua.

Alguns anos depois, fez outro concurso, agora em nível municipal e focou sua carreira no cargo de professora municipal. Nesse mesmo ano, no cenário nacional ocorria a disputa pela presidência da república entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor de Mello, e então, identificando-se com a história de vida de Luiz Inácio, um indivíduo sem condições financeiras e que lutava pela população carente, filiou-se ao PT. Essa filiação decorreu também da identificação com outras figuras desse partido, suas lutas e movimentos sindicais.

Em 1997 seu município começou a ser administrado por um prefeito do PT, que a convidou para assumir um cargo na prefeitura, como coordenadora da educação. No final dos quatro anos de mandato daquele prefeito, o partido e seus colegas professores a apoiaram para ser candidata a vereadora. Com o apoio do partido e de um grupo de colegas sucedeu-se sua candidatura e ela foi eleita, sendo a quarta vereadora mais bem votada naquele pleito. Depois de quatro anos de mandato como vereadora, tomou a decisão de concorrer ao cargo de vice-prefeita do seu município, mas não se elegeu.

Logo após foi convidada para trabalhar como assessora de um deputado estadual. Aceitando o convite, trabalhou como assessora durante aquele mandato, e nas eleições seguintes optou por se candidatar novamente como vereadora. Dessa vez elegeu-se, e no término desse mandato municipal lançou-se candidata a deputada estadual,

conseguindo eleger-se. Nas eleições de outubro de 2014 foi reeleita para um segundo mandato como deputada estadual.

Jorge Amado (PT)

Com 55 anos, é filho e neto de trabalhadores das minas de carvão do sul de Santa Catarina. É casado, tem duas filhas e sua mulher é médica e perita de um órgão público. Formou-se em medicina pela Universidade Federal de Santa Catarina e possui pós-graduações em saúde pública e em medicina do trabalho; ainda atua como médico na cidade em que reside. Foi criado em uma família com muita disciplina, e os estudos vinham em primeiro lugar. Sua entrada na vida laboral ocorreu cedo: seu primeiro emprego foi de carregador de costaneira (casca da madeira usada para fazer lenha). Na sua infância morou em uma pequena cidade no sul de Santa Catarina, em uma casa de chão batido e cobertura de palha. No primeiro ano de ginásio mudou-se para uma cidade vizinha, maior, onde trabalhou como balconista de farmácia. À época, sentia necessidade de compreender melhor as doenças e medicações, e refletindo a esse respeito, fez vestibular para medicina.

Ao mudar-se para o litoral a fim de fazer sua graduação, começou a participar de movimentos estudantis, tendo como primeira atuação o movimento para a construção do hospital universitário. Participou também da novembrada¹⁴, onde dois colegas da medicina foram presos. Ao se formar, fez concurso e passou a atuar como médico na Petrobrás, vindo a ser o primeiro a se sindicalizar como tal na categoria dos petroleiros. Foi demitido quando ocorreu a greve dos petroleiros, no governo de José Sarney, por ter apoiado os piquetes.

Após sua demissão da Petrobrás voltou para uma pequena cidade do litoral catarinense, onde passou a atender dezesseis comunidades rurais. Nesse local fez um estudo com mais de cinco mil exames toxicológicos junto a produtores de fumo (crianças, homens e mulheres), provando que as crianças e mulheres que não necessariamente trabalhavam nas lavouras se intoxicam tanto ou mais que os homens. Esse estudo foi base para um projeto por meio do qual se solicitava mudança na legislação brasileira referente ao assunto. Com o término do

¹⁴ Manifestação ocorrida no centro de Florianópolis em 30 de novembro de 1979. O movimento era contrário ao Regime Militar implantado em 1964 no Brasil, e tinha como um de seus objetivos renomear o nome da cidade de Florianópolis para Desterro, como já havia sido chamada em tempos idos (MARINHO, 2010).

estudo, começou a trabalhar como perito judicial e também realizando palestras sobre saúde nas comunidades. Nesse momento, optou por não ser mais empregado e montou seu próprio consultório.

Por suas lutas, tornou-se conhecido em sua região: depois de quatro anos morando na pequena cidade, foi convidado pelo PT para ser candidato a prefeito. Filiou-se então ao partido e candidatou-se, mas não se elegeu. Após essas eleições, recebeu muitos convites de outras agremiações partidárias para que mudasse de partido, mas não aceitou. Nas eleições seguintes candidatou-se novamente para o cargo de prefeito e de novo não se elegeu, o que veio a ocorrer somente em uma terceira tentativa, posteriormente. Como prefeito, fundou o CAPS e o centro de eventos da cidade, realizando também outras obras de destaque. Com o fim de seu mandato de prefeito concorreu à reeleição, mas não conseguiu o feito. Optou, então, por se candidatar a deputado estadual em um próximo pleito, e elegeu-se e reelegeu-se para esse cargo.

Mesmo quando exerceu o cargo de prefeito não deixou de trabalhar com a medicina, atendendo em seu consultório particular, em seu gabinete na prefeitura e em postos de saúde. Nunca deixou de atuar em sua área também fazendo perícias e consultorias em segurança do trabalho. Enquanto deputado desenvolveu ações como rever as aposentadorias de ex-funcionários da Assembleia, pois muitos estavam aposentados por invalidez e as informações em seus prontuários não procediam, e também um projeto para diminuir os altos salários dos funcionários e deputados. No momento da pesquisa cumpria seu segundo mandato como deputado; tentou a reeleição para o mesmo cargo no mês de outubro, mas não a obteve.

José de Alencar (PMDB)

Com 67 anos, é casado e tem três filhas e uma neta. Veio de uma família de agricultores; ele e os irmãos (três homens e quatro mulheres) trabalharam na agricultura, plantando cereais e fumo. Seu pai foi o fundador da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, um dos primeiros a produzir reprodutores suínos para materiais genéticos e também o primeiro agricultor a ter uma trilhadeira em sua região. Com o andar dos negócios da família veio a ser presidente da associação de criadores suínos, e em tal cargo sempre participava de feiras fora do Brasil, representando sua família e ganhando muitos prêmios.

Com esse reconhecimento sua família passou a ter destaque e prestígio no município. Por conta disso, em 1982 foi convidado para ser

candidato a vereador pelo antigo MDB, e respondeu que só aceitaria com a condição de que o prefeito criasse uma secretaria de agricultura no município. Seu nome foi homologado na convenção do partido, sua candidatura foi lançada, elegeu-se e então, juntamente com o prefeito, criaram a secretária municipal de agricultura. Ao se eleger, seu pai lhe recomendou que nunca promettesse aquilo que não poderia cumprir, e que se algum dia trocasse de partido explicasse o motivo para seus eleitores.

Em seus quatro anos de mandato como vereador não parou de trabalhar com seus pais nos negócios da família, começando a trabalhar também com a ovinocultura e na produção de leite em grande escala. Finalizado o mandato como vereador, concorreu ao cargo de prefeito, mas não conseguiu se eleger. Na eleição seguinte candidatou-se novamente a prefeito e dessa vez conseguiu ocupar o cargo desejado, porém antes de finalizar esse mandato solicitou exoneração do cargo para se candidatar a deputado estadual, conseguindo se eleger.

Também desempenhou diversos cargos no poder executivo, como o de Secretário Municipal da Agricultura, Secretário da Casa Civil, Secretário Adjunto da casa Civil de um governo estadual e Secretário da Agricultura do Estado catarinense. Percebe-se como tendo duas profissões, pecuarista e político de carreira. Está há vinte e oito anos no cenário político, e exercia, quando da pesquisa, seu quarto mandato como deputado estadual. Foi reeleito no pleito eleitoral de 2014 e está indo para o seu quinto mandato como deputado estadual.

Machado de Assis (PMDB)

Tem 72 anos, é casado e possui três filhos e sete netos. Trabalhou durante dezoito anos na agricultura e conseguiu finalizar apenas a escola primária; optou por trabalhar e não teve tempo nem condições para estudar mais. Posteriormente, foi caminhoneiro até seus quarenta anos, tendo então uma empresa de transporte, que não funciona mais em virtude de sua opção por dedicar-se exclusivamente à política.

Seu ingresso na carreira política deu-se em consequência de ser muito conhecido em sua cidade: no ano de 1982 foi convidado a se candidatar para o cargo de prefeito, conseguindo se eleger, pelo antigo MDB. Seu mandato nesse cargo foi de seis anos, de acordo com a antiga constituição, onde os mandatos tinham seis anos e não quatro como atualmente.

Ao término desse mandato como prefeito candidatou-se a deputado estadual, e está no seu sexto mandato nesse cargo,

significando que há trinta anos atua no cenário político estadual. Mesmo sem ter terminado o segundo grau, afirma ter feito mandatos em cima de resultados e com responsabilidade: em sua trajetória política foi sete vezes líder da bancada, tendo a política como sua profissão. Atua também como delegado do diretório municipal do partido. Em 2014 lançou-se novamente candidato, mas não obteve êxito no pleito, não conseguindo realizar seu objetivo de ser o primeiro deputado de Santa Catarina a ter sete mandatos consecutivos.

Monteiro Lobato (PT)

Tem 63 anos, é casado e tem três filhos. É médico pediatra, com formação em homeopatia e naturologia, especialização em saúde pública e cursando nutrologia. Nasceu em uma cidade no Vale do Itajaí e diz que sempre participou das lutas da sua comunidade. Na sua infância foi coroinha, estudou em internatos e durante o segundo grau iniciou sua participação em grêmios estudantis. Finalizou seu terceiro ano do científico no estado do Paraná, onde também cursou medicina. Nessa época morou da casa do estudante universitário, a maior casa dessa natureza da América Latina, e dela foi presidente. Durante sua graduação fez parte do diretório acadêmico.

Posteriormente à sua formatura realizou especialização em um hospital onde foi designado chefe dos médicos residentes. Em plena ditadura militar, participava de movimentos estudantis e optou por filiar-se ao então MDB. Concluída sua especialização em pediatria, mudou-se para o estado de São Paulo, onde trabalhou em um projeto de medicina social com catadores de algodão e boias frias. Após dois anos e meio decidiu voltar para sua cidade no Vale do Itajaí; era 1979 e, ainda com o bipartidarismo, vinculou-se ao diretório municipal do MDB.

Em 1980 fez parte da fundação do PT, nos planos estadual e nacional. A mudança de partido ocorreu por identificação, pois quando residia em São Paulo vivenciou, no dia 1 de maio de 1979, a grande concentração de trabalhadores e as greves no ABC paulista. Esses eventos eram comandados por Luiz Inácio Lula da Silva e ele, mesmo de fora desse movimento, identificou-se com a causa e com a figura de Lula. Nessa concentração muitos panfletos foram distribuídos, convocando os indivíduos a participarem na criação do PT, pois estava chegando ao fim o bipartidarismo e o país assistia à sua redemocratização.

Fundou o PT em sua cidade em 1982 e, mesmo sem o partido ter qualquer condição eleitoral, lançou-se candidato a prefeito, não com o

objetivo de se eleger, mas sim de construir o partido para as eleições de 1988. Antes, porém, ocorreram em 1986 as eleições da constituinte, nas quais se candidatou a deputado federal, não conseguindo se eleger. Em 1988 elegeu-se como vereador de sua cidade, e em 1992 se reelegeu como o vereador mais votado.

Em 1995 foi eleito pela primeira vez para deputado estadual, e exerceu três mandatos sucessivos; no terceiro deles foi presidente da Assembleia Legislativa, e, dessa condição, assumiu por 13 dias o governo do Estado, por viagem de seus titulares. Nas eleições de 2004 concorreu novamente ao cargo de prefeito, tendo solicitado afastamento do mandato de deputado estadual para realizar sua campanha. Eleito, foi prefeito de 2004 até 2008, não conseguindo sua reeleição. Em 2010 ocupou outra vez o cargo de deputado estadual, exercendo então seu quarto mandato.

Há vinte e oito anos na política, nunca deixou de exercer a medicina, atendendo em sua clínica particular, muitas vezes nos sábados e domingos. Médico concursado do ministério da saúde e da secretaria estadual de saúde, em função da política está afastado dos seus cargos estadual e federal, mas atende como médico pediatra em uma cooperativa de médicos. Autodefine-se como médico e político: médico pela formação e político como condição no momento. Considera que a política e a medicina tiveram uma grande interrelação em sua trajetória e que parte dos seus mandatos teve como foco a área da saúde, principalmente em defesa do sistema único de saúde. Tentou a reeleição em 2014, para o mesmo cargo de deputado estadual, mas não foi eleito.

Paulo Coelho (PT)

Natural do meio oeste de Santa Catarina, de família de agricultores, tem oito irmãos. Tem 50 anos, é casado, tem uma filha de onze anos e sua esposa trabalha como administradora do lar. Coursou até a quinta série em uma pequena escola perto do seu município e, após, foi estudar no seminário. Concluiu o técnico em contabilidade e a graduação em direito.

No colégio iniciou sua participação política no grêmio estudantil. Antes de cursar direito iniciou estudos em ciências contábeis, onde foi presidente do diretório dos estudantes. Participou também do grupo de jovens da pastoral da juventude, e filiou-se ao PT porque o partido apresentava perspectivas de ser diferente, de trazer transformações para o Brasil, além de dar oportunidades para jovens de classe baixa, que não tinham nascido em “berço de ouro”. Começou sua militância na política

por acreditar na importância da participação da juventude nessa instância da vida social.

Em 1988, enquanto cursava direito, candidatou-se pela primeira vez ao cargo de vereador. Eleito, exerceu dois mandatos, de 1989 até 1992, quando concorreu a prefeito, mas não se elegeu. Em 1994 concorreu e foi eleito para deputado estadual, tendo sido o deputado mais jovem da Câmara e o primeiro deputado do seu partido a ser Presidente de uma Assembleia Legislativa no Brasil.

Após dois anos de mandato como deputado pediu exoneração para novamente concorrer ao cargo de prefeito de sua cidade, mas de novo não foi eleito. Em 1998 foi reeleito deputado estadual, e no ano 2000 concorreu pela terceira vez para o cargo de prefeito, sendo finalmente eleito e reeleito em 2004, ocupando esse cargo então por dois mandatos. Só atuou na área do direito em seu mandato de vereador; após, sua dedicação vem sendo exclusiva para a carreira política. Em 2010 foi novamente eleito deputado estadual, e nas eleições de outubro de 2014 foi reeleito.

Vinicius de Moraes (PMDB)

Natural do litoral de Santa Catarina, tem 68 anos, é casado e tem três filhos. Em sua infância trabalhou com seu pai e seus sete irmãos em um engenho de farinha da família, que também produzia cachaça e açúcar, e trabalhava com pescaria. Na adolescência, “apaixonado” por mergulho, começou a trabalhar com pesca, abrindo, mais tarde, um restaurante de frutos do mar e um posto de gasolina. Estudou em um colégio confessional, onde também morou, pela dificuldade de chegar à cidade, já que não havia ônibus que fizesse o trajeto entre sua casa e o colégio.

Concomitantemente às atividades laborais fez seu curso de graduação, e sua entrada na política, aos 19 anos, se deu por razões sentimentais e ideais: cursando direito e economia, participava dos movimentos estudantis e então, ao participar de um congresso de economia em São Paulo, no ano de 1968, foi preso, juntamente com outros ativistas políticos. Era a época da ditadura, e esse evento foi visto como um movimento contra o governo; por isso muitos estudantes foram presos. Além de preso, foi demitido do emprego que então mantinha em uma repartição federal; com a prisão, foi taxado de subversivo, sendo reprimido e encarcerado em Florianópolis.

Participou da concepção do MDB, que foi criado mais como uma sigla para passar a imagem de que no Brasil de então existia uma

democracia. Diz que “O MDB era como uma grama no jardim, tinha o direito de viver, mas não tinha o direito de crescer”; à medida que o partido crescia, muitas candidaturas eram cassadas, como aconteceu com sua primeira candidatura para vereador, que foi cassada em 1969, pelo Serviço Nacional de Informações. Apenas em 1972 conseguiu o direito de ser candidato a vereador, tendo exercido dez anos de mandato nesse cargo.

Em 1982, candidato a deputado estadual, foi o mais votado do MDB. Deixou a Assembleia tempos depois e foi o primeiro prefeito após a ditadura, não nomeado e sim eleito pelo voto popular, depois de vinte e dois anos de ditadura. Posteriormente a esse cargo foi deputado federal por quatro mandatos, nos quais trabalhou fortemente pela aprovação de dispositivo constitucional para que a ilha de Santa Catarina deixasse de pertencer à União.

No exercício de mais um mandato como deputado estadual, lançou sua candidatura novamente para concorrer ao cargo de deputado federal nas eleições de outubro de 2014, mas desistiu do pleito antes das eleições acontecerem.

Os percursos dos parlamentares entrevistados mostram que todos, de alguma forma, tornaram-se conhecidos em suas comunidades, seja por se vincularem e atuarem em movimentos políticos/sociais, seja em função do poderio econômico próprio e/ou dos familiares. No entanto, ainda que esses sujeitos fossem pessoas de destaque em suas regiões ou cidades de origem, sendo essa uma característica comum a todos, verificou-se que os convites para concorrer aos cargos públicos foram diferentes entre si: alguns foram recrutados para ingressar na carreira política em decorrência do engajamento político em movimentos estudantis, enquanto outros o foram pela liderança que exerciam em suas comunidades e outros ainda em razão das condições socioeconômicas que detinham.

O recrutamento para a política, assim, ao mesmo tempo em que converge também diverge no que tange às trajetórias socioprofissionais dos entrevistados. Mesmo assim, de fato não ocorreram diferenças de recrutamento por parte dos partidos políticos; ao contrário, percebeu-se que esses, mesmo tendo ideais diferentes, recrutaram seus agentes políticos de maneira homogênea, ou seja, tomando por base parâmetros semelhantes.

Percebeu-se como um elemento bastante presente nas trajetórias a participação em movimentos estudantis e/ou de juventude como elemento que alavancou a carreira política. Carlos Drummond de Andrade tinha em mente um planejamento de carreira diferente da vida

pública. Ainda que tivesse em sua família exemplos de políticos, sua principal ambição era obter uma colocação profissional através de concurso público, mas o desenvolvimento de habilidades políticas e a experiência de ter sido líder da juventude em sua comunidade o conduziram ao ingresso na carreira política. Já para Cecília Meirelles a carreira política foi iniciada após forte engajamento no movimento estudantil à época de sua graduação, de modo semelhante a Jorge amado, que teve contato com a política inicialmente durante a faculdade, filiando-se a um partido político.

Monteiro Lobato também tomou parte em lideranças de movimentos estudantis, tendo participado da criação do PT em Santa Catarina, do mesmo modo que Paulo Coelho, cuja experiência em integrar grupos de jovens da igreja católica foi determinante para suas opções ideológicas e políticas e para o começo de sua carreira na política. Situação semelhante foi vivida por Vinicius de Moraes, cuja história política se confunde com a própria redemocratização do Brasil, já que foi preso por mostrar engajamento político em movimentos estudantis/sociais nos tempos de ditadura.

José de Alencar, por sua vez, iniciou-se na política a partir de sua vida profissional na agroindústria, onde ganhou notoriedade pública por possuir capital econômico elevado para sua comunidade. Machado de Assis, ao contrário, teve origem humilde, precisou trabalhar desde muito cedo e, por esse caminho igualmente acabou ficando também conhecido e popular em sua cidade, fator que o conduziu à carreira política.

As narrativas das histórias de vida e de trabalho dos parlamentares, além de terem permitido situar a gênese da inserção de cada um deles na política, também possibilitaram perceber que de fato percorrem uma carreira nessa função de políticos. Pode ser identificada uma trajetória em cada um nessas narrativas, tendo o exercício do cargo político como principal norteador a conduzi-los ao longo dos sucessivos mandatos cumpridos.

5 CARACTERIZAÇÃO DA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DOS DEPUTADOS

No capítulo anterior, ao serem apresentados e analisados o perfil sociodemográfico e os percursos na carreira política dos parlamentares entrevistados, foram antecipados alguns elementos significativos, característicos das suas trajetórias profissionais. O presente capítulo focaliza mais diretamente as trajetórias trilhadas ao longo das carreiras políticas pelos deputados, em busca de alcançar o objetivo geral norteador desta pesquisa, qual seja, caracterizar a trajetória profissional de políticos que exercem mandato no poder legislativo catarinense.

O processo de análise dos depoimentos obtidos possibilitou identificar três categorias, compreendidas como elementos que compuseram essas trajetórias, a saber: **recrutamento político, carreira política e identidade profissional**, conforme mostra o quadro abaixo:

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
RECRUTAMENTO POLÍTICO	Experiência anterior à política
	Escolha pelo Partido
CARREIRA POLÍTICA	Influência dos meios de comunicação
	Atividades desenvolvidas no cotidiano
IDENTIDADE PROFISSIONAL	Significado de ser político
	Política como profissão

Essas categorias, complementares entre si, se desdobram nas subcategorias indicadas, aglutinando elementos comuns e que foram reiterados nas diferentes narrativas. Na sequência do texto cada uma delas é apresentada e discutida, com suas subcategorias correspondentes, acompanhada de excertos de falas que as evidenciaram.

5.1 RECRUTAMENTO POLÍTICO

Antes de adentrar na categoria recrutamento político, faz-se necessário resgatar alguns aspectos sobre o sistema partidário, uma vez

que é por meio desse que ocorre o recrutamento político. O sistema partidário é um componente da atual configuração do sistema político denominado de democracia representativa ocidental; é nesse sistema que os partidos políticos nascem, crescem e se desenvolvem. Uma das peças chave do sistema político é o voto, por meio do qual ocorre a escolha pelos sujeitos que em tese devem representar o bem comum da sociedade.

O sistema eleitoral é um conjunto de leis e de regras determinadas pelos partidos, que ajustam a competição eleitoral. Essa competição ocorre não apenas dentro dos próprios partidos, mas também entre eles, e entre os poderes legislativo, executivo e judiciário (COX, 1997). Os partidos políticos não são instituições imutáveis; ao contrário estão sempre em constante desenvolvimento e mudanças. São eles que viabilizam a relação entre o sistema partidário e o sistema eleitoral, e sua representação é muito mais ampla do que apenas lançar candidaturas. Assim, a política, em sua forma institucionalizada, é regularizada pela configuração do sistema, onde o partido político é o mecanismo legitimador.

O sistema político, que pode ser visto como um sistema independente, influencia e pode ser influenciado pelo sistema eleitoral. Assim, muitas estratégias dos partidos e sua criação são influenciadas pela cultura já determinada do sistema. Toda essa dinâmica do sistema faz com que os partidos desenvolvam estratégias para sobreviverem e alcançarem o seu objetivo final, o poder político, sendo o recrutamento ponto chave para o alcance desse objetivo (ARAÚJO, 2005).

O recrutamento político, entendido como a seleção de sujeitos para compor as fileiras políticas, é concretizado de diversas maneiras, dependendo unicamente de cada partido. As exigências para a entrada de sujeitos no Partido dos Trabalhadores, por exemplo, são maiores do que em outros partidos, como o PFL, que exige para a filiação, idade maior ou igual a 16 anos, pleno gozo dos direitos políticos e residência. Já o PT, no capítulo V da carta do Partido, revela outros requisitos para a filiação, a saber: combater todas as manifestações de discriminação; contribuir financeiramente com o partido e renunciar ao mandato eletivo, no caso de desligamento do partido.

Após esse recrutamento, ainda são previstos outros processos antes da candidatura propriamente dita. No caso do PT, os militantes elegem por voto direto os chamados delegados, que os representaram na convenção do partido, pois são responsáveis pela escolha dos candidatos que disputarão cargos no poder legislativo. O partido dispõe de um processo denominado de PED, processo de eleição direta, por meio do

qual cada militante escolhe em seu município o delegado que tem a finalidade de representá-lo (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2009).

Em suma, cada partido tem suas especificações e seus próprios objetivos no que concerne ao recrutamento político, e, portanto, a análise dessa categoria necessita considerar essas particularidades. Conforme já referido, a categoria **Recrutamento Político** se desdobrou em duas subcategorias: experiência anterior à entrada na política e escolha pelo Partido, expressando elementos que possibilitaram compreender o modo como se deu esse recrutamento para os participantes deste estudo.

Os dados levantados indicaram que o recrutamento para a política, para todos os oito deputados entrevistados, independentemente do Partido ao qual hoje se vinculam, esteve diretamente ligado às suas **experiências anteriores à política**. Essas experiências abrangem atividades desenvolvidas e ocorrências vivenciadas anteriormente à entrada na carreira política, ligadas ou não à militância política. Evidenciou-se que a maioria dos entrevistados, em suas trajetórias anteriormente à entrada no cenário político, desenvolveu atividades ligadas à militância, predominantemente junto a movimentos estudantis. Paulo Coelho e Monteiro Lobato assim relataram:

Eu já participava de diretórios acadêmicos, centros acadêmicos, antes de fazer faculdade de direito [...] fui presidente do diretório dos estudantes, da antiga FELC, que hoje é UNC Concórdia, e participava de grupo de jovens da pastoral da juventude (Paulo Coelho).

Eu sempre participei das atividades das lutas da comunidade [...]. Na infância fui coroinha, fui estudar em internatos, depois quando estudei no campo secundarista, já era do grêmio estudantil, depois fui estudar medicina e no curso fui do diretório acadêmico [...] (Monteiro Lobato).

O processo de seleção revela muito sobre o partido, sobre seus interesses e conflitos, permitindo um melhor entendimento sobre o funcionamento da organização partidária e de quem esses partidos querem para compor suas legendas. Nas falas acima, evidencia-se que esses sujeitos foram recrutados a partir das suas experiências anteriores, como grêmios estudantis, DCE (diretório central dos estudantes) e contato com alguns movimentos e/ou atividades religiosas. Ou seja,

esses sujeitos ainda não ocupavam cargos políticos, mas faziam parte de uma organização social, com ideais nos quais acreditavam, e esse envolvimento e essa crença em tais ideais mostrou-se importante como experiência que conduziu ao recrutamento para a política.

A experiência de participação na militância estudantil possibilita aos seus integrantes o desenvolvimento de características e habilidades de importância significativa no desempenho das atividades políticas, como a contestação e a oratória, por exemplo. Além disso, o abraço a questões ideológicas, voltadas à busca de equacionamentos dos problemas sociais, também presente nessa experiência, se revela quase como condição para o percurso da trajetória política.

No relato de Paulo Coelho ficou evidente que sua participação no diretório acadêmico foi um ponto chave para sua entrada no cenário político, sendo que essa experiência o conduziu à opção pelo ingresso e permanência na política. Além dele e de Monteiro Lobato, também Cecília Meirelles e Vinicius de Moraes iniciaram suas trajetórias a partir do envolvimento em movimentos estudantis durante suas graduações, mostrando que o ambiente universitário à época em que os parlamentares o frequentaram favoreceu que se identificassem com os movimentos de cunho político e seguir nessa direção.

De fato a universidade é um local propício ao recrutamento de militantes jovens; tanto os movimentos estudantis como outras formas de mobilização chamam atenção dos partidos políticos que tradicionalmente vêm angariando jovens militantes. Tanto é assim que os Centros Acadêmicos e os Diretórios Centrais de Estudantes de muitas instituições muitas vezes contam, em suas bases, com influências ligadas a partidos políticos: o PT e o PCdoB disputam há anos a liderança nacional dos estudantes. É necessário salientar, porém, que o movimento estudantil e a militância partidária, embora sejam, na maioria das vezes, confundidos, a ponto de um se tonar sinônimo da outra, guardam particularidades entre si. Mesmo assim, o movimento estudantil é considerado uma fonte onde ocorre o aliciamento; é o início do processo que pode levar ou não à militância partidária, espaço onde se produz sentido, valores e condutas políticas (BRENNER, 2011).

As experiências anteriores à política não dizem respeito apenas aos movimentos estudantis; a vinculação à igreja também é uma experiência significativa, como relatou Monteiro Lobato, uma vez que costuma estar diretamente ligada a movimentos sociais. A Igreja, particularmente a católica, historicamente esteve presente e atuante no cenário político, por meio de movimentos sociais, principalmente nas cidades de interior brasileiro. Alguns movimentos ligados a ela são as

Comunidades Eclesiais de Base (as CEBs) e as pastorais da criança, da juventude e da terra, os quais se configuraram como espaços propiciadores de discussões e reflexões, igualmente incentivando a militância.

Relembra-se que a relação entre a Igreja e a política no Brasil vem desde o regime português; juntamente com algumas ambiguidades, no período imperial dois bispos que defendiam a liberdade da igreja foram presos. Na República a separação entre Igreja e Estado foi estabelecida, mas esse fato alterou a relação de Igreja e poder, como era no período imperial, para uma relação entre Igreja e sociedade. Dessa forma, ocorreu um deslocamento do poder político para as necessidades da sociedade brasileira, as quais se mostram importantes como bandeiras políticas. Nas eleições de 2002, por exemplo, as diretrizes para as comunidades eclesiais eram de fazer a campanha da fraternidade voltada para o combate da miséria e da fome no Brasil, adiantando as prioridades do governo Lula no ano seguinte (SOUZA, 2004).

Em um sentido mais amplo é certo que a Igreja e a política andam lado a lado, e muitos sujeitos que entram no cenário político têm essa entrada derivada da sua participação em movimentos religiosos. Muitos padres, em todo o Brasil, ocupam cargos políticos, como na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, onde um deles exerce seu quarto mandato como deputado e já exerceu dois mandatos como prefeito em uma cidade do interior do Estado.

Não se trata de uma particularidade da Igreja Católica, já que outras religiões também se destacam nessa questão da proximidade entre credo e política: a Igreja Universal¹⁵, por exemplo, lançou em 1986 seu primeiro pastor para o cargo de deputado federal e atualmente possui dezenas de pastores e bispos ocupando cargos no panorama político. Nas eleições de 2006 as seguintes Igrejas conseguiram assentar representantes tanto no poder executivo quanto no legislativo: Evangélicos, Assembleia de Deus, Igreja Batista, Igreja Luterana, Igreja Presbiteriana e Igreja Evangélica Quadrangular (RODRIGUES, 2009).

¹⁵ Essa Igreja, a propósito, possui um jeito próprio de fazer o seu recrutamento político (ORO, 2003): antes das eleições promove uma campanha para que todos os jovens de 16 anos obtenham seu título de eleitor; após ocorre um mapeamento do número de fiéis que votam e este é apresentado para os bispos de cada região do Brasil, os quais, por sua vez, o encaminham ao bispo “chefe”. Com base nesses dados é que ocorre a deliberação a respeito do número de candidatos da afiliação religiosa que serão lançados em cada município. O financiamento dessa instituição para as campanhas é muito elevado, auxiliando no resultado positivo dos candidatos nos pleitos eleitorais, como também a mídia, já que possuem canais de rádio e de televisão.

Embora o caminho percorrido por diversos dos sujeitos, desde muito cedo, tenha se vinculado à militância política e/ou à religião, nem todos tiveram seu recrutamento político relacionado a esse tipo de experiência anterior. José de Alencar e Carlos D. de Andrade assim relataram:

Eu presidia, fazia parte da Associação dos Criadores de Suínos e era Presidente do Núcleo dos Criadores de Suínos de [cidade] e tinha assim uma liderança por presidir esse núcleo com os produtores e por a nossa família ser uma família tradicional e ela tinha um destaque muito forte, e nessa esteira eu fui convidado para ser candidato a vereador pelo prefeito, na época (José de Alencar).

Eu fui presidente da juventude do partido, com dezoito anos já participei das eleições municipais representando a AJTA do PMDB, em comícios e eventos partidários [...]. O fato de eu ser líder da juventude do PMDB acabou me fazendo conhecido no município, então isso acabou levando o meu nome, como nome novo na política [...] (Carlos Drummond de Andrade).

Esses dois depoimentos mostram que o recrutamento político teve outro viés: os sujeitos vieram a ingressar no cenário político, um por seu prestígio social e atuação junto a uma atividade econômica específica (suinocultura) e outro por se destacar dentre outros jovens em seu município, em razão de sua precoce vinculação com o partido e os eventos eleitorais na cidade onde residia. Dentre os quatro relatos até aqui apresentados, verifica-se que três recrutamentos foram realizados em pequenas cidades do oeste do estado de Santa Catarina, e que esses aconteceram cada qual com sua especificidade; mas ressalva-se que todos esses sujeitos, à sua maneira, desde logo já se destacaram em suas regiões geográficas, fator que motivou sua seleção para a política, visto que auxiliariam o partido político na arrecadação de votos, por apresentarem uma visibilidade diferenciada em seus meios.

Outro motivo que levou ao recrutamento político desses sujeitos pode estar diretamente ligado ao poder econômico, como fica evidente na fala de José de Alencar: membro de uma família tradicional e com condições econômicas privilegiadas, o mesmo poderia não apenas

alavancar a arrecadação de votos, como também injetar recursos financeiros no partido. A observação empírica aponta que a possibilidade para exercer um cargo político aumenta ou diminui dependendo da posição na hierarquia social, ou seja, a posição social de origem. Desse ponto de vista, a política de certa forma interessa em todos os sentidos, a todos os agentes políticos que estão no topo da hierarquia social; uma vez possuindo esses privilégios, tais agentes, quando entram no cenário político, se apossam de forma fácil dos cargos desejados (GAXIE, 2012).

O recrutamento político é influenciado por três fatores: primeiro a certificação, diretamente ligada ao direito eleitoral, às regras partidárias e aos regulamentos sociais de certa forma informais, mas que auxiliam na delimitação dos critérios para a candidatura ser elegível. Em segundo lugar a indicação, na qual dois aspectos que se interligam são fundamentais, a oferta e a demanda, ou seja, a oferta de sujeitos que buscam se candidatar e a demanda dos sujeitos que selecionam quem vai aparecer no cenário político. O terceiro fator é a eleição, que concretiza os fatores anteriores. Cada fator tem suas próprias influências, como na certificação: ao se definir que pessoas serão indicadas para se candidatarem aos cargos eletivos diversos cuidados são tomados, como idade, cidadania, escolaridade (esses determinados pela legislação) e também as regras determinadas pelo partido político por meio de seus estatutos. A certificação também é influenciada pelos valores culturais e pelos regulamentos informais de cada cidade, região, país, moldando a percepção dos candidatos, para que esses escolham o que deve ser apresentado para o povo na sua candidatura, como experiências e conhecimentos (NORRIS, 2013).

Verificada a influência de experiências anteriores à política no processo de recrutamento político, ressalta-se agora que esse recrutamento envolve também a **escolha pelo Partido**, segunda subcategoria identificada. Alguns dos entrevistados já possuíam vinculação a um partido no momento em que estavam sendo recrutados, como foi o caso de Carlos Drummond de Andrade, por exemplo. Uma vez escolhido o partido e formalizada a vinculação partidária, passaram a representar a agremiação política com a qual se envolveram.

Dos oito parlamentares entrevistados, apenas Monteiro Lobato mudou de partido: iniciou sua trajetória no antigo MDB e após alguns anos auxiliou na construção do PT no estado de Santa Catarina, encontrando-se vinculado a esse partido até o momento atual. As falas abaixo reverberam como e a partir de que critérios a escolha pelo partido foi feita:

Quando a gente participava dos movimentos de pastoral da juventude, do movimento estudantil e vindo de uma família de pequenos agricultores, com dificuldades para estudar, para se manter, a gente percebia que nessa época já, o PT jovem também representava como partido que tinha perspectiva de apresentar algo diferente para a política que vinha no Brasil há anos e anos. Nós queríamos transformações, governos diferentes, e o PT era esse partido, que dava oportunidade, de jovens como nós, que não éramos da classe abastada, que não tínhamos nascido nos berços de ouro, de poder entrar na política (Paulo Coelho).

Teve duas situações que me influenciaram na escolha pelo partido, primeiro a eleição do Lula, ela me influenciou muito. E o PT me influenciou a escolher porque eu enxergava as figuras do PT muito envolvidas na luta social, então lá no bairro quem trabalhava era o PT, lá na luta pelo SUS era o PT, na luta por mais recursos para educação, era o PT (Cecília Meireles).

De certa forma, verifica-se que o recrutamento político é uma via de mão dupla, onde o partido escolhe e também é escolhido pelo aspirante à carreira política; dessa escolha pretensamente decorrem ganhos tanto para os sujeitos que ingressam no partido quanto para o próprio: os primeiros conquistam a possibilidade de lançar uma candidatura, obter o apoio das fileiras partidárias e, por essa via, engendrar uma trajetória profissional como políticos. O partido, por sua vez, tem reforçada sua elite de componentes e expande sua visibilidade e possibilidades de conquistar maior poder político/ideológico e cadeiras, seja no cenário local, estadual ou mesmo nacional.

Os depoimentos mostram que a escolha pelo partido, no caso do PT, esteve fortemente associada às questões ideológicas que esse partido, em sua gênese, ao menos, representava para um grande contingente de indivíduos, sobretudo aqueles de classes menos favorecidas, uma vez que a bandeira das lutas populares se fazia muito presente nos discursos dessa agremiação. A oportunidade de se lançar na política, deveras pequena, também foi referida como critério para escolher esse partido no momento do recrutamento político, já que

estimulava a entrada de novas lideranças no cenário político, como forma de renovação desse cenário.

Percebeu-se, a partir de alguns dos relatos, que uma vez feita a adesão a um determinado partido, criaram-se as circunstâncias que favoreceram e/ou conduziram à entrada efetiva no cenário político. Com essa entrada, o indivíduo passou a integrar a denominada elite parlamentar, que já passou pelo recrutamento e escolha do partido. Essa elite, como já mencionado neste trabalho, é constituída por um grupo seleto de políticos, destacando-se pelas posições que ocupa e exercendo influência nas decisões relativas aos rumos da sociedade.

A partir das experiências iniciais junto ao cenário político, foi se construindo uma trajetória nessa seara, conforme relata Machado de Assis:

Eu fui prefeito de [cidade], entrei e ganhei, me elegi em oitenta e oitenta e três. Fiz um bom trabalho; mesmo sem conhecimento contratei uma equipe muito forte e fiz um bom trabalho, aí terminei o meu trabalho de prefeito e tinha um movimento para eu me candidatar a deputado. Me candidatei, tentaram impugnar minha candidatura, fizeram de tudo para não deixar eu sair, mas ganhei [...], e hoje estou no meu sexto mandato como deputado estadual... (Machado de Assis).

A fala deste político permite perceber que o sucesso eleitoral dos candidatos não depende apenas dos selecionadores, mas esses sujeitos precisam também dos selecionadores não partidários. Dito de outro modo, o apoio financeiro de outros, a publicidade, a mídia, e o apoio de sindicatos e associações, que são importantes para o resultado final, a eleição (NORRIS, 2013).

Quando se trata de escolha pelo partido, a lealdade partidária também é um fator presente no recrutamento político. Dados apontam que a filiação exclusiva e/ou única nos partidos é bastante relevante na escolha dos indivíduos que serão lançados no pleito, principalmente no atual momento, onde a migração partidária comparece como uma característica do sistema político. Uma hipótese é de que os partidos com composições mais homogêneas, de políticos oriundos das mesmas ideologias, podem ou não oferecer comportamentos mais coesos, enquanto partidos compostos de heterogeneidades tendem a apresentar

comportamentos divergentes, dificultando a obtenção do resultado desejado pelo partido (MULLER, 2005).

Dos oito entrevistados apenas um migrou de partido (do MDB para o PT); todos os demais iniciaram suas trajetórias no mesmo Partido ao qual hoje se vinculam e, segundo seus relatos, não têm interesse em mudar de partido. Monteiro Lobato, o único que vivenciou a experiência da migração, relatou que sua escolha inicial pelo Partido se baseou na falta de opções; pode-se conjecturar que essa escolha tenha tomado como critério as bandeiras defendidas pelo então MDB, que à época do bipartidarismo se configurava como o partido de oposição, e que a migração para o PT, logo a seguir, possivelmente tenha se pautado também pela ideologia do Partido, também oposicionista, à época.

Essa pequena parcela de sujeitos entrevistados expressam lealdade partidária, contrariamente ao que se tem demonstrado na mídia nos dias atuais quanto ao “troca-troca de partidos”. Suas trajetórias político/partidárias são significativamente relevantes, principalmente no atual panorama onde o número de partidos existentes é alto e os políticos tendem a fazer o movimento de buscar de certa forma o lugar onde terão maiores benefícios e visibilidade. A questão da escolha pelo Partido, enfim, possibilita questionar: os sujeitos escolheram ou foram escolhidos pelo Partido? Segundo as narrativas obtidas, quatro parlamentares foram escolhidos e os outros quatro autodeterminaram essa escolha. Esse processo é denominado de identidade partidária, ou seja, a identificação que cada sujeito tem com o partido ao qual está vinculado. Com a escolha concretizada pelo Partido os indivíduos passam a votar pela legenda; contudo, a identificação com o partido selecionado resulta de uma decisão racional, não envolvendo afetos, e essa deliberação é tomada com base nos ideais dos sujeitos concomitantemente à plataforma e ideologia do partido (CARREIRÃO; KINZO, 2004).

O processo de recrutamento político para os sujeitos deste estudo, como apresentado, se assentou nas experiências vivenciadas por eles anteriormente à entrada na política e no processo de escolha pelo Partido. As primeiras abrangeram principalmente a militância estudantil e/ou política, mas também outros elementos como a vinculação à igreja, a representação de uma classe no setor produtivo e a detenção de poder/*status* econômico na localidade de origem.

A escolha pelo Partido, por sua vez, decorreu ou foi concomitante, em alguns casos, dessas experiências prévias, e parece ter tomado em conta, tanto na escolha autodeterminada quanto na situação de terem sido escolhidos pelo Partido, questões ideológicas e

“bandeiras” a serem adotadas e defendidas no cenário político. A partir desse processo de recrutamento iniciou-se a carreira política dos sujeitos, concretizada pelo exercício dos mandatos nos diferentes cargos ocupados, conforme se aborda a seguir.

5.2 CARREIRA POLÍTICA

A segunda categoria identificada mediante o processo de análise dos dados foi a **carreira política**, abrangendo também duas subcategorias, quais sejam: **Influência dos meios de comunicação e Atividades desenvolvidas no cotidiano**. Antes de abordá-las, porém, considera-se relevante resgatar que a denominação carreira política expressa, em tese, a trajetória percorrida pelos políticos em seus diferentes mandatos, conforme já destacado no presente trabalho. A ideia de que existe uma carreira na política foi construída, no Brasil, pelos próprios políticos, quando conferem diferentes valores aos distintos cargos, sendo, dessa forma, admissível compreender essa configuração da carreira política no Brasil (MIGUEL, 2003).

Ainda não há consenso entre os cientistas políticos brasileiros sobre essa configuração da carreira política, uma vez que o sistema político do nosso país é federalista, englobando os âmbitos municipal, estadual e federal e conduzindo à existência de uma maleabilidade nessa carreira e a uma enorme oferta de cargos a serem pleiteados. Essa condição do sistema político gera muitas dúvidas sobre tais cargos, como: qual deles tem mais valor? Quais são mais almejados? Os cargos do poder executivos ou do legislativo? Mas, ela também permite a construção de uma carreira na qual é possível traçar percursos ascendentes e descendentes, como também realizar saltos de patamar (ALTMANN, 2010). Um exemplo da maleabilidade da carreira política é o percurso político da atual presidente do Brasil: em sua trajetória, ela não ocupou cargos políticos no poder legislativo; iniciou sua carreira política no exercício de um ministério e a seguir candidatou-se à presidência.

A maleabilidade se constitui como uma das principais características da carreira política, pois existem múltiplos fatores em jogo no cenário político, e tanto a importância quanto a relevância dos cargos estão ligadas a elementos como a oportunidade e o interesse (MIGUEL, 2003). Esse mesmo autor ressalva que, a despeito da “polêmica” acerca de como emerge e se configura a carreira política, no que concerne ao cargo de vereador existe um consenso na literatura de

que se trata daquele de menor prestígio político. Em sua concepção, inegavelmente se tornar vereador é mais fácil em razão da disponibilidade de vagas, mas a ascensão deste para outros cargos acaba se tornando mais difícil, pois para ascender na carreira o político irá encontrar maior competição.

Muitos sujeitos iniciam sua carreira como vereador e fazem desse cargo um trampolim para ascender a outros cargos no cenário político, enquanto outros não conseguem essa ascensão e fixam sua carreira apenas nessa posição. Quando se contextualiza a carreira política, muitas incertezas são apontadas, como o cargo de senador ser mais importante do que o cargo de deputado federal, o fato de qualquer cargo de governo, indiferentemente do estado, ter maior grau de importância do que o de prefeito de qualquer capital, mesmo da cidade de São Paulo, e o secretário estadual, também indiferentemente do estado, ter mais destaque do que qualquer deputado federal (LIMA, 2013). A questão da importância desses cargos se associa diretamente à visibilidade que eles podem proporcionar, haja vista que essa visibilidade será determinante para viabilizar a ascensão a outros cargos, o que permitirá a continuidade da trajetória política.

Outro aspecto a ser destacado a respeito da carreira política é seu atrelamento à profissionalização, o que significa dizer que os políticos buscam estabelecer suas carreiras no cenário político de modo a nele permanecer¹⁶, fazendo da política sua profissão, como se verá mais detidamente no item 6.3. Voltados a esse objetivo, os atores políticos se comportam de maneira racional no delineamento de suas carreiras: antes de tomarem qualquer decisão em relação à sua ascensão para outros cargos, por exemplo, examinam detidamente todo o leque de possibilidades, escolhendo a opção que lhe trará mais benefício ou saldo positivo para a evolução nessas carreiras.

A profissionalização é um elemento relevante para compreender a trajetória que os políticos vêm traçando em suas carreiras e quais caminhos estão percorrendo para consolidá-las. Existem dois percursos distintos para essa profissionalização: o primeiro estaria mais concentrado no poder legislativo, onde a constituição da carreira estaria

¹⁶ A permanência no cenário político, ao longo de anos ou até décadas, é de fato elemento marcante no cenário da política brasileira. José Sarney, ao anunciar na mídia que em função da idade avançada e de problemas de saúde estava encerrando sua carreira política, foi indagado se estava, então, deixando a política, ao que respondeu, categórico: a política só tem porta de entrada, não tem porta de saída!

voltada para a reeleição, configurando um padrão de carreiras legislativas em longo prazo. O segundo percurso implicaria alterar a carreira nas eleições, disputando cargos no poder executivo e no poder legislativo. Para se desenvolver na carreira política, portanto, o sujeito precisa ter ambição, a qual, em tese, pode acarretar riscos, mas ao decidir-se por uma carreira estática ele também pode encontrar dificuldades e até a não reeleição.

Destaca-se no panorama político brasileiro recente que a carreira parlamentar aparentemente tornou-se mais segura, pois se observa que um número maior de deputados tem conseguido nela se manter. As causas que levam ao sucesso ou ao seu oposto no âmbito desse poder são diversas, e nem sempre podem ser controladas pelos agentes políticos. No entanto, mesmo com esses riscos os parlamentares se empreendem, calculando os riscos e os benefícios antes de optarem por uma carreira estática ou por ascender para outros cargos (PINTO, 2012). A Figura abaixo representa a estruturação da atual configuração da carreira política no Brasil, ilustrando o que se veio argumentando acima.

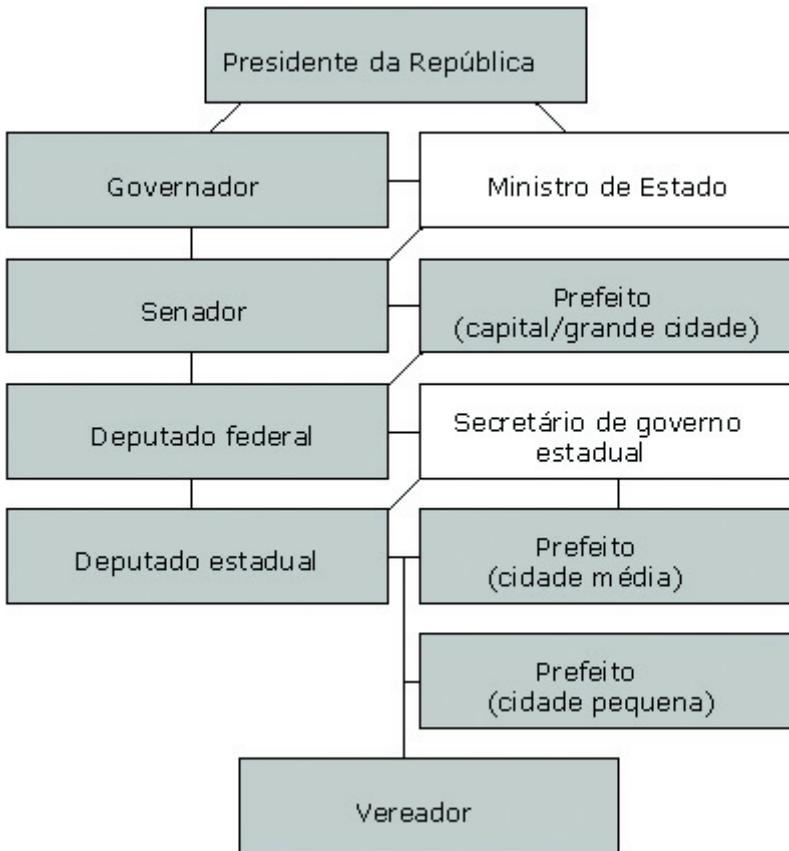


Figura: Estrutura da Carreira Política no Brasil (MIGUEL, 2003).

De fato, o presente trabalho partiu do princípio de que a carreira política tem seus degraus e que nem sempre os atores políticos escolhem subi-los; há os que optam por pulá-los e, ainda, aqueles que preferem subi-los de dois em dois. Mesmo que o percurso na carreira política, em alguns casos, signifique permanecer no mesmo degrau, caso de políticos que exercem sucessivos mandatos no mesmo cargo, ainda assim está se configurando uma carreira política, na medida em que o indivíduo está inserido naquele cenário.

Os oito deputados estaduais entrevistados para o presente estudo iniciaram suas carreiras políticas como vereadores ou como prefeitos. Apenas um deles já subiu até o degrau de deputado federal, mas optou

por voltar de Brasília e dar continuidade à sua trajetória como deputado estadual. Nas eleições de 2014, esse mesmo político candidatou-se novamente para deputado federal, mas desistiu do pleito antes das eleições. Embora na entrevista ele tenha referido sua insatisfação com a política, não há como afirmar que tenha sido essa a razão da desistência, e outras não foram exploradas, por questões éticas da pesquisa.

De fato, a carreira política envolve alto risco e vulnerabilidade, requerendo esforços significativos para ser preservada e mantida. No atual cenário político, são buscadas diferentes alternativas antes do abandono da carreira, como fundar um novo partido ou migrar de um partido para outro. Em estudo sobre a desistência de políticos de suas carreiras, Florentino (2008) refere como principais motivos para tanto o desgaste com o processo político ou o envolvimento em escândalos, sendo que fatores como a posição minoritária dentro do partido, a idade avançada, a aposentadoria voluntária, o retorno de empresários para suas organizações e a não adaptação ao panorama político por parte de políticos de primeiro mandato também podem explicar tal desistência. Quando se trata de carreira política, no entanto, é preciso considerar que os políticos têm diferentes ambições: a ambição discreta, que se configura pela saída de cena, a ambição estática, configurada pela opção do político sempre pelo mesmo cargo e a ambição progressiva, caracterizada pelo desejo de ascensão na carreira política (SCHLESINGER, 1996).

A questão dos riscos inerentes à carreira política requer reconhecer que diversos fatores contribuem na manutenção (ou não) de um agente político no cenário político brasileiro, dentre os quais se destaca a **influência dos meios de comunicação**, primeira **subcategoria** identificada ao se analisar a **carreira política**. Indiscutivelmente esses meios são instrumentos importantes para se manter na política, sendo buscados cada vez mais, frente à diversificação das mídias, como estratégia eficaz para quem deseja ser conhecido pela população e/ou se manter/ascender no cenário político.

A influência dos meios de comunicação na carreira de um político é tamanha que na mesma proporção em que podem alavancá-la, trazendo um indivíduo do total anonimato para o completo conhecimento do público em semanas (como aconteceu com Fernando Collor de Melo), podem também destruir uma candidatura ou uma carreira política (o caso ocorrido com Ibsen Pinheiro é um bom exemplo), dependendo do teor e direcionamento das informações veiculadas ao grande público. A mídia se torna, portanto, fonte de poder, capaz de construir ou de destruir uma imagem política, a qual é decisiva

na relação do político com o eleitor do qual depende para conquistar um mandato legislativo.

Essa influência pode ainda produzir o negativismo sobre o papel da política no cotidiano do povo, bem como o estabelecimento de uma relação peculiar entre o eleitor e o político, como fica evidente na fala de Cecília Meireles:

A imprensa faz um papel muito ruim em relação à política, não faz um papel legal, Mostra só o lado ruim, e aí a gente escuta hoje, político nenhum presta, ninguém está preocupado com o povo, se elege depois vira as costas, só estão preocupados com cargo, dinheiro... Então a tendência, quando você só tem esse olhar, é as pessoas se afastarem. Esse afastamento produz como resultado que quem vota, vota por dinheiro, por algum benefício. Já que todo mundo é igual, vou votar naquele que me ajudar (Cecília Meireles).

A vulnerabilidade que a política tem principalmente perante a mídia, a qual exerce papel muitas vezes fundamental nas eleições, demonstra que os meios de comunicação têm de fato o poder de eleger ou não um candidato. Se até há pouco tempo apenas jornais e rádios tinham esse “poder”, as eleições de 2014 provaram que todos os meios de comunicação estão em peso quanto o assunto é o futuro do país, como se observou na disputa presidencial, que de certa forma foi uma “guerra” travada nas redes sociais; as timelines dos brasileiros ficaram cheias de argumentos contra ou a favor do governo atual.

Como afirma Bourdieu (2001), a vulnerabilidade do capital político torna o ofício do homem político uma carreira de alto risco. Assim, o descrédito que a mídia consegue promover em relação ao homem político faz com que ele não consiga conservar o seu capital, e, conseqüentemente, não consiga se eleger, pois as difamações e os escândalos ameaçam sua credibilidade. Esse homem político, por sua vez, necessita trabalhar constantemente não só para acumular o crédito, mas para evitar esse descrédito. O capital político, assim, é uma forma de capital simbólico, é o crédito consolidado no reconhecimento, ou seja, é a confiança depositada em um sujeito.

Esse capital político só existe na e pela representação, confiança, crença e obediência. É um poder que permanece, pois aquele que está sujeito a esse poder crê que o tem. Desse modo, o agente político tem

sua força política advinda da confiança da população, e, muitas vezes, pela identificação do sujeito perante o agente político. O homem político, como já apontado, é vulnerável a desconfianças e suspeitas, ou a tudo que ameaça a confiança da população creditada a ele (BOURDIEU, 2001).

A carreira política e o capital político estão, portanto, interligados, uma vez que os políticos precisam do capital político para se eleger ou para ascender em suas carreiras, e um dos elementos para se conseguir (e/ou manter) esse capital são os meios de comunicação. Os parlamentares participantes deste estudo parecem ter consciência do papel desses meios comunicacionais nos seus resultados eleitorais e na própria condução de sua carreira. Vinicius de Moraes, por exemplo, analisa:

Com o tempo as coisas foram ficando mais fáceis, essa coisa de comunicação, internet e voto digital [...]. Além disso, o eleitor ficou mais consciente, porque têm os debates na televisão, você tem democracia na sua casa para debater, porque uma época os filhos votavam em quem o pai mandava e o pai votava em quem o avô mandava (Vinicius de Moraes).

A fala acima expressa uma avaliação positiva referente à evolução tecnológica e seus efeitos, como a democracia digital, o voto digital e os debates realizados em canais abertos de televisão, proporcionando maior alcance de informação (ainda que muitas vezes distorcida, é preciso admitir) aos telespectadores. Pode-se dizer que a democracia digital é um sistema político e coletivo utilizado pela população e pelos agentes políticos. Essa ferramenta tem como objetivo criar canais de comunicação próprios. As eleições presidenciais de 2010 proporcionaram um panorama inédito, permitindo o uso das ferramentas digitais, consolidando-se um novo modelo de oferta e também de consumo referente à informação política.

Atualmente, há uma gama de informações que os candidatos e seus partidos disponibilizam, e, por conseguinte, existe mais concorrência entre a atenção dos sujeitos que buscam por esses subsídios. As informações podem ser encontradas na imprensa, o modo mais convencional (jornais e programas políticos), nas redes sociais, *timeline* (divulgação dos seus próprios perfis), You Tube e blogs. Outro lugar para se obter informações são os comitês de campanha, que têm

como objetivo proporcionar informações de diferentes formas (vídeos, fotos, áudios). Nesse meio digital, portanto, as informações são franqueadas e consegue-se divulgar informações positivas e negativas referentes a qualquer candidato (JAMIL; SAMPAIO, 2011).

Ressalva-se que os responsáveis pelas campanhas eleitorais *online* têm explorado esse campo e empreendido esforços para conseguir capturar a atenção dos eleitores que utilizam os meios digitais. Um exemplo: na campanha presidencial de 2010, no primeiro debate político virtual não foram convidados todos os candidatos, sendo excluído do debate o candidato Plínio de Arruda Sampaio. Esse candidato, então, optou por articular um debate virtual paralelo, por meio de *webcam*, no qual comentava as perguntas e respostas, e a decorrência dessa ideia foi uma repercussão de tal grandeza que sua candidatura ficou mais em evidência e esteve entre os assuntos mais comentados nos meios de comunicação daqueles dias (JAMIL; SAMPAIO, 2011). Os esforços empreendidos durante as campanhas confirmam a importância de se manter o capital político, principalmente nos meios de comunicação.

Além da influência dos meios de comunicação, também as **atividades desenvolvidas no cotidiano** constituíram subcategoria junto à carreira política, já que diversos depoimentos destacaram o desenvolvimento diário de tarefas referentes ao cargo político ocupado como boa estratégia para permanecer em foco nas notícias, mas também como cumprimento do compromisso parlamentar cotidiano. Dentre as atividades desenvolvidas cotidianamente algumas foram destacadas, como a participação em Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), por exemplo. Dependendo do grau de importância creditado a uma determinada CPI, o parlamentar vai se expor e até mesmo ficar em evidência nos meios de comunicação. Vinicius de Moraes assim se expressa:

Eu vou nas assembleias para ver se tem pauta, me envolvo nas CPIs, ninguém quis entrar na CPI do orçamento, só cinco deputados quiseram entrar, porque ninguém quer brigar com o ministério público por causa da compra do prédio sem licitação... (Vinicius de Moraes).

Seguindo o pressuposto de que todo poder gera um dever, os entrevistados relataram sua rotina de trabalho e seu envolvimento em

atividades na casa legislativa onde atuam. Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, narra:

A gente aqui exerce de manhã a noite o nosso trabalho, terças e quartas, por exemplo, na parte da manhã que não tenho sessão de plenário, nós estamos envolvidos nas comissões, que o deputado participa aqui em três ou quatro comissões, e nas comissões é onde passam os projetos antes de irem para plenário e para votação [...] (Carlos Drummond de Andrade).

Não basta, de fato, apenas ingressar no cenário político e ocupar um gabinete e um cargo; os parlamentares têm obrigações perante a Constituição, como fiscalizar e legislar, por exemplo. A fiscalização é uma obrigação Constitucional prevista no Art. 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina, sendo essa competência da Assembleia Legislativa, *in verbis*:

XI – Fiscalizar e controlar diretamente os atos administrativos dos órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário, incluídos os das entidades da administração indireta e do Tribunal de Contas.

Para além dessa competência em especial, os Artigos 39 e 40 da Constituição do Estado de Santa Catarina elencam uma série de outras atribuições da Assembleia Legislativa; o artigo 29 é composto por quinze atribuições, enquanto que o artigo 40 contém vinte e cinco, todas exclusivas dos deputados. Não obstante esses dispositivos legais, apenas três entrevistados mencionaram como responsabilidade exclusiva dos deputados fiscalizarem e legislarem, enquanto todos os demais referiram como função principal de um deputado realizar visitas pelo Estado às regiões que representam. Essas visitas, indiscutivelmente, se configuram como uma estratégia para a permanência no cenário político, pois mostrar-se aos eleitores é uma forma de o político se manter presente e lembrado pela população, em última análise a responsável por decidir quem entra ou afasta-se do cenário político no poder legislativo através do voto. Em não sendo assim, qual seria, então, o objetivo dessas visitas às bases eleitorais? Quem atribui essa função aos parlamentares? Todos fizeram alusão a essa “função” que é realizada nos finais de semana, em tese dias de descanso para os trabalhadores.

Como mencionado com destaque nas falas, os parlamentares fazem parte de CPIs, as quais são formadas por um grupo especialmente designado, com o objetivo de investigar denúncias específicas, e se procedem legalmente. A CPI é um meio de investigação que apura as denúncias; trata-se de uma comissão temporária, que se dispõe a zelar pelos interesses da sociedade. Sendo assim, tem tempo determinado para finalizar toda e qualquer investigação. As CPIs podem ou não serem sentenciadoras; quando proporcionam punição aos sujeitos investigados elas normalmente têm maior repercussão e estão ligadas aos agentes políticos. Já as CPIs de avaliação têm como função avaliar determinadas temáticas, produzindo menor repercussão, tanto interna quanto externamente à casa legislativa.

As CPIs podem ser designadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, existindo três tipos de comissões, a saber: comissão somente do senado, comissão somente da câmara dos deputados e comissão mista, juntando ambas as casas (GOIS; SCOLA; AMARAL, 2009). Para que esses trabalhos ocorram de forma concreta os sujeitos têm os mesmos poderes de uma autoridade judicial, podendo solicitar a quebra de sigilos como o bancário e o telefônico, como também requisitar documentos sigilosos diretamente às instituições financeiras, mas essas solicitações precisam ser aprovadas pelo plenário.

Os poderes das CPIs, entretanto, não são os mesmos que os magistrados exercem, visto que esses têm poderes específicos ao seu cargo e assegurados pela Constituição (GOIS; SCOLA; AMARAL, 2009). As CPIs com maior visibilidade no Brasil foram aquela que ficou conhecida como CPI do PC Farias, e que foi destinada a investigar acusações de corrupção do presidente Fernando Collor de Melo, a CPI do mensalão, maior escândalo de corrupção política no Brasil e, atualmente, a CPI da Petrobrás, cujas proporções e desdobramentos ainda não são suficientemente conhecidos.

A carreira política dos entrevistados, como se abordou até aqui, é pautada pela influência dos meios de comunicação e se caracteriza pelo desenvolvimento de atividades cotidianas inerentes à função pública ocupada, com destaque para a participação em CPIs, e por constantes visitas às suas bases eleitorais no interior do Estado. O cotidiano de trabalho, segundo foi relatado, apresenta algumas dificuldades aos políticos em decorrência da carreira exercida, sendo a maior delas a falta de tempo para conviver com a família, principalmente em função da distância geográfica que os separa de seus familiares.

Todos os entrevistados mencionaram a ausência de tempo para estar com a família como uma das maiores dificuldades para se manter

no cenário político, principalmente no caso de deputados cuja cidade natal se situa longe no interior do Estado. Carlos Drummond de Andrade ressaltava como a distância de sua região dificulta seu cotidiano, enquanto Cecília Meireles aponta como lhe é difícil, sendo mulher, “não ver seus filhos crescerem”:

A única dificuldade que a gente tem agora é a distância, de estar na capital do estado com a região que a gente vive. Hoje estamos a mais de 700 quilômetros [...]. Longe da família, mulher e filhas (Carlos Drummond de Andrade).

Eu estou aqui a 600 quilômetros da minha família, vou embora daqui, chego em casa sexta de manhã, passo por casa, e volto sábado à noite. Então eu não vejo os meus filhos crescerem, entendeu? Então para a mulher, é muito, mas muito mais difícil que o homem, porque quer queira ou não o vínculo da maternidade está com a mulher (Cecília Meireles).

A literatura também refere dificuldades que se fazem presentes e que exercem influência na vida desses agentes, como a necessidade de tempo para se dedicar à família, reiterada por este estudo. Além dessa, também são destacadas as dificuldades em obter financiamentos, a desmoralização generalizada da população com a classe política, os colegas de plenário e, ainda, muitos regimentos do legislativo carregados de procedimentos sem importância (FLORENTINO, 2008).

A necessidade de manter contato frequente com as suas bases eleitorais também gera demandas e conseqüentes dificuldades cotidianas para os políticos, uma vez que estão na capital do estado compondo a assembleia legislativa como representantes de determinadas regiões, de cujas realidades e necessidades, em tese, ao menos, não poderiam se distanciar. Sua vida, desse modo, se situa entre dois mundos, o do centro político do Estado, onde desenvolvem suas tarefas cotidianamente, e as cidades e regiões que representam, as quais requerem sua presença, como que para se certificarem acerca dessa representação junto ao poder legislativo estadual.

Também a mídia, já abordada, pode representar uma dificuldade no cotidiano dos agentes políticos. Sabe-se que os meios de comunicação, além de divulgar os “escândalos políticos”, também divulgam a vida de alguns agentes políticos, tendo, assim, de certa

forma, um caráter de intromissão na vida pessoal desses agentes. Essas intromissões por vezes geram dificuldades para eles se manterem no cenário político, ou até mesmo impactam sua decisão pela continuidade (ou não) na carreira política (FLORENTINO, 2008).

Não obstante as atividades a desempenhar e as dificuldades encontradas na vida parlamentar cotidiana, conforme se verificou a maioria dos entrevistados já possui uma considerável trajetória na carreira política, como bem evidenciam os sucessivos mandatos exercidos em diferentes cargos políticos. Tendo iniciado suas carreiras como vereador ou prefeito e pulado o degrau para deputado estadual, aspiram a ascensão nessa carreira. Monteiro Lobato refere explicitamente essa ascensão, como consequência do próprio trabalho desenvolvido:

A ascensão na carreira política acaba acontecendo naturalmente, porque ela é fruto de um trabalho que já se faz. Sou médico e sou eleito a vereador, então exerço a medicina e a vereança e nesse trabalho eu vou tendo uma ação direta com a sociedade, com a comunidade, os movimentos sociais, movimentos populares, movimento sindical. E nessa interação acabo indo para um segundo mandato ou para um mandato de deputado ou prefeito, quer dizer, no final acaba se tornando uma carreira, porque são muitos os mandatos sucessivos (Monteiro Lobato).

Em seu depoimento fica evidente a trajetória que vai sendo percorrida no exercício do mandato, construindo uma carreira. Ela inclui as interações com a sociedade e com seus diferentes movimentos organizados e nesse processo se estabelece uma dinâmica na qual a ascensão “acaba acontecendo naturalmente”. Nem todos, no entanto, corroboram com a ideia de ascensão na carreira, principalmente pelas dificuldades dela derivadas, como Vinicius de Moraes, que diz:

Para eu ascender na carreira vou ter que deixar um lado da minha vida que não quero, e que curto muito. Se eu quiser ser governador vou ter que visitar o estado todo e o político é o seguinte, você tem que ficar 48 horas por dia atrás de voto,

eu não sou um cara pretensioso (Vinicius de Moraes).

A decisão de acender ou não na carreira política, porém, nem sempre é do agente político; este pode ter desejos e aspirações de continuar subindo, mas o subir pode ter riscos que são calculados não apenas por ele próprio. Nesse momento o partido entra em cena, uma vez que o não ganhar a eleição gera consequências não só para o agente, mas também para o partido. Assim, os interesses dos agentes políticos são constantemente moldados, sendo difícil definir se são deles próprios ou se representam um desejo do grupo do qual fazem parte.

As ambições individuais dos agentes podem se tornar inquietações dos grupos sociais dos quais fazem parte, não sendo, portanto, apenas individual a decisão de continuar na carreira política, na medida em que o político não está desconexo da sociedade e dos grupos nos quais se encontra envolvido. O seu mandato existe pelo conjunto de algumas variáveis que vão das escolhas individuais às coletivas. Sendo assim, o político só pode ambicionar uma vaga no cargo almejado se não houver um candidato na busca pela reeleição, principalmente em cargos executivos, e isso, ainda, se o partido deliberar pela sua reeleição, de modo que ascender na carreira política não é escolha individual do sujeito (FLORENTINO, 2008).

A carreira política, embora não tenha emergido apenas na contemporaneidade, como já apontado, possui características do atual contexto ocupacional, como a flexibilização. Essa flexibilização se concretiza nos casos de muitos políticos que se inseriram nessa carreira ocupando cargos executivos e não aqueles do poder legislativo, os quais exigem submeter-se a e vencer pleitos eleitorais. Este é o caso da atual presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, que não foi vereadora, deputada, senadora ou governadora antes de concorrer pela primeira vez ao cargo máximo do país, e sim exerceu cargos juntos ao poder executivo estadual e depois nacional.

Seja por qual caminho for, e mesmo tendo em conta que no atual contexto social de nosso país os políticos são motivo de piadas entre os meios de comunicação e a população, o fato é que o ingresso e a permanência na carreira política continuam se constituindo como objeto de desejo de muitos brasileiros. Algumas das razões para a escolha por essa carreira, segundo estudo anterior realizado pela pesquisadora, incluem o apoio e a confirmação do grupo e dos pares; as experiências anteriores ao ambiente político; a participação em sindicatos, igreja e movimentos estudantis; o apoio e o exemplo familiar; o poder inerente à

carreira política; a oportunidade, mediante o convite de outros políticos; o retorno financeiro; a identificação com profissionais que trabalham com o meio político e, ainda, o interesse precoce pela carreira política (FAVRETTO, 2011).

Diversas dessas razões foram citadas também nos depoimentos colhidos no presente estudo, não obstante o foco aqui tenha se dirigido à caracterização da trajetória profissional de políticos. Chama à atenção, no entanto, que nem no estudo anterior nem no presente foram encontradas referências ao exercício da carreira política como forma de servir aos interesses públicos, que, em tese, ao menos, deveria ser o trabalho do político como representante da população, no regime democrático estabelecido.

Evidenciou-se, em suma, que a carreira política dos entrevistados se construiu (e encontra-se em curso ainda) por meio do exercício do cargo parlamentar, em sucessivos mandatos. Trata-se de uma carreira altamente influenciada pelos diferentes meios de comunicação e caracterizada pelo exercício de algumas atividades, embora se tenham encontrado escassas referências em relação àquela que deveria ser a real função do parlamentar, voltada a legislar e fiscalizar. Em que pese o fato de um dos sujeitos ter se declarado insatisfeito com a política, tendo, inclusive, desistido de concorrer ao cargo ao qual havia se candidatado, todos os demais revelaram o desejo de permanecer e até ascender na carreira política, e, por esse caminho, construir sua identidade profissional.

5.3 IDENTIDADE PROFISSIONAL

A identidade profissional foi identificada como uma categoria que diz respeito ao modo como os entrevistados construíram sua identidade enquanto políticos, e assim se pode afirmar, pois se encontram nessa função há muitos anos, alguns há mais de três décadas. Antes de apresentar essa categoria vale lembrar que esta dissertação partiu do princípio de que a identidade é construída diariamente, pela interação do homem com o meio, através das mediações que estabelece e das relações com os grupos dos quais faz parte. Ou, como afirma Ciampa (2012), ela pode ser compreendida como um processo de identificação, pois não é dada ou imposta nem é imutável; antes, é um conjunto, composto de passado, presente e futuro, que abrange elementos como o biológico, o psicológico e o social, e que vai se estabelecendo por meio das relações e se moldando pela presença do outro, pelas identificações. O processo de construção identitária é, pois,

dialético, no qual o sujeito pode se assemelhar ou diferenciar do seu meio.

Esse meio também é responsável pela construção da identidade profissional, estabelecida pela forma com que o sujeito se apresenta no mundo. A identidade profissional pode ser entendida como um capital, adquirido ao longo da trajetória de vida pelas ocupações, empregos e trabalhos (MALVEZZI, 2000). Não se trata de uma identidade herdada e sim construída a partir das experiências vivenciadas em cada emprego/trabalho exercido ao longo da trajetória profissional, podendo ser modificada e reconstruída constantemente.

A identidade profissional é uma construção possibilitada predominantemente pela vinculação do indivíduo a uma atividade laborativa, “considerados o contexto e as características dessa atividade, bem como seus reflexos nesse sistema identitário” (KRAWULSKI, 2004, p. 30). A efetiva expressão dessa identidade, segundo esta autora, se localiza na trajetória profissional de trabalho, cotidianamente, pois são os contextos de trabalho, com suas peculiaridades e características, que comportam as condições para a vivência do papel de ser humano trabalhador.

Na categoria **identidade profissional** foram identificadas **duas subcategorias: política como profissão e significado da carreira política**. A subcategoria **significado de ser político** foi entendida como a expressão da importância do cargo ocupado na vida dos entrevistados. Não apenas o conteúdo dos depoimentos, mas também a forma de se expressarem durante as entrevistas indicaram que eles conferem significados às atividades que realizam e à sua carreira na política, percebendo-se efetivamente como políticos. Vinicius de Moraes, por exemplo, assim se manifestou:

A política foi o que eu escolhi como ideal para fazer, tenho trinta e sete anos de vida pública [...]. Comecei a fazer política na política estudantil, antes da ditadura e depois, durante a ditadura militar, fui preso [...]. Entrei na política com 19 anos de idade, na época havia mais idealismo, você tinha mais razões para fazer política, razões sentimentais e ideais (Vinicius de Moraes).

O depoimento deste político evidencia que o significado de ser político, para ele, se relaciona com a escolha por um “ideal”. Percebe-se que esse ideal justificou tanto o ingresso no cenário político quanto a

trajetória nele percorrida, a qual incluiu, inclusive, a prisão durante a ditadura militar. Esse significado apareceu em diversas falas e revelou-se demasiadamente intenso, evidenciando o que representa, para esses indivíduos, ser político e/ou ocupar cargos na vida pública. Jorge Amado diz:

Eu sou apaixonado pela política, não saberia mensurar, mas ela me realiza de tal forma que minha mulher costuma dizer que eu não viveria sem ela, e acho que ela tem razão (Jorge Amado).

Essas palavras expressam a afeição e o envolvimento do deputado com o cargo que ocupa na política, mostrando que o ser político e as atividades diárias realizadas nesse cargo lhe proporcionam sentimentos positivos, como a paixão pelo seu trabalho. Analisada à luz do princípio da centralidade do trabalho, percebe-se que essa significação positiva atribuída à atividade profissional faz com que ela se confunda com sua própria vida. Como afirma Antunes (2010), para se ter uma vida com sentido fora do trabalho é necessário que se tenha uma vida com sentido dentro do trabalho.

Machado de Assis produziu uma narrativa nessa mesma direção. Durante seu depoimento, narrou com riqueza a importância e a repercussão da política em seu processo de viver, expressando um significado de ser político de tal ordem que o exercício do cargo também chega a se confundir com sua própria vida:

A minha mulher se considera uma viúva com o marido vivo, eu trabalho muito, só sobrevivo no trabalho, agora não tem mais para onde eu voltar nunca tirei férias, no recesso é o tempo que eu mais trabalho, porque vou visitar os companheiros, eu me dedico de corpo e alma. Então, se eu sair da política vou sentir falta, a minha vida toda é só isso (Machado de Assis).

Essa fala também remete à ideia de centralidade do trabalho. Além desse aspecto, porém, ela expressa a sobrecarga de trabalho vivenciada e a dedicação do deputado à sua carreira na política, e ainda, como no relato de Jorge Amado, demonstra a construção da sua identidade de político segundo a perspectiva do outro, no caso, suas esposas. Considerando ser a identidade um processo de apropriação de recursos, por meio de diversas experiências, em diferentes contextos,

onde se busca permanentemente uma identidade que é reconhecida pelo outro, no caso de Machado de Assis percebe-se esse reconhecimento vindo da esposa, quando a mesma relata que é uma viúva viva de marido vivo. Ao assim se referir, reporta para o marido sua percepção de um sujeito que vive para a sua carreira, bem como da importância que o mesmo confere ao seu trabalho. Construimos nossa identidade na medida em que nos relacionamos com os outros, com as coisas, com o tempo, a partir das relações. Assim, o homem se constrói historicamente, se movimentando no mundo, realizando sua história, nos planos individual e coletivo, e sendo produto e produtor de sua vida e de sua trajetória (MAHEIRIE, 1994).

Essa dimensão histórica da construção identitária fica evidente na narrativa de Vinicius de Moraes quando, ao relatar sobre o significado de ser político em sua vida, assim analisou:

Estou com 47 anos no PMDB e 37 de mandatos. Eu dediquei a minha vida a isso, e cheguei a uma conclusão: pela minha idade, eu tenho mais tempo de passado do que vou viver, o meu passado é muito maior do que o meu futuro e eu não conheço minha vida fora da política (Vinicius de Moraes).

O depoimento deste político, analisando que “dedicou sua vida a isso” e que “não conhece sua vida fora da política”, evidenciar três aspectos fundamentais já referidos nesta dissertação: a centralidade do trabalho na vida dos sujeitos no contexto contemporâneo, seu papel na constituição identitária e o desenvolvimento das trajetórias profissionais no cenário político. Ao analisar seu processo de viver, o deputado conclui que a política ocupou sua vida desde sempre e que se percebe como indivíduo apenas a partir de sua trajetória profissional no cenário político.

Esse processo de significado e construção identitária é compreendido pela maneira com que o sujeito se movimenta no mundo, entre as dimensões individual e social. Ao desenvolverem suas identidades enquanto políticos, os sujeitos pesquisados foram construindo significados para sua “profissão”. Quando Vinicius de Moraes afirma que não conhece sua vida fora da política, sua afirmação permite conjecturar que por decorrência ele não sabe realizar outra atividade que não seja aquelas típicas dos cargos políticos. Ou seja, o

significado de ser político para esse deputado é tão forte que ele não consegue se reconhecer em outros fazeres e/ou profissões.

De fato, os indivíduos definem quem são em consequência do reconhecimento e do pertencimento a determinados grupos ou categorias sociais, onde ocorre a identificação, de modo que as experiências cotidianas podem ser entendidas como o seu eu. E essa busca por uma construção biográfica que tenha e faça sentido para cada indivíduo é exatamente o que define o processo de construção de sua identidade (COUTINHO; KRAWULSKI; SOARES, 2007). No caso de Vinicius de Moraes, a identidade profissional desse sujeito é, sem dúvida, ser um político. No entanto, como esse sujeito desistiu de sua carreira política no último pleito, após tantos anos nesse contexto, pressupõe-se que esteja ressignificando/reconstruindo sua identidade. Mas, mesmo que passe a se definir como ex-político, nesse processo, ainda assim a carreira política exercida será a referência para sua reconstituição identitária. Construir trajetórias profissionais em contextos de trabalho é, portanto, edificar a identidade, significando e ressignificando o fazer.

Avaliou-se que o significado de ser político, para os parlamentares entrevistados, é positivo, uma vez que, à exceção de Vinicius de Moraes, os demais não pretendem abdicar de seus mandatos no cargo. Esses significados gerados pelo exercício da política correspondem a um ser ativo que se apropria do mundo, que se objetiva e subjetiva, de um ser que nasce, desenvolve uma história e que a vivencia de diferentes formas, construindo assim sua identidade. Como afirma Ciampa (2012) a identidade é o movimento e o desenvolvimento do concreto, é um construir significados ao mundo, transformando o ambiente e ao mesmo tempo sendo transformados. Esses parlamentares construíram significados de ser políticos ao exercerem seus mandatos e ao se identificarem com o contexto político onde esse ofício é exercido, em um constante movimento de vir a ser, exercendo a política como sua profissão.

A segunda subcategoria identificada relativamente à **identidade profissional** foi exatamente a **política como profissão**. Essa subcategoria permitiu evidenciar concretamente a importância do trabalho na construção da identidade e como a centralidade do trabalho se revela elemento fundamental nessa construção, não apenas na dimensão profissional, mas também pessoal e social.

Verificou-se que seis dos oito entrevistados se dedicam há muito tempo exclusivamente para o cargo político que ocupam, tendo deixado “de lado” suas carreiras e/ou profissões de origem ou de formação. Pode-se afirmar, portanto, que estes indivíduos construíram suas

identidades profissionais como políticos ao abdicarem de atuar como advogados, caminhoneiros ou outras profissões e se voltarem cotidianamente ao exercício da carreira política. José de Alencar explica claramente o que “era” e o que “é” atualmente, em termos profissionais:

Eu era pecuarista, hoje sou deputado, porque a política não é você tratar os teus eleitores apenas visitando eles de 4 em 4 anos, eu tenho um roteiro que faço de segunda à quinta, ao meio dia nós temos sessões na Assembleia aqui, e de quinta a domingo, acompanhado da minha mulher, nós estamos sempre nas regiões onde nós vamos buscar os votos (José de Alencar).

Este parlamentar está há mais de vinte e seis anos no cenário político, optou por ascender em sua carreira passando pelos cargos de vereador, prefeito e deputado estadual, e desempenha esse último cargo já em seu quarto mandato. Nessa trajetória, indiscutivelmente construiu uma carreira na função política e no meio político, formando, nesse percurso, suas identidades pessoal e profissional.

A literatura aponta que vem sendo recorrente no contexto político o que se denomina de políticos profissionais, ou seja, sujeitos que deixaram suas profissões ou sua ocupação “civil” para viver da política (RODRIGUES, 2009). Para este autor, outro critério não menos importante para identificar essa profissionalização na carreira política é exatamente a trajetória de sujeitos que iniciaram sua carreira na vida pública e que nunca mais saíram dela, incluindo assessores ou chefes de gabinetes que muitas vezes após um tempo trabalhando com políticos optam por se lançarem candidatos.

Os dados encontrados neste estudo apontam nessa direção, pois mostraram que, independentemente do modo como se deu o recrutamento político e da afiliação partidária, depois da primeira eleição com resultado positivo não ocorreu mais o efetivo retorno para a ocupação “civil”, configurando-se de fato o exercício da política como profissão. Seis dos oito entrevistados assumem como sua atual e única profissão serem políticos, e apenas metade deles ainda se reportam às suas profissões e/ou ocupações de origem. A entrada no contexto político, para Rodrigues (2009), é uma ida sem volta: uma vez político, sempre político, com poucas exceções, sendo que eventuais abandonos desse contexto são motivados nunca por vontade pessoal e sim por

determinação “alheia”, como cassações, derrotas eleitorais, doenças e idade avançada.

A questão da política como profissão exige que se considere também o caso de indivíduos que já iniciaram sua trajetória laboral na vida pública, especificamente na política. Paulo Coelho, por exemplo, se tornou deputado poucos meses após sua formatura, adentrando na política com trinta e um anos e tendo exercido sua profissão de advogado durante muito pouco tempo. Assim, mesmo esse parlamentar tendo declarado sua profissão de advogado, há vinte anos está ocupando cargos no poder legislativo e no executivo.

Há, ainda, aqueles que conciliam o exercício de suas profissões de origem com o da política. Jorge Amado e Monteiro Lobato se declararam médicos/políticos, já que em sua trajetória de sucessivos mandatos na vida pública não deixaram “de lado” o exercício da medicina e em dias específicos da semana atendem seus pacientes e frequentam hospitais. Como esses sujeitos estão construindo suas identidades nessa socialização entre dois universos profissionais distintos? Ao serem indagados sobre suas profissões, responderam que não são políticos, mas que estão políticos no momento, ainda que esse “momento” já se estenda por muitos anos e por sucessivos mandatos, conforme se verificou. Monteiro Lobato explica:

A medicina e a política para mim têm uma interrelação [...]. Já fui vereador duas vezes, já fui prefeito da minha cidade e estou no meu quarto mandato de deputado estadual. E todos os meus mandatos tiveram foco principal na saúde. Portanto, eu considero que a minha profissão é de médico. Eu sou médico e político, médico eu vou ser até morrer e político eu estou (Monteiro Lobato).

Como fica evidente nas palavras acima, esse sujeito busca conciliar as duas profissões, reconhecendo uma interrelação entre ambas. Mas, considerando o tempo de mandatos exercidos pelo parlamentar no contexto político e suas aspirações de futuro, não há como negar a construção de sua identidade em suas socializações nesse coletivo designado de vida política, já que é pela interação com o outro e pelo reconhecimento de outros sujeitos que conseguimos nos autorreconhecer (DUBAR, 2009). No caso desses dois políticos, pode-se conjecturar que o reconhecimento não estaria apenas na política; seus

pacientes também os reconhecem e, dessa forma, ser médico é tão importante quanto ser político na vida deles. Além disso, pode-se pensar também que o exercício da medicina, reconhecidamente uma profissão de prestígio social e de *status*, produz dividendos que favorecem a permanência desses indivíduos na política.

Jorge Amado, por sua vez, diz que “*a política é um estágio, onde uns ficam mais tempo, outros ficam menos tempo, uns contribuem mais, outros menos*”. No seu caso, particularmente, o tempo nesse “estágio” já perdura mais de doze anos e em sua narrativa ele explicitou claramente que não tem pretensão de sair de cena; pelo contrário, a ascensão na carreira política lhe é uma questão fundamental. Novamente nesse caso se pode aventar que os dividendos advindos do exercício da medicina possam justificar o duplo exercício profissional.

Cada indivíduo faz parte de um grupo e esse é essencial na construção da identidade, pois as identificações com os outros indivíduos que compõem um grupo fazem com que o sujeito construa sua identidade para si e para outrem. Como expressa Dubar (2009), construímos nossa identidade nas formas societárias, no coletivo, em diferentes grupos dos quais tomamos parte, como o familiar, o profissional, o religioso e o político, por meio das identificações e pelas escolhas realizadas diariamente.

Bauman (2005) concebe que a identidade não tem a solidez de uma rocha, não é algo de que você se apropria e que se torna imutável. Pelo contrário, ela pode ser negociável e renegociável, vai estar sempre em constante mudança e essas vão ocorrendo durante a trajetória de cada indivíduo, por meio de suas escolhas e pelo meio do qual fazem parte. No caso dos entrevistados para este estudo, a escolha pela inserção e permanência no meio político, e o decorrente convívio com grupos, regramentos, papéis e expectativas de papel característicos desse meio foram fatores determinantes para moldar sua identidade profissional.

A vivência da política como profissão está diretamente ligada, também, ao longo percurso de tempo dedicado à carreira política, por meio de sucessivos mandatos exercidos. Conforme já se mostrou, cinco dos oito entrevistados estavam, à época da coleta de dados, cumprindo o sexto mandato ou acima, enquanto três estavam então no terceiro mandato. Outro aspecto a ser ressaltado, a esse respeito, é que esses mandatos não correspondem apenas ao cargo de deputado estadual, uma vez que todos eles já haviam exercido outros cargos em suas carreiras políticas, seja no poder Executivo, seja no Legislativo, o que confirma o

exercício da política como profissão e a consequente construção da identidade profissional como políticos.

Todos os entrevistados estão há no mínimo oito anos exercendo algum cargo político, dado que indica ter havido uma escolha por permanecer nessa seara. Esse tempo considerável de exercício de cargos políticos, que em alguns casos ultrapassa os trinta anos, gera a necessidade de compreender que fatores levam a essa permanência. Sabe-se, até mesmo a partir do senso comum, que aspectos como o poder e o *status* dos políticos perante a sociedade, bem como as benesses e privilégios aos quais têm acesso em decorrência do cargo ocupado são decisivos para tanto. Embora não se desconhecem esses aspectos, eles não estão sendo abordados aqui, uma vez que não foram referidos pelos entrevistados.

Diversas falas fizeram alusão à identidade no/com o cenário político, uma identidade muitas vezes tão forte que os parlamentares não conseguem se desligar dessa carreira, já que se vêem frente à tarefa de “cumprir o dever de político”, como explicitou José de Alencar:

Eu vou ter muita dificuldade se sair da política, por alguns motivos: primeiro, são muitas pessoas que dependem da gente. Quando você entra mesmo na política, para cumprir o que deve ser cumprido, para cumprir o dever de político, você esquece dos teus negócios. Hoje eu não teria, não digo que eu não teria o tino, que eu não teria o conhecimento, eu perdi a dimensão. Não saberia, hoje se fosse para voltar, administrar uma propriedade, eu tenho o conhecimento, a vivência, mas não tenho o conhecimento da atualidade (José de Alencar).

Em sua fala, esse parlamentar é muito franco em reconhecer que “esqueceu dos seus negócios” após tanto anos exercendo mandatos políticos. Além disso, seu depoimento revela uma dificuldade para uma eventual mudança de profissão, pois “perdeu a dimensão”; embora o exercício da política lhe tenha proporcionado conhecimento e vivência, “não tem conhecimento da atualidade”, o que pode ser compreendido como não saber o quê nem como fazer fora da cena política.

Ao tomarem a política por profissão, esses parlamentares são ao mesmo tempo diferentes e iguais (CIAMPA, 2012). Iguais, pois são todos políticos e fizeram da política sua profissão, se assemelhando em diferentes aspectos e desempenhando papéis sociais iguais no mesmo

momento; diferentes, por não possuírem o mesmo nome ou sobrenome, por deterem atributos específicos e por se identificarem com a profissão exercida a partir de parâmetros e de percepções distintas. Todos têm em comum, no entanto, uma identidade profissional como políticos, como se mostrou aqui, a qual foi construída paulatinamente no transcurso dos longos anos de dedicação exclusiva (ou preponderante, ao menos) ao exercício da política.

6 REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS: a política como profissão

Os dois capítulos precedentes trataram do perfil sociodemográfico e percursos na carreira política, bem como da trajetória profissional dos parlamentares pesquisados. Neste capítulo, a título de considerações finais e a partir dos objetivos inicialmente traçados para a dissertação, procura-se reunir sínteses e tecer reflexões acerca do que foi até aqui exposto. Também são apontadas limitações do estudo e apresentadas sugestões para novos estudos.

A pesquisa cujo resultado encontra-se aqui apresentado pautou-se pela pergunta: **como se constrói a trajetória profissional de políticos que ocupam cargos no poder legislativo?** A partir dessa indagação, a análise dos empíricos e a dialogia que se buscou estabelecer com a literatura possibilitou contemplar os objetivos que motivaram sua realização. O primeiro desses objetivos, **identificar o significado de ser político para políticos que exercem mandatos no poder legislativo**, foi alcançado na medida em que os sujeitos explicitaram em seus depoimentos essa significação, e as informações a ela referentes foram apresentadas na forma de subcategoria da categoria Identidade Profissional, no Capítulo seis.

O significado de ser político, entendido como a expressão da importância do cargo ocupado na vida dos entrevistados, foi associado a “ideais” que podem ser defendidos por meio da política, e também à profunda identificação dos sujeitos com o contexto político no qual se inserem. Esse significado foi, então, compreendido como um componente da Identidade profissional desses sujeitos, uma vez que eles se percebem e são percebidos apenas a partir do cargo ocupado, e referem o exercício da política confundido com a própria vida.

O segundo objetivo traçado dizia respeito a **levantar percepções desses indivíduos a respeito de sua(s) função(ões) enquanto políticos**. Embora não tenha sido identificada uma categoria ou subcategoria específica a esse respeito no processo de análise dos dados, entende-se que essas percepções foram levantadas e se encontram referidas em especial no Capítulo cinco, no qual foram apresentados os percursos nas carreiras políticas dos sujeitos, e também nas Categorias Carreira e Identidade Profissional, no Capítulo seis, particularmente nas subcategorias “Atividades desenvolvidas no cotidiano” e “Política como profissão”. Os deputados entrevistados percebem que possuem uma função enquanto ocupantes de cargos políticos, embora essa função seja associada preponderantemente à construção de sua própria trajetória

individual, ao zelo por sua situação no cenário político e aos recursos que possuem para nele permanecer.

Embora tenham sido feitas alusões a “cumprir o dever de político”, apenas três entrevistados mencionaram como responsabilidade exclusiva dos deputados, prevista em lei, a fiscalização e a legislação, enquanto todos os demais ressaltaram como função principal de um deputado realizar visitas pelo Estado às regiões que representam. Chamou à atenção, também, a ausência de referências ao exercício da carreira política como forma de servir aos interesses públicos, que, em tese, ao menos, deveria ser o trabalho do político, como representante da população assim legitimado por meio do voto.

Conhecer a constituição identitária desses políticos enquanto profissionais ao longo da sua trajetória laboral foi o terceiro objetivo elencado para a dissertação, e avalia-se que esse objetivo foi plenamente alcançado, já que todo o Capítulo seis possui foco exatamente em suas trajetórias de trabalho na política. Para compreender a trajetória profissional e, conseqüentemente, a constituição identitária dos entrevistados foi essencial entender a configuração do trabalho na contemporaneidade, sobretudo em uma realidade onde ele é o principal elemento aglutinador e determinante das estruturas sociais. Em assumindo o trabalho esse eixo de centralidade, torna-se importante compreender o papel que ele ocupa no cotidiano das pessoas (NASCIMENTO, 2011), e sua importância na construção da identidade profissional.

Os dados encontrados permitiram compreender que a constituição identitária dos parlamentares foi de fato sendo construída ao longo de suas trajetórias, pois todas elas, não obstante guardem distinções entre si, confluíram para que esses sujeitos desenvolvessem uma identidade na política. As experiências vivenciadas durante o percurso de cada um deles, desde o início, quando ocorreu a entrada na política como vereador ou prefeito de cidades do interior do Estado, até o momento em que hoje se encontram exercendo mandatos como deputados estaduais, foram determinantes nessa identidade construída.

O quarto e último objetivo delineado para este estudo foi **identificar as estratégias utilizadas por esses indivíduos para permanência na carreira política**. Essas estratégias, porquanto também não tenham sido apresentadas com um subtítulo em especial nos dois capítulos anteriores, foram identificadas em diversas passagens dos relatos obtidos, e estão contempladas principalmente quando, na Categoria “Carreira Política”, aborda-se a respeito das tarefas

desenvolvidas pelos parlamentares no seu cotidiano de trabalho e da influência da mídia em suas carreiras.

As visitas às bases eleitorais se configuraram como uma importante estratégia para a permanência no cenário político, pois mostrar-se aos eleitores é uma forma de o político se manter presente e lembrado pela população, a qual representa, em última análise, a responsável por decidir, através do voto, se essa permanência será ou não efetivada. Outras estratégias também foram destacadas, como a participação em CPIs, em função da visibilidade que essa atividade confere aos parlamentares nelas envolvidos, e a lealdade partidária, haja vista que a permanência na carreira política não depende apenas da vontade do indivíduo e sim dos interesses do partido frente ao cenário político do estado ou do país.

O breve resgate de cada um dos objetivos específicos traçados para a pesquisa permite que seja retomado agora seu objetivo geral, qual seja, **caracterizar a trajetória profissional de políticos que exercem mandato no poder legislativo catarinense**. Avalia-se que foi possível realizar essa caracterização, a partir da análise do conteúdo das narrativas obtidas, em diálogo com o arcabouço teórico que fundamentou o presente estudo. Os políticos entrevistados, deputados estaduais no exercício de um mandato junto ao poder legislativo do Estado de Santa Catarina, **possuem uma trajetória profissional**, a qual é construída lenta e progressivamente a partir de suas vivências cotidianas no contexto da política.

Os percursos na carreira política, bem como os dados sociodemográficos apresentados no Capítulo cinco contemplaram os principais elementos que não apenas permitiram, mas favoreceram a construção dessa trajetória profissional por parte dos políticos, a qual, em síntese, **se caracteriza pelo ingresso nesse meio, pela carreira política trilhada em decorrência, e pela construção de uma identidade profissional na política**. Percebeu-se que em termos psicológicos todos os entrevistados vivenciaram esse mesmo “script”, independentemente do partido ao qual se filiam e das especificidades de suas carreiras na política.

O **recrutamento político** foi a maneira pela qual se deu a inserção dos sujeitos no meio, e os dados encontrados mostraram que as experiências anteriores à política vivenciadas foram determinantes para que fossem recrutados, principalmente aquelas relativas à militância política e ao envolvimento com movimentos sociais e/ou estudantis, mas também outras, como a representatividade frente a uma classe no setor produtivo da sociedade e a detenção de poder econômico. O processo de

recrutamento se completou com a escolha pelo Partido, a qual em alguns casos emergiu dos sujeitos e nos outros foi determinada pelo próprio partido que os escolheu, exatamente considerando as experiências anteriores, mas também as circunstâncias do cenário político.

Esse recrutamento foi, portanto, um procedimento seletivo com base nas particularidades sociais e econômicas dos atores políticos, significando que foram escolhidos não por acaso, mas por se destacarem entre seus pares, no trabalho, na comunidade, na região. Como já apontado, o recrutamento não teve diferença entre os partidos políticos, sendo que em ambos o ponto em comum é que esses indivíduos não eram desconhecidos que foram apresentados nas comunidades e se lançaram no pleito, não eram indivíduos que o partido criou ou moldou para o cenário político, e sim se tratava de sujeitos que foram se destacando sozinhos e sua visibilidade foi o elemento chave para o partido tomar a iniciativa de recrutar e apoiar suas candidaturas.

A **carreira política** se estruturou como consequência do ingresso dos sujeitos no meio político. Ela foi construída aos poucos, e com mudanças e avaliações para decidir as direções a serem tomadas; essa construção exigiu adaptação à realidade da política e o convívio com dificuldades a ela inerentes, como a sobrecarga de trabalho, as viagens e a distância da família, pois se trata de uma carreira cujas atividades cotidianas são típicas do contexto político, como as sessões legislativas e as CPIs. Os parlamentares consideram que fazem parte de suas atividades também visitar constantemente suas bases eleitorais, e se conjecturou que tais visitas representam formas de se manterem “vistos e lembrados” frente aos seus eleitores e, portanto, uma estratégia para permanecer na política. Verificou-se que são diversos os mandatos políticos contabilizados em suas respectivas carreiras, e que, por consequência, estão nelas há muitos anos, indicando que, além da permanência na política, têm pretensões também de ascender para outros cargos.

A **identidade profissional** foi construída, como já se afirmou, no transcurso da carreira política, isto é, por meio da trajetória vivenciada pelos deputados. Constatou-se que essa identidade foi construída analisando-se os relatos referentes ao significado de ser político, onde se encontrou que sua vida na política é tão intensa, de tão longa data e até mesmo tão “sem volta”, que se confunde com a sua própria vida. Percebeu-se, então, que **as trajetórias profissionais dos sujeitos se caracterizam pela política como profissão**, ou seja, que os sucessivos exercícios de mandatos em cargos políticos representam, para a maioria deles, o desempenho da profissão de político, e até nos casos em que há

um exercício profissional paralelo, este estaria a serviço da permanência e/ou ascensão do sujeito na política.

Entendeu-se, assim, a trajetória dos políticos como uma profissão. Mas a política é uma profissão? O que é uma profissão, exatamente? Profissão é o nome designado para indivíduos que desempenham atividades das quais se prepararam em uma escola técnica ou em uma faculdade (MACEDO, 1998). Especificamente no Brasil, não existe uma faculdade ou um curso técnico para se tornar um político, ou mesmo uma preparação de dias, meses ou anos, estágios a serem desenvolvidos, horas para serem cumpridas e uma formatura com um diploma afirmando que se é um político e que se está apto (em tese, ao menos) para o exercício da profissão.

Percebe-se, atualmente, principalmente em blogs, sites e meios de comunicação em geral, que a população brasileira está se opondo à profissionalização da política. Como exemplo, a página da OAB do estado do Rio Grande do Sul, onde os advogados afirmam que a política não é uma profissão, e, em defesa dos interesses da cidadania, estão se manifestando contrários ao projeto de lei que pretende instituir o regime de aposentadoria a deputados estaduais, pois, não sendo uma profissão e nem um emprego, mas tão somente uma função pública eletiva e temporária, esses parlamentares não devem ter tais direitos (BERTOLUCI, 2014).

Mas, se para a população a política não pode ser uma profissão, para os políticos o mesmo pensamento não procede, uma vez que fazem dessa sua profissão, “sem porta de saída”. Verificou-se que a carreira de todos os políticos entrevistados teve ascensão, pois a maioria deles começou como vereador, passando para prefeito e chegando a deputado estadual. Dessa forma, pode ser ter como um pressuposto que um padrão de carreira escolhida por esses parlamentares evidencia que eles buscam conquistar cargos com maior prestígio, onde sejam reconhecidos não apenas em suas comunidades, mas em nível nacional. Embora os dados coletados tenham apontado que os deputados entrevistados fazem da política sua profissão, ao se contextualizar o sentido dessa palavra ou sua etimologia. A política realmente é uma profissão? Como já mencionado a profissão está diretamente ligada ao ato de se especializar, de estudar de compreender sobre as atividades, habilidades, competências e ao conhecimento teórico e prático de uma profissão, sendo assim, não há como negar que no Brasil isso não ocorre, não existindo uma faculdade ou especializações específicas que tornem a política uma profissão. Cabe destaque que no presente trabalho os

resultados encontrados apontam que a **política é uma profissão**. Não significando que essa seja a posição da autora do presente trabalho.

Evidentemente que ser deputado não traz só prestígio, mas também maior poderio econômico e esses parlamentares tiveram uma ambição progressiva ao longo de sua trajetória profissional na política ao ascenderem para esse cargo, já que a iniciaram como prefeitos ou vereadores. No entanto, 87,5% dos parlamentares sujeitos dessa pesquisa estão tendo a ambição que a literatura denomina de estática (SAMPAIO, 2011), pois nas eleições de 2014 não se arriscaram a mudar de cargo, a pular de patamar na carreira política. Nenhum deles, porém, optou pela ambição regressiva, que implicaria em retroceder à candidatura a um cargo de menor *status* e prestígio na hierarquia.

A percepção dos parlamentares pesquisados sobre a profissionalização da carreira política foi um elemento proeminente para entender como vem se consolidando sua trajetória profissional; confirmando suas ambições em se manter nesse cenário e seus desejos para o futuro, todos eles indicaram claramente que não pretendem abandoná-lo. A edificação de suas identidades como políticos foi expressa apenas positivamente, não obstante sua imagem e seu trabalho seja negativa para a sociedade brasileira, em cuja concepção esses indivíduos não trabalham e apenas se aproveitam de seus cargos para enriquecer e tirar vantagens sem o “suor” de se trabalhar. De fato pela constituição existem tarefas definidas para cada cargo político ocupado, mas o que os dados apresentam é que na prática não ocorre o que diz a constituição.

Os meios de comunicação são, para as trajetórias profissionais dos políticos, um fator central, pela influência que nelas exercem. Contudo, esses meios têm o poder de distorcer a realidade e de eleger candidatos. A mídia exige que os agentes políticos saibam utilizá-la, pois atualmente os expectadores podem interagir por meio de ferramentas tecnológicas com os candidatos durante os próprios debates políticos; é por meio deles, também, que a população consegue compreender quais são as atividades que os agentes políticos precisam desenvolver em suas trajetórias e quais decisões são tomadas perante assuntos que muitas vezes são motivos de discussões por toda população brasileira.

A dedicação exclusiva à carreira política é quase unânime entre os parlamentares entrevistados, que deixaram de exercer suas profissões para se dedicarem integralmente às atividades políticas, por meio de sucessivos mandatos. O tempo de mandatos está diretamente ligado às ambições que esses parlamentares têm em relação ao seu futuro e ao

modelo de carreira que escolheram; apenas um deles teve ambição progressiva, optando por concorrer ao cargo de deputado federal; já os outros optaram pela ambição estática.

Pontua-se que todos os entrevistados disseram que pretendem concorrer a outros cargos, subindo dessa forma os degraus da carreira política: alguns planejam para o futuro serem deputados federais, enquanto outros apontaram que desejam o cargo de senador e um especificamente deseja ser ministro da saúde, o que indica o quanto esses sujeitos possuem de fato uma trajetória profissional na política. As trajetórias profissionais compreendem escolhas realizadas ao longo da vida laboral; essas não são cometidas de quatro em quatro anos, são diárias, pois todos os dias esses sujeitos escolhem por continuarem no cargo que ocupam e optam por traçarem suas carreiras na vida pública.

Ressalta-se que ao se estudar as trajetórias profissionais, suas convergências e divergências não se generalizaram enquanto histórias de vida que são; cada caso é um caso, todo parlamentar tem sua própria história e sua forma peculiar de vivenciar, de perceber e de responder às dificuldades da vida. Mesmo assim pode-se afirmar que todos estão construindo diariamente suas identidades profissionais na carreira política, cada um à sua maneira.

Ainda no que tange ao exercício da política como profissão, os deputados que informaram dedicar-se exclusivamente para a política participam nos finais de semana, de atividades em suas comunidades ou regiões onde nasceram e possuem porcentagem significativa de eleitores. Entre essas atividades estão festas na comunidade, batizados, casamentos, feiras entre outras, e nesses espaços ocorre a confirmação de suas identidades como políticos, pois a comunidade não os chama pelo nome, mas sim como “deputado”, “prefeito”, “vereador”, em um processo que confirma, pelos “olhos” do outro, sua identidade profissional no exercício daquela profissão.

Concomitante à realização das entrevistas a pesquisadora utilizou um diário de campo para descrever/registrar as percepções sobre o contexto pesquisado e também as dificuldades encontradas para a realização da dissertação, como o agendamento dos horários para as entrevistas, as horas de espera para as entrevistas serem concretizadas, algumas apenas após três ou quatro agendamentos, e as conversas longas com os chefes de gabinetes. Sem atribuir qualquer julgamento, a realização da pesquisa permitiu observar como funcionam os bastidores da política e muitos questionamentos emergiram, principalmente sobre a representação social que esse contexto produz. Entendeu-se também

mais claramente, com essa experiência, o porquê de ser um contexto permeado pela ambivalência.

Para a realização desse estudo foram encontradas algumas limitações como: o número de publicações sobre o assunto política como profissão, carreira política, suas características e como se desenha essa carreira na contemporaneidade. Recomendam-se estudos futuros no mesmo contexto, mas com indivíduos diferentes, como, por exemplo, os chefes de gabinetes, diretamente responsáveis pelo funcionamento dessas instâncias que de forma geral compõem a Assembleia Legislativa. Este estudo não se esgota aqui, e, por conseguinte, pode servir como base para outras tantas possibilidades de pesquisa para a psicologia ou áreas afins.

Finalizando, considera-se importante pontuar ainda que o método utilizado para acessar e analisar os dados sem dúvida se mostrou adequado, pela sua profundidade em compreender os dados e responder aos questionamentos levantados no início do estudo. Como dito na apresentação deste trabalho, esta dissertação emergiu de inquietações da pesquisadora, ligadas à sua trajetória pessoal, e permeou a história de vida de outros indivíduos. Entretanto, compreender essas histórias foi abraçar uma totalização, um processo que está sempre em construção no individual e no coletivo, por meio das relações que se estabelecem em diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

ALBRECHT, Pricila A. T.; KRAWULSKI, Edite. *Concurseiros e a busca por um emprego estável: reflexões sobre os motivos de ingresso no serviço público. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, v. 14, n. 2, p. 211-226, 2011.

ALTMANN, Cristina. **Política local e seleção de candidato a vereador: contribuições a partir do caso de Pelotas (RS) em 2008**. 2010. 207f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

AMADO, Gilles; ENRIQUEZ, Eugéne. Psicodinâmica do trabalho e psicossociologia. In: Bendassolli, Pedro F; Sobolli, Lis Andrea P. (Orgs). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, cap. 6.

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2004.

_____. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Adeus ao trabalho**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **II A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: 1 ed. Expressão popular, 2013.

APPOLINÁRIO, Fabio. **Metodologia da Ciência: filosofia e prática da pesquisa**. São Paulo: Thomson, 2006.

ARAÚJO, Clara. Partidos políticos e gênero: mediações nas rotas de ingresso das mulheres na representação política. **Revista Sociologia Política**, 24 p. 193-215, Curitiba, jun 2005.

ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Escala, 2008.

ARTURI, Carlos S. O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, n. 17, p. 11-31, nov, 2001.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA CATARINENSE. Disponível em:
<http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/>.

ASSAMBLEA MUNDIAL DE LA SALUD 65ª. Punto 13.2 del ordem del día, WHA65.4. 25 de mayo de 2012.

AZEVEDO, Fernando Antônio. *Mídia e Democracia no Brasil: Relações Entre o Sistema de Mídia e o Sistema Político*. **Opin. Pública**, Campinas, v 12, n. 1, maio de 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BRAGA, Maria do Socorro; BOLOGNESI, Bruno. Dossiê recrutamento político e seleção de candidatos nas democracias contemporâneas.

Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 21, n. 45, p. 07-11, mar. 2013.

BENDASSOLLI, Pedro Fernando. **Psicologia e trabalho: apropriação e significados**. 1 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

_____; SOBOLL, Lis Andrea P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Orgs). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, Cap. 1.

BERTOLUCI, Marcelo. **Política não é profissão**. Disponível em:
<http://www.oab.org.br/noticia/27950/artigo-politica-nao-e-profissao?utm_source=3095&utm_medium=email&utm_campaign=OAB_Informa> acesso em: 11 fev, 2015.

BERNARDES, Júlio. Transtorno mental resulta em longos afastamentos do trabalho, aponta estudo da FSP. **Rev. Sociedade por redação**, São Paulo, mai, 2013.

BOHOSLAVSKY, Rodolfo. **Orientação vocacional: a estratégia clínica**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____, Pierre. **Razões práticas sobre a teoria da ação**. 3ed. São Paulo: Papirus Editora, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRENNER, Ana Karina. **Militância de jovens em partidos políticos: um estudo de caso com universitário**. 2011. 289f (tese em sociologia da educação) Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Educação -Universidade de São Paulo. São Pulo, 2011.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'avila. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). **Revista ciências sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, nº1, 2004, p. 131-168.

CASTRO, Fernando José. **Burnout, projeto de ser e paradoxo organizacional**. 2010. 392 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CAVALHEIRO, Gabriela; TOLFO, Suzana da Rosa. Trabalho e depressão: um estudo com profissionais afastados do ambiente laboral. **Psico-USF (Impr.)**, Itatiba, v. 16, n. 2, agosto de 2011.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, Sílvia; CODO, Wanderley, Org (s). **Psicologia social o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense Itda, 2012, p. 58-75.

CHANLAT, Jean-François. Quais carreiras e para qual sociedade? (I). **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 6, p. 67-75, nov./dez. 1995.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CLASSIFICAÇÃO BRASILEIRA DE OCUPAÇÕES. 2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>> Acesso em: 11 fev. 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 16**, de 20 de dezembro de 2000. Disponível em http://www.pol.org.br/arquivos-_pdf/resoluções/2000> Acesso em : 13 nov. 2013.

CORRAL, Margarita, (Des) confiança em los partidos políticos em América Latina. **Revista de Ciência Política de Santiago**. v. 28, n. 2, p.195-202, 2008.

CONGRESSO NACIONAL. **Atribuições do congresso nacional**. Disponível em: <<http://www.congressonacional.leg.br/portal/>> Acesso em: 12 jan. 2013.

CONGRESSO EM FOCO. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/Noticia.aspx?id=8721>. Acesso em: 15 fev. 2009.

COUTINHO, Maria Chalfin. Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**. v. 12, n. 2, 2009, p. 189-202.

_____; DIOGO Maria Fernanda. Entre o trabalho e o emprego: sentidos atribuídos por trabalhadores informais e servidores públicos. In: RAITZ, T. (Org.). **Os tempos atuais e a educação e o trabalho na esteira das transformações**. Curitiba: Editora CRV, 2011, p 25-45.

_____; KRAWULSKI, Edite; SOARES, Dulce Helena Penna. Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. **Psicologia & Sociedade**, v 19, edição especial, 2007, p. 29-37.

COX, Octavio Amorim Neto: **American Journal of Political Science**, Vol. 41, No. 1 (Jan., 1997), pp. 149-174 Published by: Midwest Political Science Association

CRUZ NETO. Otávio. O trabalho de campo como descoberta e criação. In. MINAYO, Maria C, S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, Cap. 3.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

DOMONTE. **Você pode estar errado quando reclama que políticos não trabalham**. São Paulo, 20 de jun. 2014. Disponível em: <<https://domonte.wordpress.com/tag/opiniao-2>> Acesso em: 16 de fev 2015.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. **Educação e sociedade**, v. 19, n. 62, p. 13-30, 1998.

_____. El trabajo y las identidades profesionales y personales. Trayectorias Ocupacionales y Mercado de Trabajo. **Revista Latino americana de Estudios del Trabajo**, Buenos Aires, ano 7, n. 13, p. 5-15, 2001.

_____. A socialização: **construção das identidades sociais e profissionais**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A crise das identidades: **interpretação de uma mutação**. São Paulo: Edições Afrontamento, 2006.

_____. A crise das identidades: **interpretação de uma mutação**. São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 2009.

DYNIWICZ, Ana Maria. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. 2 ed. São Caetano: Difusão, 2009.

ÉPOCA NEGÓCIOS. **Credibilidade de profissões**. Disponível em: <<http://epocanegocios.globo.com/>>. Acesso: 15 nov. 2013.

_____. **Vergonha de ser político**. <<http://epocanegocios.globo.com/>>. Acesso: 05 set. 2013.

FAVRETTO, Raquel. **Ser político? Estudo sobre motivos relacionados à escolha por uma carreira política**. 2011. 99 f. Monografia (graduação em psicologia) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça, 2011.

FLORENTINO, Renata. Saindo de cena: parlamentares que desistem da disputa eleitoral (1990-2006). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 16, n. 30, jun. 2008

FREZATTI, Fábio; KASSAI, Sílvia. Estudo do impacto de um curso MBA em controladoria na evolução de seus egressos. **Rev. Contab. Financ.** São Paulo, v.14, n. SPE, outubro de 2003.

GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. Brasília, maio-agosto de 2012, p. 165-208.

GAZETA ONLINE. Disponível em:

<http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2009/09/536848-pesquisa+traca+profissoes+com+mais+credibilidade+no+espírito+santo.html>. Acesso: 15 nov. 2013.

GERNET, Isabelle; DEJOURS, Christophe. Avaliação do trabalho e reconhecimento. In: BENDASSOLLI, Pedro F.; SOBOLL, Lis Andrea P. (Orgs). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Atlas, 2011, cap. 3.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

_____. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIS, Mariana Maiza de Andrade; SCOLA, Francielle Bianca; AMARAL, Sérgio Tibiriçá. CPI – Comissão parlamentar de inquérito. **ETIC. Encontro de Iniciação Científica- ISSN**, v. 4, n. 4, 2009.

GOULART, Iris Barbosa. Estudos exploratórios em psicologia organizacional e do trabalho. In: GOULART, Iris Barbosa. (Org). **Psicologia organizacional e do trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos**: São Paulo: Casa do psicólogo, 2002, p. 159-183.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo. v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOMES, Laurentino. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 67-80.

GUIA DO ESTUDANTE: Disponível em:
<<http://guiadoestudante.abril.com.br/vestibular-enem/brasileiro-acredita-mais-professores-menos-politicos-veja-ranking-profissoes-mais-confiaveis-572968.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

HAGUETTE, Teresa. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: resultados preliminares – Amostra. Disponível em:
<<http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=1961>> Acesso em: 20 ago. 2013.

JAMIL, Francisco Paulo; SAMPAIO, Rafael. Internet e eleições 2010 no Brasil: rupturas e continuidades nos padrões mediáticos das campanhas políticas online. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 22, p. 208-221, dez. 2011.

KERBAUY, Maria Tereza Miceli. As câmaras municipais brasileiras: perfil de carreiras e percepção sobre o processo decisório local. **Opin. Publica**, Campinas, v. 11, n. 2, 2005.

KILIMNIK, Zélia Miranda. **Transformações e Transições nas carreiras**: estudos nacionais e internacionais sobre o tema. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

KING, Anthony. **Running scared**: why america's politicians campaigning too much and govern too little. New York: Martin Kessler, 1997. p.29-51.

KRAWULSKI, Edite. **Evolução do conceito de trabalho através da história e sua percepção pelo trabalhador de hoje**. 1991. 107 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1991.

_____. **Construção da identidade profissional do psicólogo**: vivendo as “metamorfoses do caminho” no exercício cotidiano do trabalho. 2004. 207 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004.

LIMA, Rafael Nachtigall de. Vereador: características da carreira e ambição política. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 18, n. 3768, 25 out. 2013.

MACEDO, Roberto. **Seu diploma, sua prancha**: como escolher a profissão e surfar no mercado de trabalho. São Paulo: Saraiva, 1998.

MAGALHÃES, Mauro de Oliveira. Propriedades psicométricas da versão brasileira da escala de entrincheiramento na carreira. **Psico-USF**, v. 13, n.1, p.13-19, jan./jun, 2008.

_____. Propriedades psicométricas da versão brasileira da escala de comprometimento com a carreira. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 2, 2013.

MAHEIRIE, Kátia. **Agenor no mundo**: um estudo psicossocial da identidade. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1994.

MALVEZZI, Sigmar. A construção da identidade profissional no modelo emergente de carreira. **Organizações & Sociedade**. V7, n17, 2000.

MARENCO, André. O financiamento eleitoral como ele é? Quais são as garantias de controle eficaz sobre corrupção eleitoral de acordo com o tipo de financiamento? **Revista Carta Capital**. 2011. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/financiamento-eleitoral-tal-como-ele-e>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

MARINHO, Iasmim da Costa. Novembrada. **Info escola**: 08/04/2010. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia-do-brasil/novembrada/>

MARTINS, Hélio Tadeu. **Gestão de carreira na era do conhecimento**: abordagem conceitual e resultados de pesquisa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MARTINS, Selma A. C.; KRAWULSKI, Edite. Trabalho em integração com a vida: trajetórias de trabalhadores da atenção básica à saúde e a construção de sua identidade profissional. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 115-134, 2012.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro**. 34.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

_____. **Direito administrativo brasileiro**. 38.ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

MESSEMBERG, Débora. **A elite parlamentar do pós-constituente: atores e práticas**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 20, jun. 2003.

_____. A mídia e o declínio da confiança na política. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 19, jun. 2008.

_____. Aborto e Democracia. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, dez. 2012.

_____; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de "mensalão" nos Editoriais dos Jornais. **Opinião Pública**, Campinas, v 13, n. 1, junho de 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Cap. 1.

MULLER, Gustavo. Comissões e partidos políticos na Câmara dos Deputados: um estudo sobre os padrões partidários de recrutamento para as comissões permanentes. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, jun. 2005

NASCIMENTO, Natalí. Um ensaio teórico sobre os sentidos do trabalho na contemporaneidade. In : RAITZ, T. (Org.). **Os tempos atuais e a educação e o trabalho na esteira das transformações**. Curitiba: Editora CRV, 2011, p. 137-143.

NAVARRO, Vera Lucia; PADILHA, Valquíria. (2007). Dilemas do trabalho no capitalismo contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**, 19, Edição Especial 1, p. 14-20, 2007.

NORRIS, Pippa. Recrutamento político. **Revista de Sociologia e Política**, v.21, n 46, p. 11-32, jun de 2013.

OFFE, Claus. Trabalho: categoria sociológica chave? In: OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 19-69.

OLIVEIRA, Patrícia Whebber Souza de. Construção de identidades profissionais: da formação profissional à vivência da inserção no mercado de trabalho. **Revista Labor**, n. 6, v. 1. 2011.

ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 53, out. 2003

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalhos e futuro**. Porto: Ambar, 2005.

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. HISTÓRIA. Disponível em: < <http://pmdb.org.br/institucional/historia>> Acesso em: 11 jan, 2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/institucional/>>. Acesso em: 11 jan 2015.

PEREIRA, Daniel; BONIN, Robson. **O homem da mochila**. São Paulo. ed. 2412, ano 48, nº 6, p. 46-53, fevereiro, 2015.

PERISSINOTTO, Renato; COSTA, Luiz Domingos; TRIBESS, Camila. Origem social dos parlamentares paranaenses (1995-2006): alguns achados e algumas questões de pesquisa. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 11, n. 22, p. 280-313, 2009.

PERISSINOTTO, Renato; MIRIADE, Angel. Caminhos para o parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006. **Dados revista de ciências sociais**, Rio de Janeiro; v. 52, p. 301-333, 2006.

PERISSINOTTO, Renato; BOLOGNESI, B. Electoral success and political institutionalization in the federal deputy elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). **Brazilian political science review**, v. 4, p.1-20, 2010.

_____, O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa. **Mediações**, v. 14, p. 143-169, jan/jun, 2009.

PETTERS, Luciane Figueiredo; RAITZ, Tânia Regina. Identidade e trajetórias de jovens universitários do curso de pedagogia : transição educação e trabalho. In: RAITZ, T. (Org.). **Os tempos atuais e a educação e o trabalho na esteira das transformações**. Curitiba: Editora CRV, 2011, p. 47-63.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012, p. 215-253.

PORTAL BRASIL. **Estado Brasileiro**: Sistema Político. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/sobre/o-brasil/estado-brasileiro/sistema-politico>>. Acesso em: 8 abr. 2013.

PLATÃO. **A República**. 1. ed. São Paulo: Rideel, 2005.

RIBEIRO, Marcelo Afonso. As Formas da Estrutura da Carreira na Contemporaneidade: Interfaces e Articulações Teóricas-Técnicas entre a Psicologia Organizacional e do Trabalho e a Orientação Profissional. In: ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal; TOLFO, Suzana da Rosa.

Processos psicossociais nas organizações e no trabalho. 1. ed. São Paulo: Casapsi, 2011, p. 305-325.

RODRIGUES, Leôncio, Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

ROWE, Diva Ester Okazaki; BASTOS, Antonio Virgílio Bittencourt; PINHO, Ana Paula Moreno. Comprometimento e entrincheiramento na carreira: um estudo de suas influências no esforço instrucional do docente do ensino superior. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 15, n. 6, dez. 2011.

SAMPAIO, Caroline Miranda. **Análise de estratégias na permanência em carreiras políticas dos deputados federais paulistas no período de 1991 a 2008**. 2011, 75 f. Monografia (graduação em gestão de políticas públicas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2001.

SARTRE, Jean-Paul. **Critique de La raison dialectique** (precede de Question de méthode). Paris: Gallimard, 1960.

SELIG, Gabrielle Ana. **Cenários instáveis, carreiras estáveis**: atravessamentos dos discursos contemporâneos nos sentidos da inserção profissional de jovens graduados como servidores públicos federais. 2011. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Paraná, 2011.

SEIDL, Ernesto. Estudar os poderosos: a sociologia do poder e das elites. In: SEIDL Ernesto; GRILL, Igor Gastal. **As ciências sociais e os**

espaços da política no Brasil. 1. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p. 179 – 226.

SENADO FEDERAL. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/>>
Acesso em: 18 de set, 2014.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter:** o desaparecimento das virtudes com o novo capitalismo. Rio de Janeiro: BestBolso, 2012.

SILVA, José Afonso da Silva. **Curso de direito constitucional positivo.** 15. ed. São Paulo: Frase Ltda, 1998.

SINGER, Paul. **O que é socialismo hoje.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

SOUZA, Robson Lourenço; LEMOS, Ana Heloísa da Costa. Departamento de administração da PUC-Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2010/relatorios/ccs/adm/ADM-Robson%20Louren%C3%A7o%20Souza.pdf>. Acesso: 18 dez, 2013.

SOUZA, Luiz Alberto Gomez. As várias faces da Igreja católica. **Estudos Avançados.** p. 77-95, 2004.

SCHLESINGER, J. 1966. **Ambition and Politics : Political Careers in the United States.** Chicago : R. McNally.

TEIXEIRA, Maria Odília. A abordagem sócio-cognitiva no aconselhamento vocacional: uma reflexão sobre a evolução dos conceitos e da prática da orientação. **Rev. bras. orientac. prof.** São Paulo , v. 9, n. 2, dez. 2008.

TEIXEIRA, Rita Petrarca; NUNES, Maria Lucia Tiellet. Em busca da autonomia: o uso do termo de consentimento em pesquisa. In: SCARPARO, Helena. (Org.). **Psicologia e Pesquisa:** perspectivas metodológicas. In: 2 ed. Porto Alegre: Meridional, 2008. p. 27-37.

TERENAS, Nuno. **O desenvolvimento da carreira.** 2012. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0630.pdf>>. Acesso 18 dez, 2013.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos Políticos**

Registrados no TSE. Disponível em

:<<http://www.tse.gov.br/internet/partidos/index.htm#>>. Acesso em: 5 set. 2014.

_____. **Eleições de 2014.** Disponível em:

:<<http://www.tse.gov.br/internet/partidos/index.htm#>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

TRINDADE, Gestine Cássia; NOSELLA, Paolo. Profissões em via de desaparecimento: a identidade dos trabalhadores de ofício frente à ofensiva do capital. **Trabalho e Educação**; Belo Horizonte. v. 19, n. 1, p. 87-98, jan/abr 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TOLFO, Suzana, Rosa; PICCININI, Valmíria. Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 38-46, 2007.

UNZUÉ, Martín. A universidade na trajetória dos parlamentares brasileiros. **Revista Brasileira de Ciência Política**. n. 8, Brasília, 2012, p. 13-46.

VIEIRA, A. Identidade e crise de identidade: reflexões conceituais. In: VIEIRA, A.;

GOULART, I. B. (Org). **Identidade e subjetividade na gestão de pessoas**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 55-74.

ZOVATTO, Daniel. Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, out. 2005.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WILKOSZYNSKI, Claudia do Canto; VIEIRA, Fernando de Oliveira. Carreiras contemporâneas: desafios e contradições frente às mudanças

do mundo do trabalho. **Desenvolve revista de gestão da Unilasalle**, Canoas, v. 2, n. 1, p. 39-58, 2013.

XIKOTA, Jaqueline Longo. **Planejamento de carreira**: um estudo com egressos de cursos de administração. 2004. 103f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é Raquel Favretto, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e autora da pesquisa “CARACTERIZANDO A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO”, sob orientação da professora Dr^a. Edite Krawulski. A pesquisa tem como objetivo geral **Objetivo Geral:** caracterizar a trajetória profissional de políticos que exercem mandato no poder legislativo. **Objetivos Específicos:** Identificar o significado de ser político para políticos que exercem mandato no poder legislativo; Levantar as percepções desses indivíduos a respeito de sua(s) função(ões) enquanto políticos; Conhecer a constituição identitária desses políticos enquanto profissionais, ao longo de sua trajetória laboral; Identificar as estratégias utilizadas por esses indivíduos para permanência na carreira política.

Este estudo se justifica tendo em vista que a cada quatro anos a população brasileira elege políticos como seus representantes, atribuindo-lhes responsabilidades, cujos impactos são expressivos no cotidiano dos cidadãos, e também diante da importância de se conhecer a trajetória desses sujeitos, em termos de sua carreira e inserção no mundo do trabalho no cenário contemporâneo. Os dados a serem levantados contribuirão para o enriquecimento do campo de estudos a respeito das trajetórias socioprofissionais e da identidade profissional e sobretudo consistirão em maiores esclarecimentos sobre a carreira política, a qual é significativamente relevante para a esfera pública e, ao mesmo tempo, atravessada por representações ambivalentes. O risco do presente estudo pode ser o mal estar psicológico, uma vez que para compreender a trajetória profissional buscar-se-á a compreensão de alguns fatos do passado do sujeito da pesquisa e esse pode ter lembranças pessoais dolorosas e/ou não muito agradáveis. Assim sendo,

a pesquisadora disponibilizará seus contatos para eventuais dúvidas e prestará toda e qualquer assistência, durante e depois de sua realização, em caso de dificuldades relacionadas a essa participação.

A partir do supracitado, convido-o (a) a participar desta pesquisa, a qual será realizada por meio de entrevista semiestruturada, de maneira presencial, com duração aproximada de uma hora, em data, horário e local de sua preferência. A entrevista só será realizada após o esclarecimento de todas as suas dúvidas relativamente à pesquisa, e fico à disposição para voltar a esclarecê-las a qualquer momento durante sua efetivação. O depoimento será registrado por meio de **gravação de voz**, mediante prévia autorização, para posterior transcrição. O sigilo em relação ao nome dos participantes será mantido, e as declarações prestadas só serão utilizadas para os objetivos deste estudo. Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, ou em algum momento optar por não mais participar da mesma, estou à disposição para esclarecimentos e providências, por meio do telefone (48) 9932-1868, ou pelo endereço eletrônico raquelfavretto@yahoo.com.br.

Declaro que este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido cumpre com todas as exigências contidas no item IV.3 da Resolução n. 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde.

Eu, _____,
RG n. _____, declaro estar ciente de que:

- Todos os dados coletados somente serão utilizados para esta pesquisa e divulgação acadêmica de seus resultados em congressos e/ou periódicos, ou apresentados em palestras, aulas ou eventos científicos, sendo que nessas divulgações não serão identificados os nomes dos participantes;
- A realização da coleta de dados será por meio de uma entrevista composta por perguntas referentes apenas ao objetivo de pesquisa; sendo assim, nenhuma pergunta será realizada por curiosidade ou outro motivo não vinculado ao objetivo do estudo, ou seja, as perguntas se restringirão à trajetória profissional do sujeito de pesquisa;
- Eventuais riscos aos quais posso estar exposto em decorrência da minha participação na pesquisa limitam-se à reflexão acerca da temática sobre a qual versarei durante as entrevistas, e esses riscos se justificam e se anulam diante da importância da pesquisa

para o processo de produção de conhecimento científico. Caso ocorra algum mal estar psicológico em decorrência dos questionamentos feitos, a pesquisadora fornecerá o suporte necessário;

- Fui esclarecido sobre os procedimentos desta pesquisa e se eu tiver dúvidas em relação a ela, aos seus procedimentos, riscos ou benefícios, tenho o direito de contatar a pesquisadora a qualquer momento visando esclarecimentos;
- Tenho o direito de retirar minha participação na pesquisa a qualquer tempo; após a transcrição da entrevista, tenho o direito de não autorizar o uso de todas as informações coletadas durante a entrevista;
- Estou ciente de que não haverá qualquer custo para os participantes da pesquisa;
- Os benefícios advindos deste estudo serão em termos de produção de conhecimento sobre a temática da trajetória profissional de políticos.
-

Trata-se de pesquisa de cunho científico, e todos os preceitos éticos serão seguidos, de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Assim, concordo em dela participar e autorizo que os meus dados sejam utilizados no estudo e na divulgação do mesmo. Só não autorizo a divulgação do meu nome.

Declaro que recebi assinei e rubriquei duas cópias deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, uma que ficará comigo e outra será entregue ao pesquisador responsável pela pesquisa. Declaro que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer todas as dúvidas.

Local e data: _____

Eu _____

RG _____

Assinatura: _____

Raquel Favretto
Psicóloga CRP- 12/11494
Mestranda em Psicologia/UFSC
CEP UFSC 88040-900

APÊNDICE B – Carta De Apresentação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CARTA DE APRESENTAÇÃO E SOLICITAÇÃO DE PERMISSÃO PARA REALIZAR PESQUISA

ILMO. SENHOR CHEFE DE GABINETE

Meu nome é Raquel Favretto, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina e autora da pesquisa **“CARACTERIZANDO A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO”**, sob orientação da professora Dr^a. Edite Krawulski. A pesquisa tem como objetivo geral caracterizar a trajetória profissional de políticos que exercem mandato no poder legislativo e como Objetivos Específicos: Identificar o significado de ser político para políticos que exercem mandato no poder legislativo; Levantar as percepções desses indivíduos a respeito de sua(s) função(ões) enquanto políticos; Conhecer a constituição identitária desses políticos enquanto profissionais, ao longo de sua trajetória laboral; Identificar as estratégias utilizadas por esses indivíduos para permanência na carreira política.

Este estudo se justifica tendo em vista que a cada quatro anos a população brasileira elege políticos como seus representantes, atribuindo-lhes responsabilidades, cujos impactos são expressivos no cotidiano dos cidadãos, e também diante da importância de se conhecer a trajetória desses sujeitos, em termos de sua carreira e inserção no mundo do trabalho no cenário contemporâneo. Os dados a serem levantados contribuirão para o enriquecimento do campo de estudos a respeito das trajetórias socioprofissionais e da identidade profissional e sobretudo consistirão em maiores esclarecimentos sobre a carreira política, a qual é significativamente relevante para a esfera pública e, ao mesmo tempo, atravessada por representações ambivalentes.

Desse modo, venho através desta solicitar autorização para ter acesso aos sujeitos e apresentar a proposta do estudo e o convite para a

participação. Essa participação dar-se-á por meio de entrevistas semiestruturadas a serem aplicadas a deputados estaduais.

Demais esclarecimentos, entrar em contato com a acadêmica Raquel Favretto, por meio do telefone (48) 99321868, ou por meio do endereço eletrônico: raquelfavretto@yahoo.com.br.

Atenciosamente

Dra. Edite Krawulski
Orientadora
Programa de Pós-Graduação
em Psicologia

Raquel Favretto
Psicóloga CRP-12/11494
Mestranda em Psicologia/UFSC
CEP UFSC 88040-900

APÊNDICE C – Roteiro De Entrevista



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Parte 1 - Caracterização dos sujeitos:

Nome/nome fictício: _____

Cargo Atual _____ Mandato/período _____

Idade: _____ Gênero: _____ Local de Nascimento: _____

Estado civil: _____ Ocupação do cônjuge, se houver: _____

Filhos/netos: _____ Idade e ocupação dos Filhos: _____

Crença

Religiosa: _____ Escolaridade: _____

Formação Complementar _____ Profissão: _____

Cargo(s) anteriormente desempenhado(s)/Período _____

Parte 2 - Questões norteadoras

a) Trajetória de vida e inserção na carreira política:

- Descreva sua trajetória anterior à entrada no cenário político (família, escola, curso superior, empregos, casamento, filhos, dificuldades encontradas, planos de futuro diferentes do que o exercício da carreira política).

- Como ocorreu a sua inserção na carreira política (motivos, circunstâncias, momento, influências, vinculação ao cenário político ou a partido (s)).

b) Trajetória profissional:

- Descreva a sua trajetória profissional a partir do momento em que optou pela carreira política até o atual momento (número de mandatos, cargos já ocupados no cenário político, troca de partidos (se ocorreu), eleições e reeleições, desistências e retorno).

- Você exercia alguma profissão antes? Precisou desistir dela?

- Você exerce alguma atividade que não esteja ligada a carreira política?
Se sim, como o faz?

c) Carreira política:

- O que você entende por carreira política? O que significa a carreira política para você?
- Exerceu atividades partidárias? Exerce atualmente?
- Renunciou ou tirou alguma licença em algum de seus mandatos?
- Você tinha expectativas em relação à carreira política? Elas foram alcançadas?
- Você tinha alguma informação sobre essa carreira? Quais eram? Como obteve?
- Como você se mantém no cenário político? Que estratégias utiliza?
- Quais as dificuldades encontradas na carreira política?
- Quais são suas perspectivas para o futuro? Pretende ter ascensão em sua carreira política? Acha importante a ascensão?
- Onde você pretende chegar na carreira política?

d) Cotidiano de trabalho:

- Como é seu cotidiano de trabalho? (identificação com o que faz, sente satisfação, desgostos, dificuldades, pontos positivos).
- O que mudou em sua vida com a entrada na política?
- O que é trabalho para você?
- Ser político é um trabalho para você?
- O que mudaria com sua saída da carreira política?

ANEXO – Parecer De Aprovação Do Projeto De Pesquisa Pelo Comitê De Ética Da Ufsc

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: CARACTERIZANDO A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO

Pesquisador: Edite Krawulski

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 32937714.6.0000.0121

Instituição Proponente: Universidade Federal de Santa Catarina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 902.626

Data da Relatoria: 07/12/2014

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de Dissertação do programa de Pósgraduação em Psicologia intitulado CARACTERIZANDO A TRAJETÓRIA PROFISSIONAL DE POLÍTICOS DO PODER LEGISLATIVO

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Objetivo Geral: caracterizar a trajetória profissional de políticos que exercem mandato no poder legislativo.

Objetivo Secundário:

Objetivos Específicos: - Identificar o significado de ser político para políticos que exercem mandato no poder legislativo; - Levantar as percepções desses indivíduos a respeito de sua(s) função(ões) enquanto políticos; - Conhecer a constituição identitária desses políticos enquanto profissionais, ao longo de sua trajetória laboral;

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O risco do presente estudo pode ser o mal estar psicológico. Uma vez que o instrumento de pesquisa será uma entrevista semiestruturada. Assim para compreender a trajetória profissional, buscar-se-á a compreensão de passado do sujeito da pesquisa e esse pode ter lembranças

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima

Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900

UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS

Telefone: (48)3721-9206

Fax: (48)3721-9696

E-mail: cep@reitoria.ufsc.br

Continuação do Parecer: 902.626

dolorosas, pois nem todos os sujeitos entram de forma rápida e tranquila no mercado de trabalho. O sujeito também pode ter lembranças pessoais não muito agradáveis. Assim, sendo importante o pesquisador estar preparado para realizar a entrevista, sendo ético do começo ao fim. alguns fatos do passado do sujeito da pesquisa e esse pode ter

lembranças dolorosas, pois nem todos os sujeitos entram de forma rápida e tranquila no mercado de trabalho. O sujeito também pode ter lembranças pessoais não muito agradáveis. Assim, sendo importante o pesquisador estar preparado para realizar a entrevista, sendo ético do começo ao fim.

Benefícios:

Uma das finalidades de se estudar a trajetória profissional de políticos é que essa parcela da população é responsável pela organização e representação da nação brasileira. Criam, debatem, aprovam e modificam leis, como também são responsáveis pela fiscalização dos recursos financeiros arrecadados. Assim, pretende-se buscar, por meio deste estudo, maiores subsídios para compreender o que é a carreira política no Brasil, podendo assim, enriquecer a produção de conhecimento referente ao tema, principalmente no campo da psicologia e suas incursões sobre a temática de carreira. Outra finalidade é a busca pela compreensão do processo de construção da identidade profissional vivenciado por políticos, derivado de suas trajetórias profissionais

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto está apresentado e fundamentado teórica e metodologicamente com condições de ser desenvolvido na prática

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

A documentação apresentada para submissão foram relatório, projeto, folha de rosto, TCLE, Cronograma e Orçamento e Carta do Programa de PósGraduação em Psicologia da UFSC assegurando que a pesquisa respeitará e assegurará aos participantes os termos da Resolução CNS 466 e suas complementares.

Recomendações:

Recomendamos que diante da não apresentação da Carta de Declaração da ALESC na figura de seu representante institucional e tendo sido estabelecido a responsabilidade do PPGP da UFSC

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 902.626

recomendamos que seja assegurado o sigilo a confidencialidade e o anonimato se assim desejar os participantes da pesquisa na assinatura do TCLE pois entendemos que as informações fornecidas em depoimento pode de alguma forma referir a instituição em seu todo.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Concluo indicando aprovação

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

FLORIANOPOLIS, 08 de Dezembro de 2014

Assinado por:
Washington Portela de Souza
(Coordenador)

Endereço: Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-900
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-9206 **Fax:** (48)3721-9696 **E-mail:** cep@reitoria.ufsc.br